



**L'UVA  
NOVA**

**1984**  
brasilense

**oedoc**

- 4** Transição  
Iniciação à loucura  
Fauzi Arap
- 7** A Transição e os atores  
A Versão Tancredo, entrevista  
a J. A. Moisés e H. Cardoso
- 13** A Versão Lula  
entrevista a Hamilton  
Cardoso
- 19** A Volta e a Reviravolta  
Francisco de Oliveira
- 23** Subúrbio  
um conto de Modesto Carone
- 26** A Imprensa e a História  
O "Estadão" e o golpe de 64  
entrevista de Ruy Mesquita
- 31** A "Folha" e as Diretas  
entrevista de Otávio Frias  
Filho
- 37** Jornais são partidos?  
Francisco Correa Weffort
- 41** As origens da dívida  
Paulo Davidoff Cruz
- 47** Mais respeito! A festa é do  
povo  
Fernando Pamplona
- 50** Sambódromo: um importante  
espaço de lazer popular  
Edgar Graeff
- 53** Na arquitetura, a apoteose  
do popular  
Telmo Pamplona
- 55** Os camponeses e a  
democracia  
Ivo Poletto
- 61** Ser cidadão  
Dalmo de Abreu Dallari
- 65** Cabra marcado pra morrer  
trechos escolhidos do roteiro  
de Eduardo Coutinho
- 70** Videoprogresso  
Gabriel Priolli Neto
- 75** Quem luta pela vida?  
Carlos Alberto Emediato
- 80** A justiça anda devagar  
Hélio Bicudo
- 85** DOCUMENTO: Conselhos  
populares e participação
- 90** Participação das empresas do  
Estado  
Carlos Estevam Martins
- 91** Conselhos Populares na  
cidade de São Paulo  
Levi B. Ferrari
- 94** Conselhos e a participação  
dos trabalhadores  
Silvio Caccia-Bava
- 97**



# Transição

Transição. (do lat.

*transitione*). Substantivo

feminino. 1. Ato ou efeito de transitar. 2. Trajeto, trajetória. 3. Passagem de um lugar, de um assunto, de um tom, de um tratamento, etc., para outro. 4. Mudança de fase num sistema; transição de fase.

**A**s palavras não são neutras, nem impunes. Mestre Aurélio, em sua conhecida capacidade de nos iluminar em face do indefinido, é extremamente preciso: transição implica trânsito, ir de uma coisa a outra, mudança de tom, mudança de tratamento e, quando menos, mudança de fase. Ou seja, sem mudança não há transição.

A palavra transição começou a passar para o domínio público, entre nós, a partir de meados dos anos 70, quando as mais conhecidas ditaduras políticas do mundo começaram a dar sinais de crise: a Espanha, após a morte de Franco, em 1975; a Grécia, após a crise com Chipre, em 1973, e Portugal, depois da "Revolução dos Cravos", em 1974.

Desde então, o vocábulo transição passou a se referir ao processo que conduz, ou que deveria conduzir, da ditadura à democracia. Passou a simbolizar as

imensas esperanças — abertas para esses povos — de que da opressão se poderia passar à liberdade — aqui entendida como liberdade pública, isto é, de organização das classes, dos partidos e das instituições que querem influir nas decisões políticas.

Transição significou, então, em maior ou menor grau, as condições que operam ou que preparam a alternância no poder. Ou seja, as condições em que se deu, nesses países, a transferência de poder dos autoritários para os que, de uma ou de outra maneira, simbolizavam a mudança. Abriu-se, assim, para eles, uma nova fase em sua história: a fase da democracia por construir.

No Brasil, no entanto, embora o regime autoritário esteja em crise desde 1974, tem-se preferido usar a palavra transição para indicar quase tudo, menos o que ela significa efetivamente. É como se transição pudesse ser, até

mesmo, sinônimo da chamada "abertura", que começou como distensão lenta, gradual e segura há mais de dez anos, mas cujos limites tanto conhecemos e tanto temos amargado.

Mesmo, agora, quando o mais formidável movimento de massas desse século aprofunda a luta contra a ditadura, no país, através da campanha pelas diretas-já, aparecem sinais de que se deseja limitar o sentido da palavra transição. Ao invés de significar trânsito ou mudança, propõe-se, através de outro vocábulo — *negociação* — que transição signifique modificar as aparências para não tocar na essência. Propõe-se negociar o secundário para manter o essencial.

Será possível que, além de se enganar a muitos, durante muito tempo, todos se deixarão, mais uma vez em nossa história, ludibriar até mesmo quanto ao sentido das palavras que são tão importantes para nós? O EDITOR.

# A transição e os atores

**A** palavra transição freqüenta, hoje, a boca dos principais políticos do governo e da oposição. O seu significado e a forma como deve ocorrer, no entanto, nem sempre coincidem para os vários atores do nosso cenário político. Em vista disso, LUIA NOVA entrevistou o governador Tancredo Neves, de

Minas Gerais e do PMDB, e o presidente Luis Inácio Lula da Silva, do PT.

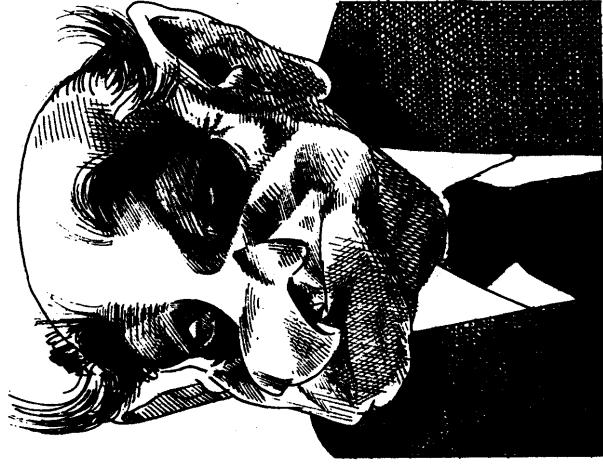
Tancredo Neves foi entrevistado, em Belo Horizonte, por José Alvaro Moisés, editor de LUIA NOVA, e pelo repórter Hamilton Cardoso. Luis Inácio Lula da Silva foi ouvido, em São Paulo, pelo repórter.

## A versão Tancredo

**PERGUNTA** — Como o senhor vê o processo de transição do autoritarismo para a democracia no Brasil?

**TANCREDO** — Bem, registram-se, entre os povos, diferentes experiências de transição política do autoritarismo à democracia. Estas experiências, embora semelhantes em muitos aspectos, não são necessariamente iguais. Um primeiro exemplo é o que ocorreu no Brasil em 1945, no final do Estado Novo. Os próprios militares viraram-se contra o governo autoritário do qual eles, antes, faziam parte, e promoveram o golpe de 29 de outubro, conduzindo, assim, à transição para a democracia por intervenção dos próprios militares. Outra forma de transição é a planejada, como

PERGUNTA



ocorreu na Espanha, onde após a morte de Franco, o rei tomou em suas mãos o processo de transição e, junto com as forças vivas da Nação, planejou o retorno à democracia, através de acordos amplos celebrados com toda a sociedade, que culminaram nos vários pactos — notadamente o pacto de Moncloa — e nos acordos políticos que permitiram a reorganização da sociedade em bases democráticas. Existem, ainda, processos de transição que ocorrem de forma violenta, como no caso argentino, onde o povo se mobilizou, diante da derrota militar na guerra das Malvinas, e com a galvanização das aspirações populares pelas forças de oposição, os militares foram obrigados a deixar o poder, convocar as eleições diretas para a presidência da República e devolver, de uma só vez, todos os direitos da Nação.

Por fim, existe o exemplo brasileiro atual que é uma experiência inédita de transição. Uma espécie de transição por etapas, onde as conquistas democráticas vão sendo feitas pouco a pouco, a democratização é feita gradativamente. Aqui, ocorreu, em primeiro lugar, a eliminação dos atos de exceção, como o AI-5, seguida da restituição dos poderes do judiciário, como foi o caso do restabelecimento do *habeas corpus*. Depois, veio a luta contra a repressão, o gradual restabelecimento da autonomia sindical, a liberdade de imprensa, a anistia e as eleições diretas para os governadores de Estado. Estamos, agora, na fase final, onde o que deve ser conquistado são as eleições diretas para a presidência da República e a con-

vocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

**MOISÉS** — Como o senhor definiria o programa mínimo para a transição imediata?

**TANCREDO** — Na ordem institucional, a primeira decisão a tomar seria, realmente, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte e a fixação da data para as eleições diretas. Segundo, dentro do debate da Constituição, viriam todas as teses controversas, a res- tauração plena da República que, hoje, não existe; a reformulação e a modernização da Federação, através de uma reforma tributária que leve a uma mais justa distribuição de renda nacional; e a questão do parlamentarismo. No plano econômico, a primeira providência é a renegociação da dívida externa que compreende diversos aspectos: primeiro, o da contenção do endividamento. Nós não podemos ficar sujeitos a um sistema de endividamento subordinado às taxas flutuantes de juros. Só no primeiro trimestre de 1984, nós pagamos um bilhão e duzentos milhões de dólares, acrescidos à nossa dívida, apenas com a alteração da taxa de juros, nos Estados Unidos. Não há nação que suporte um sistema que foge a todas as regras da justiça social e da justiça internacional. Em segundo lugar, tem o problema da amortização, que não se resolve a não ser com a moratória de cinco anos, abrangendo juros e capital. E, depois, pra que ter um dispositivo de amortização compatível com o nosso processo de desenvolvimento econômico.

Nós não podemos manter a nação permanentemente em recessão. Isto significa reduzir a nação à fome, ao desemprego e à destruição de nosso parque produtivo, apenas para nos submetermos às exigências dos nossos credores, externos. Então, temos que estabelecer um sistema de amortização compatível com a nossa capacidade de amortizar. E essa capacidade de amortização estará sempre em função da nossa capacidade de exportação. A nação então retomaria o processo de desenvolvimento econômico e pagaria depois, acrescentando à dívida o que se deixar de pagar, negociadamente, nestes cinco anos. Seria uma política de retomada do desenvolvimento econômico para vencer o desemprego. Só dessa maneira se pode assegurar à Nação um crescimento mínimo de 5 a 6% do Produto Interno Bruto, porque senão ela estará fatalmente condenada à desagração. No plano social eu acho que a política tem que ser mais agressiva ainda. O monetarismo ortodoxo, que nos impuseram nestes últimos 20 anos, não gerou nenhuma melhoria nas condições de vida das classes mais injustiçadas. Nós temos uma dívida social que abrange, inclusive, a mortalidade infantil, que é das mais altas do mundo; nós temos o problema do menor abandonado que é um desafio, uma carga sangrando permanentemente nas costas da sociedade brasileira.

A reforma agrária não pode ser adiada por mais tempo, porque ela vai resolver, em grande parte, o problema do desemprego, vai ampliar o mercado interno do Brasil e vai dar estabilidade a essa massa rural

que está sendo expulsa dos campos para empobrecer ainda mais as periferias das grandes cidades.

É evidente que, em crise, com choque, você não resolve os problemas. O que a gente tem que fazer é que não haja um conflito. Você não desloca interesses instalados sem haver realmente um conflito e um atrito de interesses. Há que haver muita inteligência, com imaginação, mas na lei e na ordem.

Parece que nós estamos vivendo no século XVIII, discutindo eleições diretas/indiretas, legitimidade de poder, representatividade, o voto do analfabeto. São coisas de um ridículo total, não é? Não há nação civilizada, no mundo, em que isto não esteja definitivamente resolvido, ninguém admite sequer que qualquer coisa dessa seja levantada. Nós devíamos estar lutando é pela democracia econômica. O que caracteriza a democracia econômica? É a participação equitativa de todos, com justiça social, na renda nacional. É a ascensão da massa a todos os benefícios da civilização: que haja escola gratuita a todos e em todos os lugares, que haja alimentação e que ninguém tenha fome e assim por diante. Mas nós estamos alienados destes problemas, porque existe o problema institucional. Ele tem um grande poder de absorção. A gente tem até a impressão de que este processo é dirigido para tirar a atenção do povo destas suas reivindicações no plano econômico e no plano social.

**MOISÉS** — O senhor mencionou o pacto de Moncloa, na Espanha, que levou a um entendimento

amplo entre as diversas forças políticas. Na verdade foram dois ou três pactos que, quando se realizaram, já tinha havido na Espanha rupturas da estrutura sindical franquista, já tinha havido a recuperação do direito de greve e até os partidos ilegais tinham recuperado a sua legalidade. Chega-se, então, ao pacto com um quadro social e político mais ou menos ordenado com avenidas e vias abertas. Como é que o senhor veria isto?

### *Atualizar a lei de greve às novas conquistas*

**TANCREDO** — Bem, nossas conquistas sindicais não têm sido pequenas. Ainda falta muito, os nossos sindicatos ainda precisam de fortalecimento, mas eles já têm uma presença ativa. Toda vez que um sindicato, no Brasil, se posiciona em torno de uma reivindicação salarial, ele leva a melhor. Onde o sindicato é, realmente, uma força que não se impõe é nas reivindicações políticas. Quando o sindicato sai das reivindicações sindicais e caminha para as reivindicações políticas, evidentemente, estabelecem-se dentro do próprio sindicato divisões decorrentes das posições políticas de cada um. Mas eu acho que a reforma da Consolidação das Leis de Trabalho se impõe. Ela tem que ser feita com urgência. Outro item de uma reforma social profunda, no Brasil, é o da lei de greve: ela deve ser atualizada às novas conquistas da própria massa operária no Brasil.

**MOISÉS** — O senhor veria isso como pré-condições para se chegar ao entendimento amplo ou como o seu resultado?

**TANCREDO** — Eu acho que precisamos disso para chegarmos aos objetivos, porque senão vai ser muito difícil.

**MOISÉS** — Governador, nós avançamos através de um processo a “conta-gotas”, como o senhor o define, na base da supressão dos aspectos mais repressivos do regime, como o AI-5, mas nós ainda, convivemos com a Lei de Segurança Nacional, com as “salvaguardas” do Estado, etc. O senhor veria isto como parte da negociação?

**TANCREDO** — A Lei de Segurança Nacional já não é a mesma de sua origem, que era uma lei caracterizada fascista. Muito embora abrandada, nestes últimos dez anos, com a eliminação de muitos dos delitos que figuravam na lei original, ela ainda precisa sofrer transformações. Uma lei de segurança vale pelo seu espírito; uma coisa é uma legislação elaborada por um regime ditatorial e autoritário, outra coisa é uma lei de segurança elaborada num regime democrático. Todas as nações do mundo possuem as suas leis de segurança, até as nações socialistas. Nós temos uma lei de segurança que ainda é mais uma lei de segurança do Estado que uma lei de segurança da Nação. Nós devemos ter uma lei de segurança que defenda o cidadão contra o Estado. Não tenho dúvida. A Consolidação das Leis de Trabalho, a Lei de Se-

**TANCREDO** — Não. Porque, nesta luta, levando o movimento à radicalização, vamos ter um retrocesso. Não pode ser uma solução emocional e irracional. Veja bem, o divórcio entre o poder e a Nação é muito grande. Mas o poder é muito forte. É mais forte que a Nação. É aí que nós temos que ter senso político suficiente para fazer as conquistas sem traumatismos mutilantes.

**HAMILTON** — Mas as oposições estarão negociando, então, em situação de fraqueza...

**TANCREDO** — Não de fraqueza, mas de carência dos instrumentos de força. Nós temos instrumentos de apoio moral, de apoio social, de apoio do povo, mas não temos os instrumentos necessários para impor essa decisão.

### *O Congresso deve atender às aspirações populares*

**HAMILTON** — Que instrumentos faltam?

**TANCREDO** — Nós temos que convencer o Congresso de que ele deve atender às aspirações populares. Eu tenho para mim que se, amanhã, nós conseguíssemos tornar vitoriosas as diretas, no Congresso, as Forças Armadas apoiariam e sustentariam a emenda das diretas. Se, porém, o Congresso tiver força para decidir contra as diretas, terá também o apoio das instituições militares, dentro do seu compromisso de defender a Constituição.

gurança Nacional, a lei de greve... todas devem estar incluídas na agenda de negociações. Você não pode aplicar soluções absolutas em política. Política é a arte do relativo. Você não faz política como quer. Você só faz este tipo de política quando realiza uma revolução, torna a revolução vitoriosa e, então, consegue todos os seus objetivos, mas de revolução, nem se cogita no Brasil.

**MOISÉS** — O senhor vê isso afastado?

**TANCREDO** — Muito afastado. No Brasil, não há condições mínimas para isso. Se não tivesse havido um abrandamento nos instrumentos do regime de 64, nós teríamos chegado a uma convulsão social. A mobilização pelas diretas demonstrou isso. Essas massas numerosas não vieram às ruas só pelas diretas. As diretas eram uma idéia-força. O que levou toda essa multidão às ruas foi, justamente, uma manifestação de inconformismo e insatisfação, eu diria mesmo, de revolta contra o custo de vida, havia o protesto contra a corrupção, a violência, o continuísmo, contra o retardamento das soluções dos problemas do povo. Foi um grande movimento por transformações e mudanças.

**MOISÉS** — E parar tudo isso, neste momento, não vai criar uma contradição para as forças de oposição; se elas tiverem de ir à mesa de negociações, estarão enfraquecidas?

**HAMILTON** — Governador, que cacife a oposição teria para negociar com o governo numa situação em que a luta está centrada dentro do Congresso, as mobilizações de rua não têm mais aquele vigor e um setor do Congresso está sob a influência direta do governo?

**TANCREDO** — O grande cacife das oposições são, exatamente, as mobilizações da opinião pública que ela comandou e levou a efeito. O governo e o seu partido não são tão insensíveis a ponto de continuar ignorando este grande movimento. Este é o grande cacife que nós temos na mesa de negociação. Em segundo lugar, vem a consciência que o governo tem de que, se não chegar a um entendimento, vai caminhar para o confronto que ele não deseja. Porque ele pode, inclusive, ser soterrado na hora do confronto. Eu acho que hoje é a autodefesa dos seus interesses que leva, realmente, a uma negociação mais ampla, procurando tanto quanto possível aproximar-se o mais rapidamente das aspirações populares. O movimento de mobilização pelas diretas está plenamente vitorioso. Pode não ser pra já, pode ser para daqui a dois anos e meio, pode ser para daqui a quatro anos, mas já é uma vitória. E se não houvesse a mobilização popular, nós só iríamos ter eleições diretas — se tivéssemos — depois de seis anos da posse do sucessor de Figueiredo. Agora, o movimento foi bonito...

**MOISÉS** — E a hipótese do mandato-tampão?

**TANCREDO** — Quer saber de uma coisa? O mandato-tampão, com o voto direto, até que eu apoiaria, porque ele é, ao menos, uma solução que atenderia à reinvidicação básica e fundamental do povo. Há quem defenda o mandato-tampão através do Colégio Eleitoral para abrir um espaço de transição, mas eu acho que ele deveria se fazer com disputa, com voto direto. Nós iríamos à praça pública pleitear democraticamente a conquista do poder. O mandato-tampão, com voto direto, teria a grande vantagem de aproximar ainda mais o povo das diretas. Se você pensar melhor, ninguém apoia mandato curto, por razões doutrinárias: do ponto de vista da conveniência administrativa, em dois anos e meio, o que se pode fazer?

Mas, se esse mandato vier realmente, para atender a uma conjuntura, e o novo presidente for apenas para preparar as condições para o futuro presidente, aí é diferente. Ele vai, por exemplo, promover a Constituinte, reformular a política econômico-financeira, vai adotar uma política de impacto no campo social, gerar empregos e aliviar a situação de carência em que vive a grande maioria da população mais injustiçada. Se ele buscar, realmente, tudo isso e conduzir à convocação de uma Constituinte, quando da eleição do próximo Congresso, em 86, até que se explica. Mas, só por esse aspecto — que eu chamaria de psicologia social e política — porque permitiria aproximar mais as diretas do povo.

**MOISÉS** — Agora, qual é a sua

convicção pessoal mais profunda? Qual será o próximo passo? Atrações da emenda, vai se chegar a um entendimento?

**TANCREDO** — É o que eu acredito. Quer dizer: é a fatalidade, é a inexorabilidade da evolução do processo político.

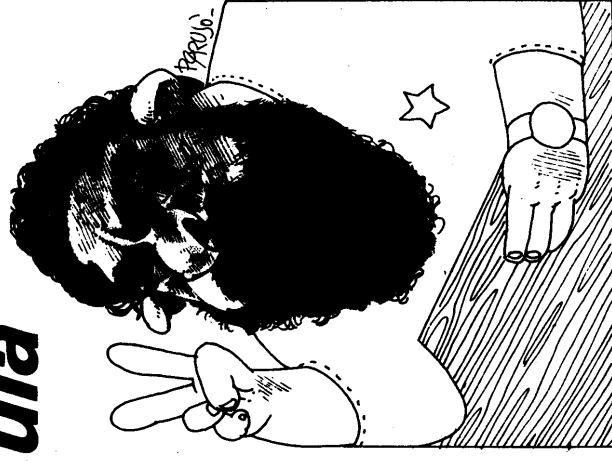
**MOISÉS** — O senhor mencionava, no início, que a tese de conciliação não pode ser vista do ponto de vista regressivo, ou seja, apenas uma conciliação das elites contra o povo. Como é que se pode imaginar a hipótese de entendimento, conciliação, que abrigasse a todos os segmentos da sociedade?

**TANCREDO** — Eu acho a conciliação muito difícil, ela não é fácil. Os partidos se extremaram e

## A versão Lula

**PERGUNTA** — Como você vê a transição do autoritarismo para a democracia no Brasil?

**LULA** — Existem duas formas de se fazer a transição do regime autoritário para o regime democrático. A primeira, como todos queremos, no Brasil, é disputando com o regime; ou seja, ganhando do regime pelo voto secreto e, a partir daí, fazendo as mudanças necessárias para democratizar o país. Eu acho que esta é a forma que pode levar a um regime democrático sólido e eficiente, na medida em que o povo participa da sua construção.



A outra forma de transição implica a responsabilidade de as oposições arcarem com o ônus político de aceitar as imposições do regime autoritário que, ao invés de deixar o poder de vez, quer sair paulatinamente. Quer dizer: aos poucos vai-se abrindo o espaço para as oposições assumirem. Mas, quando o regime autoritário chega a isso, é porque a sua situação econômica já não permite mais a sua continuidade, pois comprometido com o sistema econômico internacional, o regime não pode mudar o quadro. Então, ele tenta abrir as portas para que outros façam as mudanças que ele não pode fazer. Me parece que isto é um pouco o que acontece no Brasil.

Eu acho que esta forma de transição não é eficaz. Na minha opinião ela não é prudente, neste momento, porque o regime autoritário, no Brasil, é tão decadente, tão comprometido com o processo de corrupção e de entrega do país aos interesses multinacionais que ninguém de oposição deveria assumir, mesmo um governo de transição, sem colocar toda esta situação de modo muito claro para a população.

A transição é muito mais eficaz quando o povo participa das decisões. Esta é a proposta do Partido dos Trabalhadores. O que a gente quer é que o povo brasileiro saiba, detalhe por detalhe, cada decisão tomada pela oposição e pelas pessoas que podem chegar ao governo. Isso para permitir que, amanhã, o povo possa cobrar o governo.

Não se pode falar, no Brasil, de um pacto como o de Moncloa, ocorrido na transição espanhola.

Primeiro porque a tradição dos partidos políticos na Espanha é secular, eles eram muito fortes; segundo porque existia, na Espanha, um movimento sindical que, mesmo na ilegalidade — com as Comisiones Obreras e as outras organizações —, estava sempre mobilizado e criando grandes embaraços para o regime franquista. Além disso, na Espanha o rei bancou o pacto e, aqui no Brasil, além de não termos rei, o regime não tem autoridade moral e política para bancar algo dessa natureza. Então, não se pode comparar a experiência espanhola com a do Brasil. A gente não pode, pura e simplesmente, transportar a experiência histórica de um país como a Espanha para cá, para justificar um acordo com o governo.

Nós não podemos confundir acordo com transição. Eu acho que acordo não leva, necessariamente, ao governo de transição, mas sim a um governo imobilista, a um governo muito mais comprometido com o poder do que com o povo.

### *Os dez pontos do Partido dos Trabalhadores*

HAMILTON — Você falou de duas hipóteses de transição: a primeira através de eleições diretas, a segunda através de concessões. A hipótese das diretas o regime descarta, enquanto a de concessões, quem descarta é você. Qual o caminho que resta, então?

LULA — Em primeiro lugar, é preciso salientar que o governo não está fazendo nenhuma concessão às

oposições. Na verdade, são alguns setores da oposição que fazem concessões ao governo. Ai a coisa muda de figura. Uma coisa é quando você tem uma posição sólida, enraizada no movimento popular e com forte poder de pressão, o que leva o governo a vislumbrar a possibilidade de perder o poder e, então chama a oposição para negociar, senão a entrega total, ao menos a entrega parcial do poder. Hoje, no Brasil, acontece exatamente o inverso: na medida em que o povo foi à rua e deu um aval à oposição, esta, ao invés de continuar a mobilização popular para conseguir mais força, fraqueja e alguns dos seus setores começam a fazer concessões ao governo: concessão no discurso, concessão nas propostas... Isso reverte o quadro. As eleições diretas podem ser aprovadas no Congresso Nacional se se criar um clima favorável para as oposições conquistarem as diretas. Este clima não está sendo criado porque há setores que estão tentando desmobilizar a população. Eu acredito, ainda, que nós podemos democratizar a legislação partidária, legalizar os partidos clandestinos, mudar a estrutura sindical e, depois, convocar as eleições diretas com todos os partidos concorrendo para chegar a um governo de transição: isso se faz colocando o povo na rua, organizando o por bairro, por local de trabalho, e pressionando o governo.

O diretório nacional do PT definiu, recentemente, dez pontos que acreditamos que sejam essenciais para solucionar a crise no Brasil e em torno deles que tentaremos reunir o mais amplo arco de forças so-

ciais, em busca da democratização do país. Os pontos são os seguintes:

1. Revogação da Lei de Segurança Nacional e todas as leis repressivas, bem como os dispositivos constitucionais sobre medidas de emergência e o "Estado de Emergência", além do desmantelamento do aparato repressivo;
2. Rompimento imediato com o Fundo Monetário Internacional e a imediata suspensão do pagamento da dívida externa, seguida de uma investigação de caso por caso;
3. Imediato reajuste salarial para todos os trabalhadores, com base na inflação dos últimos seis meses, e a adoção, daí por diante, da escala móvel de salários;
4. Criação do salário desemprego e a adoção de medidas econômicas para gerar empregos, em grande escala, para as diversas regiões do país;
5. Reforma agrária sob a direção e controle dos trabalhadores e que garanta terra para quem nela trabalha;
6. Restabelecimento da liberdade e autonomia sindicais, com o reconhecimento efetivo do direito de greve, e o desatrelamento da estrutura sindical do Estado;
7. Reformulação, com a participação dos trabalhadores, das leis sobre trabalho, salário, previdência social e aposentadoria;
8. Atendimento de emergência às necessidades básicas das populações mais carentes em termos de alimentação, saúde, habitação, educação, transporte, vestuário, recreação, lazer e cultura, com fundos provenientes dos lucros das multinacionais, grandes proprietários rurais e sistema bancário e financeiro;
9. A mais ampla liberdade de organização partidária, inclusive para as corren-



tes hoje consideradas ilegais, o restabelecimento das eleições diretas para prefeitos de todos os municípios, inclusive aqueles considerados áreas de segurança nacional, a renovação da lei Falcão, da lei das inelegibilidades, dos casuísmos, da legislação partidária e eleitoral e de quaisquer restrições à livre propaganda e ao direito do voto que deve ser estendido aos analfabetos, soldados e cabos; 10. Solidariedade com os povos de todo o mundo que lutam contra o imperialismo e a opressão de governos antidemocráticos; o restabelecimento das relações diplomáticas, culturais e comerciais com Cuba e o reconhecimento da Frente Farabundo Martí, como legítima representante do povo salvadoreño. Eu acredito que um governo que proponha esses compromissos vai possibilitar que estas reformas de base sejam assumidas por toda a sociedade que, com total liberdade de organização, criará condições para que todas as forças políticas participem efetivamente das decisões deste país.

### ***GANHAR TEMPO E LIMPAR AS GAVETAS***

**HAMILTON** — Esse governo poderia ser resultado da negociação?

**LULA** — Não, teria que ser escolhido através de eleições diretas.

**HAMILTON** — Sim, mas se o Congresso não aprovar as diretas e, num processo de negociação entre setores das oposições e o governo,

você foi convidado a participar de um governo de transição...

**LULA** — Veja bem: eu não acredito que o governo negocie o poder. A transição, para o governo, é mais uma forma de ganhar tempo para uma limpeza de gavetas destinada a esconder o que existe de corrupção e arbítrio. Por outro lado, um governo que assuma sem as eleições diretas para presidente da República vai assumir subordinado ao que está aí. A avaliação do PT é a de que todo e qualquer acordo feito pelas elites é apenas a confirmação daquilo que é a história do Brasil: toda vez que o povo brasileiro ou as classes trabalhadoras começam a se organizar e a adquirir consciência, as elites se unem para evitar que o povo continue a sua marcha, para tentar manipulá-lo, usá-lo como marionete para que não conquiste os seus objetivos. Eu tenho afirmado que se o Partido dos Trabalhadores quiser contribuir para a formação política deste povo e a formação histórica da Nação, não pode participar de acordos mesmo porque, reafirmo, a gente não vai conseguir, na situação atual, um acordo decente com o regime. Questões básicas como as mencionadas, reforma agrária, autonomia sindical, salário mínimo condizente com as necessidades reais do povo, política de pleno emprego e todas essas coisas não encontrarão, nas elites, quem esteja disposto a ceder para a classe trabalhadora.

Depois, eu acho também que é impossível o entendimento para se chegar a um acordo, porque não conheço na história do mundo nin-

guém que entregou o poder através de um acordo. Depois, porque se as oposições estivessem fortes e organizadas não fariam um acordo, mas tomariam o poder. Por estas duas razões, eu não acredito em acordos: de um lado, o governo não quer, e de outro, as oposições não têm, ainda, suficiente força acumulada para fazer o governo ceder diante daquilo que queremos.

**HAMILTON** — Há quem diga que essa posição é de intransigência e gera o impasse...

**LULA** — A imagem do impasse que está sendo criada pelos meios de comunicação precisa ser desfeita. Na verdade, o impasse já existe para a classe trabalhadora. O desemprego é uma forma de impasse; quando se consegue emprego é o impasse do salário; com o salário vem o impasse da assistência médica, se se consegue a assistência médica é o impasse da saúde e quando consegue a saúde é mandado embora... Daí eu pergunto: o que ganhamos com um acordo com o regime? O que interessa agora é a eleição direta, porque ela, sim, abre a perspectiva de mudar o regime... As oposições têm que pagar para ver e não fazer oposição de brincadeira. Tem que dizer ao governo que não vai ao Colégio Eleitoral porque sabe que a divisão do PDS é estratégica, e mostrar ao regime que é ele quem deve arcar com a escolha de um presidente da República sem nenhum respaldo popular. Se as oposições ficarem com medo, imaginando que haverá retrocesso, a coisa vai ficar feia e o governo vai tirar pro-

veito dessa fragilidade.

As oposições não podem ficar a vida inteira discutindo a possibilidade ou não de um impasse, mesmo porque o impasse faz parte da vida política e é através dele que se consegue colocar a casa em ordem. Existe, em política, um negócio chamado medição de forças: se o regime tem mais gente no Congresso, as oposições têm muito mais gente nas ruas...

### ***ORGANIZANDO, RETOMAR O ANSEJO DE PARTICIPAÇÃO***

**HAMILTON** — Então, qual é o caminho que você aponta?

**LULA** — A gente tem que retomar o ansejo de participação popular que havia até o dia 25 de abril. Temos que sair da fase das grandes manifestações para organizar a população, porque não basta, pura e simplesmente, o povo ir às ruas e gritar "diretas-já"; este povo precisa se auto-afirmar, em termos organizativos, nos seus bairros e nos seus locais de trabalho. É preciso inventar mil formas de manifestações, desde os "painéis", passantes, minicomícios, mini-assembleias, planfletagens e murais, até chegar às condições para, junto com o movimento sindical, a CUT e a CONCLAT, assumir a greve geral, não como um empecilho, mas como uma arma política da classe trabalhadora para a conquista de algumas das suas principais reivindicações.

O movimento pelas diretas não

pode mais jogar o seu peso só sobre o Congresso Nacional que não aprovou as diretas e deixou o povo desanimado e frustrado. O Congresso precisa ser legitimado, mas quando todos tiverem total liberdade de organização e todas as correntes políticas da sociedade puderem disputar em igualdade de condições. Ou seja, cada líder político precisa desenvolver a política do

feijão com arroz, cada liderança responsável por um sindicato, uma comunidade, um partido político tem que recomendar as reuniões por bairro onde mora, por local de trabalho, para discutir com as pessoas as razões por que queremos as eleições diretas-já: queremos mudar o regime e as estruturas políticas deste país e não apenas eleger o próximo presidente da República. ★

REVISTA

REVISTA

# A volta e a reviravolta

Francisco de Oliveira \*

**S**alto no aeroporto de Congonhas começo de março último, depois de quase dois anos de ausência da terrinha. Com “aquele” sentimento, já reforçado na viagem de avião: afinal, estava voando numa companhia do meu país, embora a Varig não seja, exatamente, do povo brasileiro. Não cheguei aos excessos de João Paulo II: não, não beijei a terra, não só porque não há terra no aeroporto, como porque a boca que mamãe fez não se destina a beijar a terra,oras.

A alegria da chegada durou pouco: passadas as revisões de passaporte, habituais — dirigi-me à porta onde você aperta um botão e é selecionado eletronicamente para submeter-se ou não à revisão das bagagens pela Polícia Alfandegária. Ai é que comecei a pôr os pés na “terra”, não a da “pátria amada, salve, salve”, mas a do arbítrio. Meu filho Miguel passou primeiro e foi beneficiado com a isenção da revisão; a mim me tocou as bagagens revistas. Pensando em “dialogar”, palavra do consenso hoje tão pregado e apregoado, disse ao senhor chefe dos fiscais que ele — o Miguel — era meu filho e como nossas bagagens eram conjuntas, se eu não estava também isento. Áspero, ele re-

trucou que eu iria para a revisão e se insistisse muito, o garoto também iria. E foi mais longe: já puxou o carrinho do Miguel e à força, obrigou-nos à revisão, recomendando a um dos fiscais “especial atenção para com minhas bagagens”. Ai terminou o idílio.

Trabalho inútil o do fiscal, pois não costume nem mesmo trazer as bebidas que são “direitos” dos viajantes, compradas nos “portos-livres” que todo aeroporto tem. Mesmo porque, vindo da França, não era exatamente de sede de bebida que eu vinha me saciar no Brasil. A história banal, nada exemplar como diria o autor do Dom Quixote, serve para marcar a primeira diferença: somos um país sem direitos. Vindo de uma amarga herança de fundação sobre a base de uma economia escravocrata, a sociedade brasileira foi se constituindo autoritariamente. Em lugar da tese da velha direita de que é preciso um Estado autoritário para constituir-se a Nação, o que existe, de fato, é outra coisa: o autoritarismo é a marca por excelência da formação da sociedade e as diversas formas de Estado autoritário não têm sido, ao longo de nossa história, senão a “conformação” estatal autoritária de uma sociedade intrinsecamente autoritária.

Mesmo sob a República, se fizer-

\* Francisco de Oliveira é sociólogo e diretor do CEBRAP.

mos as contas, apenas os escassos 19 anos que mediarão de 1945 a 1964 podem ser entendidos como algo que *começava* a escapar da camisa-de-força autoritária. E o fracasso do regime populista pré-64 e a posterior subida dos regimes explicitamente autoritários pós-64 têm em comum a impermeabilidade dos regimes políticos brasileiros à presença do povo na política. Não dó "povo" mítico, mas concreto: dos trabalhadores e seus sindicatos, das organizações populares e suas associações e, finalmente, mesmo dos partidos políticos que se reclamam — certa ou equivocadamente — como representantes e portadores da vontade desse povo concreto.

### *O cidadão só existe no papel*

A atitude do senhor chefe dos fiscais naquele dia em Congonhas revela, mesmo banalmente, essa marca profunda da sociedade e do Estado brasileiros. O cidadão é uma figura que não existe no direito brasileiro, senão formalmente. O que para mim foi um vexame sem maiores conseqüências, para o povo concreto revela-se no quotidiano das filas do INPS, nas conjunturas críticas das greves — sempre negadas, sempre "caso de polícia", como na República Velha — mesmo nas filas dos cartórios, onde o carimbo — reconhecimento de firma — reconhece o cidadão, e até nas operações-limpeza das batidas policiais que prendem quem está sem documento. E, entre nós que escrevemos, de onde vem o termo

"periferia", usado e abusado por cientistas sociais, pela imprensa e pelos políticos, senão da negação da condição de cidadão pleno aos habitantes do que não é o "centro" da cidade? Vejam que "periferia", cuja expressão denotava uma distribuição da população pobre no espaço da cidade, a rigor hoje quer dizer "excluído", more onde morar.

Quem não é cidadão, numa sociedade onde a cidadania precisa ser outorgada pelo Estado, deve ser ladrão, contrabandista, gatuno. Foi o que fez o senhor chefe dos fiscais de Congonhas naquele dia: uma revisão "rigorosa" de minhas bagagens. Porque o Estado e seus agentes pensam e concebem o cidadão à sua imagem e semelhança: para um estado baseado no roubo e banditismo, na extorsão que vira lei *mesmo escrita* — os inúmeros artigos dos Códigos Civil e Penal onde a premissa maior é de que todos os cidadãos são suspeitos por definição — todo viajante é, em potencial, um contrabandista. Imagem e semelhança: o roubo das Capemis, Delfins, Coroa-Brastel, é transferido para outros: para o cidadão-contrabunte que deve pagar o que a Capemi roubou, ou para outras empresas que absorverão os patrimônios da Delfin e Coroa-Brastel. Não se nega o roubo, o assalto: se transfere a capacidade de roubar, e por esse mecanismo, a rigor se institucionaliza o roubo como a outra face dos processos econômicos de exploração.

Não é à toa que figuras como Maluf e Andreazza têm o topete de apresentar-se como candidatos à presidência da República: o que é

que socialmente os sustenta? Seu aventureirismo não paira no ar: ele é uma exalação de *uma parte* da sociedade. Sou tentado a repetir a velha frase: Cada país tem o presidente que merece. Os Estados Unidos, de tanto martelarem na falsa saga do *cow-boy*, acabaram por ter por presidente um ridículo exator de cinema, aliás sempre de papel secundário. O Brasil merece os Maluf e Andreazza da vida? Não. Recuso a facilidade do jogo de palavras: é uma parte da sociedade que os merece. E mais rigorosamente: é a burguesia que os merece.

Encerrado o episódio, reintegrado na terra, no trabalho, no convívio, vi o outro lado do país, da terra sem aspas. Vi a crise, concretamente. Não através dos números frios, mesmo os das taxas de inflação acima dos 200%. Mas diretamente: que fazem as verdadeiras multidões que se concentram nas praças históricas das cidades, procurando driblar a crise através dos mil expedientes? Procurar sobreviver, através da venda de qualquer bagulho ou da prestação de serviços que a linguagem asséptica dos economistas chama de "informais": um jogo de soma zero que raia até os umbrais da economia simbólica, onde é o simples ato de trocar ou vender que assegura a não exclusão total e irremediável da sociedade de mercado; não se trata nem de ter "lucro", palavra conceitual: trata-se de não ser excluído, de não ficar soterrado exatamente naquelas "periferias", espécie de Admirável Mundo Novo de onde não mais sairão.

Isso revela, por outro ângulo, a

absoluta falta de direitos na sociedade brasileira: o trabalhador não tem um seguro-desemprego, não dispõe de nenhum mecanismo de defesa ante uma crise, a mais implacável de nossa história contemporânea. E ainda se assiste e se ouve declarações de autoridades que, no *day-after* da rejeição da emenda Dante de Oliveira, tratam de distinguir manifestantes legítimos dos "baderneiros". Um simples jogo de palavras, acautelamento para não amplificar os ensaios de saque? Não; a linguagem da exclusão, o reforço da exclusão autoritária, que à maneira da República Velha instaura como legítimo apenas aquele que tem propriedade: quem está desempregado não tem nem a propriedade de do seu emprego, logo não pode fazer manifestações.

### *Passando da defensiva à ofensiva*

Mas, para quem volta, o surpreendente nisso tudo é a admirável resistência popular, que da defensiva passou à ofensiva: que, através da campanha das eleições diretas-já, entrou na política rompendo o bloqueio elitista e institucional. Vi o magnífico comício-passeata do dia 16 de Abril do Anhangabai. Levei pela mão o Miguel, cuja idade o livra ainda de não amargar nunca ter votado, para participar de seu primeiro comício, seu primeiro ato de minicidade, gritando, cantando, vibrando: escrevo com cuidado que nós *não nos somamos* às multidões — linguagem freqüente entre os políticos que assim dizem que

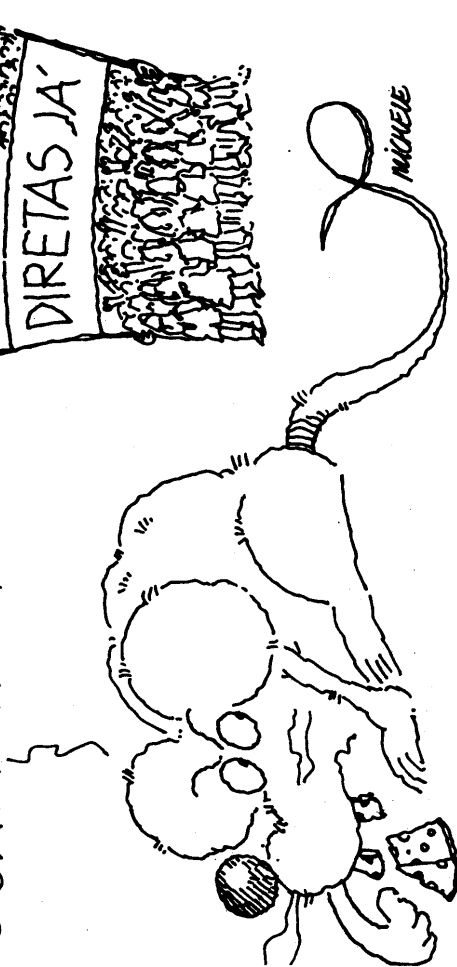
não são parte das multidões —, pois nós éramos da multidão.

E vi outra coisa magnífica: que o povo concreto — trabalhadores, sindicatos, partidos políticos reconhecidos e proscritos, associações — está muito além do regime, do que se convencionou chamar “classe política”, dos militares, das médias e grandes burguesias. Esta é a lição mais importante da crise. E é por isso que ela é tão temida. O regime manteve até aqui o simulacro de uma sociedade que se representa: parlamento, assembleias, eleições. O povo concreto vem transformando-as em seu oposto. Tomando as eleições para si, vem transformando-as no limite do regime; cantou-se no Anhangabaú o “cisne branco” — hino da Marinha —: eleições diretas-já, canto de cisne do regime. ★

Os amplos movimentos de massa resgataram as eleições da abstração para dar-lhes um conteúdo concreto: para mudar o regime político e o sistema econômico, irmãos xipófagos. É isso que assusta. E por isso o assanhamento, a mal contida alegria, o despertar do pesadelo, depois da rejeição da emenda Dante de Oliveira: grande-burgueses, tecnocratas do bando do assalto aos cofres do Estado, milicos, aventureiros maluco-andreazistas, oportunistas aurelianistas, rejubilaram-se, correndo num frenesi de vermes na carniça, em direção à... negociação.

Por isso, é preciso prosseguir. Encostar o regime na beira do abismo e empurrá-lo, vazio abaixo. Não dar folga nem deixar recuperar o fôlego. Foi boa a volta, para viver a reviravolta. ★

ESPEREM AÍ, PÔ,  
AINDA FALTA ROER  
O ÚLTIMO PEDAÇO



# Subúrbio

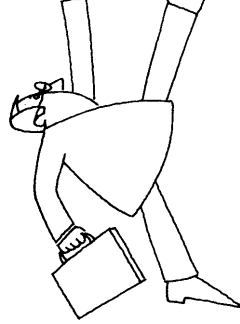
Modesto Carone \*

1

O trem cruzava a Barra Funda quando me apoiei no vidro da janela e vi Eleonora debruçada sobre as grades do viaduto. Embora fosse noite as nuvens retinham no alto um halo incandescente; talvez por isso os traços do rosto se recortassem no escuro e o vestido parecesse iluminado. De qualquer modo o espanto me fez recuar contra os passageiros; ninguém protestou porque estavam todos entorpecidos pelo cansaço. Mesmo assim consegui abrir caminho até a porta do vagão e descer na primeira parada; a essa altura a plataforma se esvaziava e o rumor das escadas atingia o topo da rua. Como não achasse nenhuma condução na porta resolvi voltar a pé ao viaduto; afinal a pasta que eu trazia continha só papéis e a ansiedade me arrastava para o asfalto. Enquanto eu seguia a trama das vielas procurava não perder de vista a imagem inusitada; pois desde a adolescência não me vinha mais à mente uma visão tão clara de Eleonora.

2

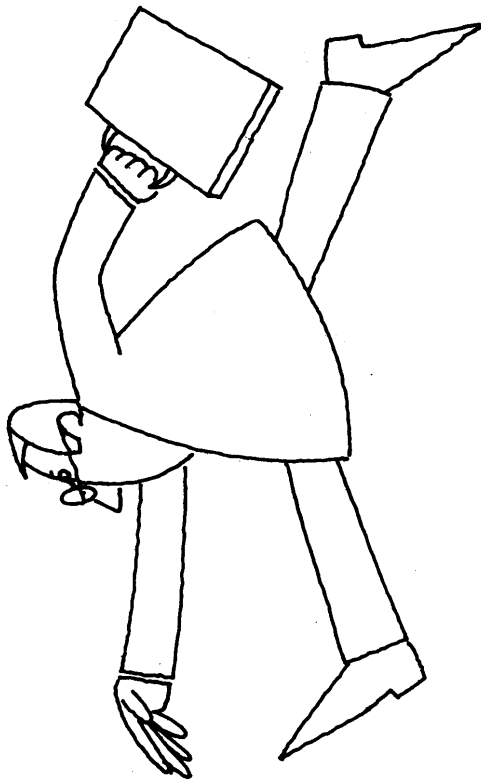
Sem dúvida a esperança de encontrá-la se fez assim que subi os degraus que dão para o viaduto. Eu tinha pressentido o desenlace ao tocar o corrimão com a ponta dos dedos — o metal estava úmido e não registrava o mínimo passo. Apesar de tudo caminhei até o ponto mais elevado da pista: uma nuvem de fuligem se espalhava dos armazéns à estria dos dormentes. Foi atraído por ela que venci o desconforto e me aproximei das grades de ferro; nada. Só então reparei que um trem apontava na rampa da Barra Funda; mas não descobri o menor vestígio nos caixilhos cor de prata.



do viaduto e depois erguer os olhos para a estrutura de aço; quando a locomotiva apita embaixo, eu me fixo nas grades. Em geral a essa hora o sino da capela está soando; nos segundos de que disponho esquadrinho a área invocando o nome de Eleonora. Uma palpação vigorosa se apodeira dos meus músculos e me faz saltar do assento; só volto a me acomodar depois que o vagão ultrapassa o viaduto. Daí para a frente é irrelevante se prossigo ou não a viagem; basta dizer que o vestido de Eleonora e o rosto inflamado se confundem no escuro com a minha melancolia.

4

Foi diante disso que negligenciei definitivamente meu trabalho. De fato já não suporto o toque regular das máquinas nem o desembaraço dos colegas. Eles continuam tão voltados para as suas tarefas que não percebem o sol atrás das vidraças; assim que a noite chega picotam os carros na saída do prédio e vão para casa sem o consolo de uma descoberta. Estou ciente de que a minha ainda é precária, mas pelo menos eu a tenho perante os olhos; tanto que não espero o fim do expediente para ir à estação: enquanto disparo pela calçada sinto na boca do estômago a vertigem do viaduto. Isso explica que a partida seja sempre carregada de tensão; mas me disciplinei de tal modo que não dou muita importância a ela. Na realidade, antes mesmo que a comissão saia do lugar eu já estou tranqüilo; só me crispo à vista da curva na Barra Funda; pois é nesse momento que grito o nome de Eleonora com a força que me resta nos pulmões. Já aliviado dirijo-me à porta automática e examino os passageiros — ninguém ouve a voz que o ruído das rodas nos trilhos abafa por completo; nessa circunstância não tenho outra coisa a fazer senão desembarcar na estação seguinte e ir dormir em paz. É certo que a impossibilidade de Eleonora às vezes me tira o sono; mas a idéia de que um dia ela possa atender aos meus apelos me deixa fascinado. ★



3

A partir dessa noite não deixei mais de tomar o subúrbio: mal bato o ponto no escritório corro até a estação, compro a passagem e aguardo o primeiro trem da Zona Oeste. Minha grande preocupação é garantir um lugar perto da janela — uma luta difícil porque são os mais procurados. Logo que me sento faço um esforço concentrado para enxergar o que se passa do outro lado do vidro, uma vez que ele reflete em toda a extensão o movimento interior da cabine. Essa dificuldade me exaspera a ponto de sentir as juntas do corpo estalarem; é ao fim de algum tempo que alcanço o controle necessário para desempenhar minha missão. Basicamente ela consiste em contar os postes da estrada de ferro até a curva

# A imprensa e a história

**O** papel jogado pelo jornal O Estado de S. Paulo na precipitação do golpe de 1964 já faz parte do registro da história. E entra na história dos nossos dias o papel desempenhado, hoje, pela Folha de S. Paulo no apressamento do fim do atual regime, particularmente através do seu engajamento na campanha diretas-já.

*Quem faz a história: a grande imprensa, que molda a opinião pública com a sua influência poderosa ou a força da opinião pública, que obriga os jornais a*

*redefinirem a sua atuação?*

*Para recuperar a história da participação da grande imprensa nas mudanças da nossa história recente, LUA NOVA tomou o depoimento de dois dos principais diretores dos maiores jornais da imprensa brasileira. José Alvaro Moisés e Maria Victória Benevides entrevistaram Ruy Mesquita, diretor do Jornal da Tarde e da empresa O Estado de S. Paulo. Edison Nunes, Hamilton Cardoso e Marília Garcia entrevistaram Otávio Frias Filho, secretário do Conselho Editorial da Folha de São Paulo.*

## O "Estado" e o golpe de 64

Entrevista de Ruy Mesquita

**PERGUNTA** — Como o senhor explica a participação do jornal O Estado de S. Paulo na conspiração que levou ao movimento de 1964? Qual o papel do jornal nesses acontecimentos?

**RUY MESQUITA** — A nossa participação foi sempre, evidentemente, só como jornal, no campo

A partir de 1930, a nossa luta foi contra o Getúlio Vargas e o sistema político que ele criou. Daí, evidentemente, tudo caminhou para o desfecho de 1964. Meu pai disse, logo depois da revolução vencedora, que a primeira vitória contra o getulismo foi a eleição do Jânio Quadros. Ele representou a primeira revolução política realmente séria que houve neste país... Assumiu uma posição liberal, a favor da iniciativa, contra os comunistas, muito articulados, naquela época; no entanto, apesar disso, ele tinha medo do que ia acontecer por causa da mobilização das esquerdas, na época, e já numa situação financeira e econômica muito séria, de inflação, etc.

**MOISÉS** — Dr. Ruy, deixe eu entrar num aspecto que sempre foi uma dúvida, uma perplexidade. Por que houve engajamento dos liberais naquilo que levou a 64? Finalmente, foi um golpe, rompeu



O Estado de S. Paulo

a ordem instituída. Como explicar?

**RUY** — É que o Jango, pelas suas próprias condições culturais, era um incapaz. Era até uma boa pessoa para o convívio social, mas completamente despreparado para algum dia ser presidente da República, muito menos num momento como aquele. E aí, você precisa lembrar do que aconteceu no meio-tempo, quando houve aquela tensão militar terrível e o Leonel Brizola conseguiu cindir as Forças Armadas, levantando o III Exército contra a maioria dos militares dos outros exércitos, que não queriam a posse de Jango. Houve, então, a solução de compromisso para evitar um choque dentro das próprias Forças Armadas.

Logo depois ele fez o célebre plebiscito e restabeleceu o regime presidencialista. Mas o fato é que, neste momento, os militares perceberam que não havia chance de controlá-lo (ele começou a se cercar da esquerda e a iniciar aquele projeto de reforma que chamava de república sindicalista). Militares de segundo escalão nos procuraram, aqui em São Paulo. Dois anos antes do desfecho. Um dia eu estava no jornal e recebi lá a visita de dois oficiais que eu não conhecia antes: o coronel Restell, que hoje é general da reserva; era herói da FEB (foi ferido e tem a maior condecoração americana), um liberal, que veio com mais um capitão chamado Boson que ainda está por aí. Eles traziam informações do serviço secreto do Exército e me convidaram para uma conversa lá no prédio antigo do Estado. Embaixo tinha o bar Jaraguá

e ali conversamos. Ele disse: "Olha, Ruy, nós temos que começar a nos organizar porque o Jango vai dar um golpe, que vai destruir as instituições democráticas no país. Ele está decidido a levar este país para o lado de lá, o lado comunista..."

**MOISÉS** — Os argumentos, na ocasião, eram de que havia risco de um golpe da parte de Jango?

**RUY** — Risco não. Foi se caracterizando isso publicamente para culminar no comício de 13 de março, onde ele expôs o seu programa. Mas isso foi a outra fase. Nesse período só participaram da conspiração militares de segundo escalão. E, na minha opinião, este é um dos fatores mais importantes que explicam o comportamento posterior dos militares, às vezes, violento. O esquema janguista cometeu, na minha opinião, o erro que levou à sua derrota definitiva. Começou a promover a subversão dentro das Forças Armadas.

A partir desse primeiro encontro meu e de mais alguns amigos intimos, nós começamos a ter reuniões com os militares. Com a oficialidade pequena. Era de capitão até coronel. Nenhum general apareceu em nossas reuniões. O Jango tinha montado o que, até aquele tempo, parecia ser decisivo para os golpes militares brasileiros; um esquema para controlar os dispositivos militares. O que eles consideravam os postos decisivos: controle do Exército, que é o único com poder de fogo grande nas Forças Armadas brasileiras; o controle do corpo de

fuzileiros navais e o controle do III Exército, e, na chefia do dispositivo militar, o general Assis Brasil, que era um militar confessadamente comunista. E começou a subversão no meio das Forças Armadas, na forma de movimentos como o dos sargentos de Brasília e de atos de indisciplina.

Aí, nessa fase, semanalmente o nosso grupo de civis reunia com quarenta, cinquenta oficiais e discuti o que fazer para resistir ao golpe que achávamos inevitável. E eles descreviam a situação... Eram comandantes de tropa que não tinham a menor confiança nos seus subalternos. Não confiavam em nenhum sargento de suas tropas, que praticavam diariamente atos de indisciplina, de insubordinação. Isso para um militar é o fim! Eles se sentiam numa insegurança total. Houve uma fase, já mais perto do desencadeamento do movimento, em que os oficiais da Força Aérea, do Campo de Marte, não dormiam nos quartéis de medo de que sofressem um golpe qualquer durante a noite por parte dos seus subalternos. Para mim esse foi o fator decisivo para a mobilização militar. Com a participação de civis, que esses militares organizaram em grupos, que treinavam até militarmente, o que era, na minha opinião, até meio incipiente... Em nenhum momento, nós que participávamos dessas reuniões, tínhamos a pretensão de derrubar o governo. Nós achávamos que, na hora em que ele declarasse a reforma institucional, poderíamos resistir e aí fazer uma espécie de *guerra de guerrilha* e tentar criar problemas para ele

até que se reconhecesse um estado de beligerância dentro do Brasil... Nós éramos os subversivos contra o governo dele. E ele errou...

**MOISÉS** — Insisto: eis aqui um aspecto que interessa para um exame do significado prático do pensamento liberal. Na prática, isso levou, exatamente, ao contrário, ao oposto do que se proclamava: à ditadura.

**RUY** — Levou. Isso são "outros quinhentos mil-réis" que vêm mais tarde. Há um documento do meu pai, que ele chamou "Roteiro da Revolução". Num determinado momento da conspiração ele foi convidado, pelos ex-ministros militares do Jânio, para elaborar um projeto do que deveria ser feito se os militares "subversivos" chegassem ao poder. Eles, evidentemente, teriam, por um determinado período, de estabelecer um regime de exceção. E havia várias sugestões que papai contestou... Havia um projeto de que os militares tinham que ficar no governo pelo menos cinco anos. Ele concordava que, na primeira fase, os militares tinham que assumir o poder. Não era possível derrubar o governo do Jango e convocar uma nova eleição. Havia que se fazer um expurgo, não físico, mas político, como foi feito. A primeira fase das punições, feitas no governo Castelo Branco, se encerrou oficialmente, no dia 15 de junho de 1964. Durou três meses. Foi quando se cassaram deputados, se fez um expurgo nas Forças Armadas. Eles puseram para fora todos os militares que tinham adotado posições

de esquerda radical. E, depois, o governo anunciou que estava encerrado o período da "caça às bruxas" e, daí pra frente, nós íamos tentar a normalização. Mas meu pai, quando foi solicitado pelos militares a apresentar uma sugestão, achava um absurdo (por aí vocês vêem como depois as coisas mudaram) o prazo de cinco anos que estava sendo proposto. Achava que se devia fazer uma coisa muito mais rápida, no máximo três anos. E, depois, que se deveria pôr, imediatamente, em vigor (com algumas modificações para permitir o expurgo) a Constituição de 1946 para que o país ficasse tranqüilo quanto às intenções do movimento. Para promover, imediatamente depois, a redemocratização do país e tudo bem. Essa era a idéia. O Castelo Branco, no momento em que assumiu a presidência da República, tinha o firme propósito de promover uma eleição para eleger um civil. O candidato dele era o Bilac Pinto. Antes era o Carlos Lacerda. Ele era lacerdista. Depois, o Carlos se atritou com ele, o meu pai também...

Aí é que está o problema. Eu me lembro de um episódio. No auge da subversão janguista, eu fui à PUC fazer um debate com os estudantes. A plateia era de estudantes, padres e freiras. Felizmente, fui acompanhado por um redator de *O Estado*, que é um sujeito fortíssimo, valentíssimo, o Itaborai, nosso redator sindical, que impediu que eu fosse linchado lá. Porque eu disse a eles o que eu estava vendo naquela época. E, infelizmente, fui profético. Isso deve ter sido uns dois anos, um ano e meio antes do golpe de

64. Eles estavam com a ilusão de que iam implantar o regime comunista no Brasil. Eu disse: "Vocês estão fazendo uma análise totalmente falseada da realidade sociológica brasileira. Vocês estão usando *slogans* do comunismo internacional que não correspondem à realidade brasileira. Os interesses que vocês falam que existem aqui, no Brasil, são muito relativos. O sistema econômico brasileiro é dominado por gente que chegou no Brasil ontem, por filhos de imigrantes, por pequenos proprietários, por gente que vai lutar para defender o que é deles. Já está se mobilizando. Está conspirando com os militares, está comprando armas". Nós estávamos comprando armas. Inclusive, aí é que entrou o Adhemar de Barros. O Adhemar de Barros forneceu dinheiro para a compra de armas no Paraguai.

Eu tenho um depoimento sobre as Forças Armadas, durante o período em que convivi com eles, que é o mais elogioso possível. Tanto assim que aliás, a maioria esmagadora, 80% dessa oficialidade que conspirou conosco, meses depois, no governo Costa e Silva, já tinham abandonado as Forças Armadas, completamente decepcionados com o rumo que a revolução estava tomando. Quem acabou dominando a revolução, como acontece em todas as revoluções, ao longo da história, não foram os revolucionários autênticos. Que não eram homens capazes de praticar torturas, nem nada disso. Houve vários fatores acidentais que tumultuaram todo o processo da revolução. Eu acho, até, que meu pai foi injusto com o

Castelo Branco, que foi uma vítima.

MOISÉS — O senhor se refere à célebre tese do "desvio de percurso"?

### *O que motivou o apoio dos liberais*

RUY — Exatamente. Mas eu não me arrependo. Volta e meia me perguntam isso: basicamente, o que levou esses liberais a fazerem o que fizeram? A convicção. Você lembra que o Lacerda foi à Europa logo depois da revolução; ele não participou da conspiração. Eu me lembro de um episódio (isso todo mundo esquece). O Jango estava caçando o Lacerda, que era governador do Estado da Guanabara. Uma vez ele apareceu na fazenda da minha família, aqui perto de São Paulo, em Louveira, de madrugada, fugindo do Rio de Janeiro, porque ele estava com medo de ser assassinado. Nessa ocasião, meu pai disse a ele: "Dr. Carlos, nós não podemos escapar, infelizmente, de um período de ditadura militar. É a única solução. Nós temos que derrubar o Jango e não podemos evidentemente derrubá-lo a não ser através dos militares".

MOISÉS — O Dr. Júlio defendia esse ponto de vista?

RUY — Defendia esse ponto de vista publicamente.

VICTÓRIA — O senhor disse uma coisa bem no começo que eu achei muito interessante. O senhor

diria que viam em João Goulart um herdeiro da tradição varguista?

RUY — Pior que isso. Se fosse só um herdeiro do getulismo não havia grande problema. Estou muito impressionado com o atraso político relativo do Brasil em relação a muitos países da América Latina. Você está vendo países latino-americanos que tiveram o mesmo tipo de problemas que nós, solucionando o

problema da transição para um regime democrático com maior facilidade. Ao longo de todo esse processo, os militares sempre fizeram questão de entregar o poder aos civis, por isso entregaram ao Getúlio Vargas. Eles não queriam o poder político. Os militares brasileiros eram milagrosamente progressistas, eram todos oriundos da pequena classe média. Fizeram a Coluna

★

## A "Folha" e as Diretas

Entrevista de  
Otávio Frias Filho

PERGUNTA — Como surgiu o engajamento da *Folha* pelas eleições diretas? Foi algo de momento ou era parte de um projeto mais amplo do jornal?

OTÁVIO — No começo do segundo semestre do ano passado, houve discussões em cima da forma da sucessão e da forma de escolha do futuro presidente da República. Havia duas ordens de preocupação na *Folha*: de um lado, com relação ao tipo de peso que o jornal podia exercer ou poderia colocar nessa discussão pública: tanto poderia adotar uma atitude mais tática,

Folha de S. Paulo



multiplicando e aumentando a chance de intervir no curso dos acontecimentos, como poderia se pretender a uma posição, mais doutrínaria, mais teórica e, nesse caso, também marcaria uma posição. A segunda ordem de preocupação era relacionada ao conteúdo, ligada à forma mesma de eleição. Havia quem opinasse pela idéia de que o jornal devesse bater pé em cima de uma forma que fosse legítima, fosse ela direta ou indireta, e havia quem postulasse, pelo contrário, que o jornal deveria se colocar claramente a favor das eleições diretas.

As coisas começaram a se definir no sentido de que o jornal teria que ter uma posição mais doutrínaria do que tática, de que o que o público esperava da *Folha* era uma posição mais ideológica e menos política, no sentido de interferir no rumo dos acontecimentos. Ficava também definido que o jornal deveria se colocar, claramente, por uma forma de eleição que fosse a eleição direta, embora reconheça a possibilidade de se organizarem eleições indiretas que sejam reconhecidas pelos grupos sociais e pela opinião pública, como legítimas. O jornal achava, por uma série de circunstâncias específicas, que a necessidade de se colocava, hoje, no Brasil, era de se voltar à eleição direta, ao método do voto popular pleno, para escolher o presidente da República. Havia uma série de raciocínios que pesavam em favor dessa decisão que foi tomada em novembro. Quando houve o comício da Praça Charles Miller, no dia 23 de novembro, na semana que antecedeu ao comício, a *Folha* fez uma grande

mente uma atitude doutrinária, de o jornal, além de informar, intervir exatamente numa realidade que se colocava, qual era a expectativa que vocês tinham?

**OTÁVIO** — Olha, a expectativa que a gente tinha era que a campanha não ia mobilizar massas, não seria uma campanha de massas, não tínhamos a expectativa de que seria uma campanha semelhante à campanha da anistia ou da constituinte. Aquilo era uma posição que o jornal ia levar até onde desse, no sentido de continuar falando em diretas ou, simplesmente, ficar falando para nenhum interlocutor. Agora, você tem milhares de interlocutores, entidades que são interlocutoras. Quer dizer, deu-se uma capacidade, um potencial de interlocução em cima desse tema, que é enorme. A gente não tinha essa expectativa.

**EDISON** — Eu queria que você me contasse um pouco, como é que foi e como é que está sendo a estratégia da *Folha*, em se tornar um interlocutor pra sociedade? E como é que as eleições diretas se encaixam dentro dessa estratégia, de se credenciar como ator político?

**OTÁVIO** — Essa questão remete para um panorama mais amplo. Durante os anos 60, e até o começo dos anos 70, a *Folha* — com alguns períodos de exceção — se manteve numa posição bastante fria com vista à política. Era um jornal bastante omissivo que, na maior parte do tempo, se limitava a noticiar os fatos e não emitia opi-

niões. Tanto que a *Folha* nunca esteve sob censura. A *Folha* sempre acatou a censura por telex. Nesse período — anos 60 começo dos anos 70 — foi feito um trabalho muito grande de organização econômico-financeira do jornal. No final da década anterior, o jornal estava numa situação econômico-financeira bastante precária, enfrentando uma série de dificuldades. E houve um trabalho muito duro de organização econômica da empresa. Foi um trabalho bem-sucedido. Depois, já em meados da segunda metade dos anos 60, houve uma modernização tecnológica muito grande na *Folha*. Foi a época em que se instalou a impressão por *offset*, a fotocomposição, a fotomecânica. No começo dos anos 70, tinha um patrimônio de leitores bastante grande. Tinha consolidado o público que tinha desde os anos 50, quando já era um jornal de circulação bastante ampla, e possuía uma rede de distribuição muito eficiente. Junto com esse parque industrial moderno, estava numa situação econômica invejável, realmente: não tinha dívidas e era uma empresa que dava lucro.

Nessa época, houve uma série de discussões sobre o papel político que um jornal como a *Folha* poderia ter. A *Folha* teve algum papel político antes do golpe aqui em São Paulo. Era um jornal especificamente pequeno-burguês, urbano, de muita penetração no professorado, tinha alguma influência em certos temas restritos, em nível municipal e estadual, vamos dizer. Basicamente, participavam dessas discussões o Cláudio Abramo, que na

**MARÍLIA** — Quando foi feita essa opção por assumir delibera-

época dirigia a redação, o meu pai, e eu próprio. Me lembro que havia muito uma preocupação com certo tipo de espaço em que o jornal podia, mesmo naquela época, penetrar. Por exemplo, a defesa do consumidor e a defesa dos direitos humanos; dois temas que eram colocados como temas em que o jornal já tinha condições de interferir.

1974:

### *A Folha adota uma posição mais crítica*

Então, em 74, a *Folha* fez um editorial a respeito da distensão. Um editorial muito enigmático, publicado na capa, que saiu no primeiro dia de 74, ou no dia 31 de dezembro de 73. Acenava com uma necessidade de se fazer algumas mudanças, de se proceder a algum tipo de distensão. E eu me lembro de que, na redação, o editorial foi interpretado como uma inclinação da *Folha* para adotar de vez uma posição fascista. Isso refletiu um pouco o clima de temor que se vivia, em 73, e também a falta de comunicação, muito grande, que havia entre os propósitos da direção e os da redação.

No começo de 74, antes do Geisel tomar posse, o meu pai teve uma conversa com o general Golbery no Rio de Janeiro. E nessa conversa, ele disse ao meu pai quais eram os planos do governo Geisel, o que eles queriam... Enfim, na linguagem dele, queriam recolocar o regime nos trilhos iniciais. Queriam acabar com os abusos e seria muito importante ter um jornal que caminhasse nesse sentido.

O meu pai, que já tinha deixado se sensibilizar pelas discussões que a gente vinha tendo internamente, achou que aquilo era quase um sinal de novos tempos no país. E começou a orientar o trabalho da gente um pouco nessa direção. A *Folha* começou a ter posições mais críticas com relação ao governo estadual e começou a fazer denúncias na área municipal.

Isso foi indo num crescendo até que, no dia da morte do Vlado Herzog, a *Folha* fez uma edição que a gente considera histórica. Não que seja histórica para o país, mas para o jornal. Foi uma edição de grande impacto. A gente já tinha vários articulistas escrevendo no jornal, que deram opiniões bastante críticas sobre aquilo. O jornal fez algumas edições indignadas após a morte do Vlado, especialmente a edição que cobriu a missa de 7º dia dele.

Alguns anos mais tarde, o Golbery teria enviado uma espécie de um recado para a *Folha*: quando teve aquelas conversas iniciais com meu pai, não estava nos planos dele trocar *O Estado* como jornal político em vez de ter a *Folha*. Esta foi a origem de tudo.

Há vários documentos que traduzem a linha desse projeto, basicamente: fazer um jornal liberal, burguês, preocupado com a defesa dos direitos do cidadão, preocupado com os direitos que os grupos sociais têm de se organizar, de se mobilizar, de ter o peso e presença no Estado, preocupado em democratizar a estrutura do Estado, preocupado em introduzir algumas reformas sociais na estrutura do capitalismo.

Quanto à campanha das diretas, eu acho que é um desdobramento natural. Tá dentro dessa delimitação ideológica que eu coloquei. A gente tem uma perspectiva, que não é a perspectiva do *Estado*, por exemplo. A perspectiva do *Estado* é a seguinte: eles são um jornal liberal, mas não levam esse liberalismo até a radicalidade do que é possível dentro do parâmetro liberal. E, embora sejam favoráveis a eleições diretas, eles não fazem uma defesa privilegiada dessa tese, por duas razões: a primeira, é porque não acham que o processo é mais essencial do que a pessoa, e a segunda é porque têm receio que o processo direto conduza ao que qualificam de demagogia, a líderes populistas enfim, à manipulação de massa que vai acabar sendo uma ameaça para a própria ordem democrática da república.

A posição da *Folha* é de que o fundamental é o processo, e os nomes são secundários. E de que a sociedade brasileira já é suficientemente desenvolvida e diversificada, do ponto de vista interno, para que haja controles no próprio nível social, controles em relação a esses perigos, de dirigentes populistas se transformarem em grandes caudilhos. A sociedade brasileira, hoje em dia, é muito complexa, com interesses muito antagonicos, e interesses já bem enraizados na estrutura da sociedade e da economia. Na opinião da *Folha*, os próprios grupos sociais não vão permitir que um líder de massas, ou um presidente eleito pelo voto direto, venha se transformar numa espécie de Perón ou Vargas.

EDISON — Como você caracteriza o compromisso e o papel que a *Folha* escolheu para desempenhar?

OTÁVIO — Eu li, a semana passada, uma entrevista que o Perseu Abramo deu para um jornal estudantil da PUC, onde ele fazia uma análise da imprensa. Dizia que o *Estado* é um jornal mais coerente, que a *Folha* é muito incoerente ideologicamente. E que, por outro lado, a *Folha* é um jornal que tem uma grande sensibilidade conjuntural, uma sensibilidade até oportunística, que é coisa que o *Estado* não tem. Eu concordo com o que ele falou, mas inverto a posição dele. Eu acho que o desejável é o que a *Folha* faz, não o que o *Estado* faz. Porque é muito mais útil que a sociedade tenha um jornal que é sensível às mudanças que ocorrem a cada dia, muito mais útil que os leitores tenham um jornal que se modifica à medida que a disposição deles, leitores, vai se modificando, do que ter um jornal fossilizado, que é uma ideologia incrustada na sociedade, que não se modifica há décadas. Eu acho que jornal não é partido político, jornal não é grupo tebrico, não é escola ideológica. Eu acho que jornal tem que ser movido pela conjuntura mesmo. E a *Folha* faz isso. O nosso compromisso é com os nossos leitores. Quando esses leitores tinham uma atitude politicamente neutra, quando eles tinham uma atitude até de endossar o regime, a *Folha* tinha uma atitude correspondente nessa linha e, quando os leitores se deslocam para uma posi-

ção mais crítica, mais reivindicante, a *Folha* se desloca também. Eu acho que se por um lado isso pode ser visto como oportunismo, por outro lado, também com a mesma razão, eu posso chamar de fidelidade ao grupo social para quem a gente trabalha e a quem a gente está servindo.

### *Partidos fracos, imprensa forte*

**HAMILTON** — E o poder político dos jornais?

**OTÁVIO** — Eu acho que isso até o governo está percebendo. No dia em que o Figueiredo completou 5 anos de mandato, que eles foram comemorar na plataforma de Campos (RJ), o Leitão deu uma entrevista falando que, no Brasil, a imprensa está tendo um poder excessivo, até mais que os partidos. Ele falou literalmente isso, que a imprensa — idiotamente — deu com pouco destaque. Eu acho que isso está acontecendo. Enquanto esses vestígios aí da ditadura não forem removidos de uma vez, enquanto a gente não abrir espaço para partidos mais fortes, partidos ideológicos, mais enraizados, etc., a im-

prensa vai continuar usurpando esse espaço que pertenceu aos partidos e que durante uma época foi usurpado pela Igreja.

**HAMILTON** — Você acha que com a organização da sociedade esse poder tende a diminuir, então?

**OTÁVIO** — Acho sim.

**HAMILTON** — Mas não é o caso dos Estados Unidos, por exemplo?

**OTÁVIO** — É verdade, não é o caso dos Estados Unidos. O símbolo disso é Watergate, que ficou um verdadeiro golpe de Estado. A maneira como se fazem golpes de Estado nos Estados Unidos é daquele jeito. Aquilo foi um golpe de Estado, porque ninguém há de imaginar que a administração Nixon fosse a única administração americana onde acontece aquele tipo de práticas... Mas é bem lembrado isso, nos Estados Unidos eles conservam um grande poder. Apesar disso, a estrutura partidária americana, embora não seja muito enraizada, embora não seja ideológica, é uma estrutura forte. ★

# Jornais são partidos?

Francisco Weffort\*

**J**ornais não são partidos políticos. Mas como se parecem às vezes! Nos embates que precedem o golpe de 1964, o *Estado* desempenhou algumas das funções essenciais de um partido. Hoje, a *Folha* funciona, pelo menos na campanha das diretas, como se fosse uma frente política. Em 1964, o *Estado* estava ligado — embora apenas por vínculos de amizade e de opção pessoal de alguns dos seus diretores — à União Democrática Nacional (UDN). No caso da *Folha*, as ligações partidárias são ainda mais tênues. E, contudo, ela aparece como uma frente, ou pelo menos parte de uma frente. De uma frente política que, aliás, pelo menos formalmente, não existe.

Bem pensadas as coisas, não deveria haver problema nenhum se um jornal liberal se parece com um partido ou com uma frente. A tradição liberal gosta de definir os partidos como partidos de opinião. E que dizer da tradição da imprensa moderna senão que enraiza, também, no prestígio da opinião? Em que pese o desenvolvimento recente do chamado jornalismo objetivo, apoiado sobretudo na força da

informação, não se conseguiu desbancar a tradição. As páginas editoriais dos jornais continuam sendo o espaço nobre dos jornais e a opinião flui, de modo explícito ou não, em todo o noticiário. Se os partidos são de opinião e os jornais também são de opinião, nada de surpreendente se estes às vezes se comportam como aqueles.

A questão é outra. Qual a real diferença entre a opinião e a ação? É sabido que em 1964, o *Estado* não se limitou a informar e a opinar. Através de seu diretor Julio de Mesquita Filho, o jornal se articulou em um esquema conspirativo. Pouco importa aqui discutir se isso foi bom ou ruim. O que vale é mencionar que a conspiração é um exemplo típico de ação política. Como também pode ser tomado como exemplo de ação política o tipo de intervenção jornalística que a *Folha* pretende — e frequentemente consegue — sobre o cenário político. Nos dois casos, o típico da ação é a criação de fatos, de novas realidades.

Nos partidos, já se sabe, a diferença entre opinião e ação é pequena, quase inexistente. Nenhum político que tome a sério a sua condição partidária se arrisca a opinar com a liberdade de juízo de um jornalista comentando (ou noticiando) os acontecimentos do dia. É que ele sabe que toda opinião sua, enquan-

\* Francisco Weffort é professor de Ciência Política na USP, membro da Executiva Nacional do PT e membro do Conselho Deliberativo do CEDEC.

to membro de um partido, é um compromisso com a ação, com a ação passada ou futura, com a sua ação ou a de seus companheiros. Ou mesmo, por rebote, a de seus adversários. Em que pese a tradição liberal dos partidos de opinião, partidos não são apenas idéias. São também organizações, máquinas, conjuntos de pessoas envolvidas em decisões práticas. A continuidade da opinião na ação é, portanto, coisa de rotina na vida dos partidos. Nos jornais, porém, é um fato excepcional. Como entender a exceção?

### **Conjugar a opinião com a ação**

Fique claro, desde já, um ponto. Existem circunstâncias em que a opinião só pode se expressar se conjugar, de modo direto e imediato, com a ação. Um exemplo disso foi fornecido pelo *Estado* e pelo *Jornal da Tarde* nos tempos mais escuros do regime de 1964, quando começaram a publicar trechos dos *Lusiadas* e receitas de cozinha no lugar das notícias censuradas. Primeiro, foi a surpresa geral dos leitores. Que loucura é essa? Depois, com a repetição, os dois jornais acabaram por estabelecer uma relação de cumplicidade (ou seria melhor dizer de solidariedade?) com seus leitores, que acabaram por atribuir ao gesto, de início insólito, o caráter de uma ação de resistência política.

Regimes que censuram a imprensa não gostam que esta noticie que ela está sendo censurada. A rigor,

não era isso o que o *Estado* e o *JT* diziam, pois eles se limitavam aos textos de Camões e às tradições culinárias. Mas todo mundo sabia que era isso, precisamente, que eles queriam dizer. Era como alguém que usa a própria mordada para protestar contra o fato de estar sendo amordaçado. Era, portanto, uma forma de resistência que, por tornar-se pública, servia de estímulo a outras formas de resistência ao autoritarismo. Era um ato de desobediência, muito particular e específico, mas que, por tornar-se público, funcionava como sugestão à desobediência civil em geral. Era, pois, uma forma de ação política, no sentido que eu defini acima para os partidos.

Há, porém, outras razões que podem levar jornais a fazerem rapidamente o caminho da opinião à ação. Passo depressa por uma delas, talvez a mais fácil e também, provavelmente, a mais enganosa. De que tipo é o liberalismo do *Estado*? De que tipo é o liberalismo da *Folha*? Que tal fazermos aqui um pequeno discurso sobre a eficácia da ideologia? Entendo que isso também está em causa. Mas me parece que a equação ideológica é, provavelmente, a mais débil para se compreender por que o *Estado* foi ao golpe em 1964 e a *Folha* decidiu apoiar as ruas em 1984. O problema é que embora se pareçam, às vezes, com partidos, jornais são, de fato, empresas e um público de leitores é muito mais um público de consumidores do que de adeptos de uma causa política. Esta é a diferença mais significativa entre a opinião de um partido e a opinião de um jor-

nal. As opiniões de um jornal são, normalmente, parte de uma mercadoria que envolve também palavras cruzadas, histórias em quadrinhos e anúncios classificados.

Para se entender o *Estado* de 64 e a *Folha* das Diretas, minha opinião é que a condição desses jornais, como empresas, em especial como empresas de família, explica mais do que qualquer argumento sobre a ideologia em geral. Tive a oportunidade de visitar esses dois jornais em 1982, acompanhando o Lula em sua campanha para o governo do Estado. A circunstância merece ser lembrada porque a presença de um líder operário, nítido em sua condição de classe como Lula, servia para estimular a nitidez também no outro lado da mesa.

### **Na Folha: à mesa, o espírito liberal burguês**

A conversa na *Folha* transpirava o espírito liberal burguês da empresa. O velho Octavio Frias presidia a mesa de almoço, de que faziam parte os representantes do PT e alguns editores do jornal, como quem preside uma mesa de debates. Equidistante das opiniões em discussão, bem-humorado e — penso eu — entusiasmado pelo fato de estar ali, como garantia para um agradável entretchoque de idéias. Todo mundo disse o que quis mas ninguém tinha dúvidas quanto a saber onde estava o bastão do comando.

Mais expressiva ainda, me parece, foi uma frase do Frias quando me dirigi a ele chamando-o de “doutor Frias”. Havia vários doutores à

mesa e, ao que me parecia, o único “não doutor” era o Lula. Ledo engano. O dono da empresa também não era doutor, como ele próprio fez questão de declarar, de um modo discreto mas onde se podia perceber uma pontinha do orgulho.

### **No Estado: estilo e maneiras aristocráticas**

A diferença com o ambiente que encontramos, no dia seguinte, no *Estado* era notável. Dizer que o Frias é um burguês e que os Mesquita são aristocratas é mais do que um clichê. É uma constatação sociológica sobre estilos e maneiras. Coisa que Julio Netto confirmou ao comparecer no comício do PT em Santo Amaro. Só um aristocrata pode ter a largueza de gesto que reconhece e, portanto, legitima um adversário.

Jornais são empresas e, portanto, posições de classe. Posições que, às vezes, se vêem ameaçadas e que se defendem como podem. Creio que é esta a explicação mais forte para a conversão do *Estado* em partido político nos idos de 1964. Não foram os Mesquita os únicos empresários que conspiraram e, entre os muitos que o fizeram, a maioria pouco ou nada tem a ver com os seus estilos aristocráticos ou com as suas concepções liberais. Havia muita gente naquele momento temerosa de que a revolução social surgisse na virada da primeira esquina.

Hoje, a situação é outra. A *Folha*, que tomou sozinha a iniciativa da campanha das Diretas (naquele momento só o PT, entre os partidos,

empunhava com firmeza a bandeira), não passa por nenhuma ameaça ao estilo das de vinte anos atrás. Por que, então decidiu assumir, junto com os riscos do mercado, os riscos da política? Creio que a resposta está na lógica do desenvolvimento das empresas de família. Todas elas têm, nas origens, um fundador que amassou barro com as próprias mãos, mas sonhando sempre com um palácio tão sólido quanto qualquer outro, destes que parecem estar, aí, há tanto tempo

que ninguém mais se lembra de como começaram. Empresas de família passam sempre por algum momento em que a busca de reconhecimento é, portanto, de legitimidade, pode se tornar um impulso poderoso. Reconhecimento e legitimidade são formas de sobreviver, de durar no tempo, de permanecer na memória da comunidade, sinais de nobilitação que não vêm do berço mas da conquista. Pode haver melhor campo para isso do que o campo da política? ★

# As origens da dívida

Paulo Davidoff Cruz \*

A atual dívida externa brasileira tem suas origens na extraordinária expansão dos bancos dos países capitalistas avançados que, a partir do final dos anos sessenta, passaram a procurar clientes fora dos Estados Unidos e da Europa. Nesse sentido, o endividamento brasileiro não constituiu um caso isolado.

O que há de particular na dívida brasileira é a sua forma e o seu tamanho, quando comparados com os de outros "países em desenvolvimento". E aqui entra a responsabilidade do governo brasileiro, que, após 1964, estimulou o endividamento maciço do país tornando, com isso, nossa economia fortemente exposta às marchas e contramarchas do sistema bancário internacional. Mais grave ainda, o governo brasileiro criou uma situação na qual a política econômica do país acabou ficando totalmente atrelada aos interesses dos banqueiros internacionais.

## Os anos do milagre

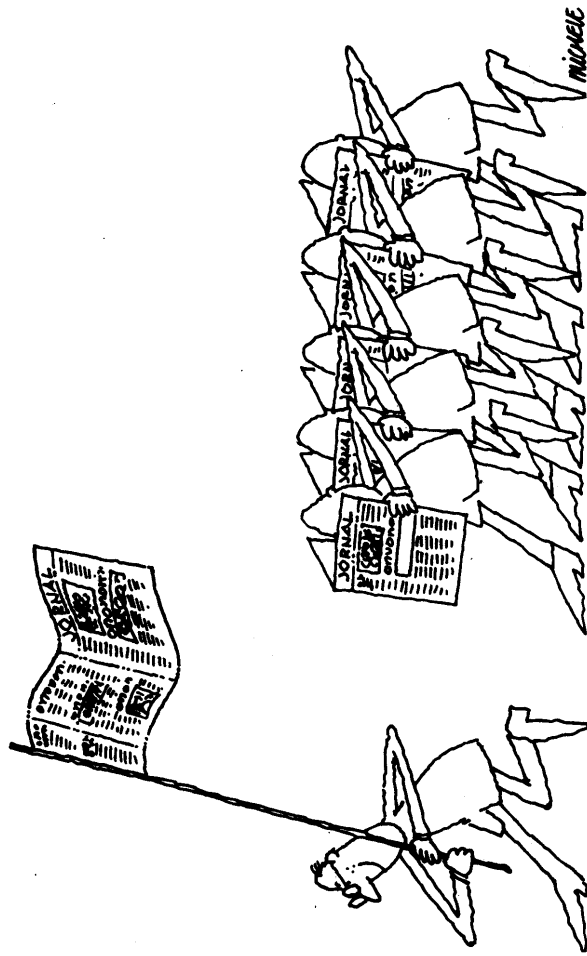
De 1968 a 1973, o período do chamado "milagre", a nossa economia cresceu a taxas superiores a

10% ao ano. Nesses anos, a dívida externa brasileira aumentou significativamente. Se, em fins de 1968, ela somava 3,8 bilhões de dólares, já em 1973, alcançou os 12,6 bilhões! O governo justificou-se dizendo que o endividamento era necessário porque o país precisava de moeda estrangeira para comprar no exterior máquinas, equipamentos, matérias-primas e processos tecnológicos necessários ao desenvolvimento econômico.

A posição do governo carecia de qualquer fundamento. Na verdade, as importações de mercadorias cresceram bastante ao longo do período de 1969 a 1973, fazendo crescer também a necessidade de moeda estrangeira para pagá-las. Mas, ao mesmo tempo, houve um expressivo crescimento das exportações. Como as exportações são pagas em dólares, seu rápido crescimento garantiu os recursos necessários para fazer frente à ampliação das importações, conduzindo a um equilibrado balanço comercial (que é o valor das exportações menos o valor das importações) nesses cinco anos.

Além disso, durante os anos do "milagre", nossas compras de serviços produtivos (tecnologia, transportes e seguros) ultrapassaram em 2 bilhões de dólares o valor de nossas vendas. Boa parte desse déficit foi coberta pelo saldo de 1,1 bilhão de dólares, da conta de capital de

\* Paulo Davidoff Cruz é professor do Dep. de Economia da UNICAMP.



risco (o investimento das empresas estrangeiras menos o lucro que retemeram para as matrizes).

Concluímos, então, que o aumento de 6,8 bilhões de dólares da dívida bruta, observado neste período, não está relacionado ao pagamento de mercadorias (máquinas, equipamentos, matérias-primas, etc.) nem ao pagamento de serviços produtivos (tecnologia, transportes e seguros). O crescimento da dívida está relacionado ao pagamento de juros da dívida anteriormente contraída e, principalmente (90% do total!!), à formação de reservas internacionais (dólares que entram no país e que ficam em mãos do governo).

Como isso ocorreu? Na verdade, a expansão econômica do "milagre" levava as empresas a buscarem créditos para aumentar seus negócios, aceitando de bom grado as facilidades oferecidas pelos bancos internacionais. Ao contratar empréstimos no exterior, as empresas obtinham dólares que eram vendidos ao governo em troca de cruzeiros, pois as empresas não usam moeda estrangeira em seus negócios dentro do país.

O governo, por sua vez, vendia os dólares para aqueles que tinham pagamentos a serem feitos no exterior (uma empresa, por exemplo, quando compra uma máquina nos Estados Unidos, faz o pagamento em dólares, não em cruzeiros). Evidentemente, se o governo permitisse que entrassem no país mais dólares do que os necessários para realizar os pagamentos no exterior, seria inevitável que o montante de reservas internacionais aumentasse consideravelmente e desnecessariamente.

Mas não era suficiente que o governo permitisse ou estimulasse a empresa a buscar créditos externos. O fundamental é que os bancos internacionais, com farta disponibilidade de dólares, naquele momento, procuravam ansiosamente clientes fora dos Estados Unidos e da Europa. Por isso, nossa economia, da mesma forma que várias outras economias "em desenvolvimento", foi "invadida" pelo capital financeiro internacional que buscava operações lucrativas em todos os cantos do mundo.

### *Tempos do*

### *"Brasil-potência"*

O período seguinte, 1974/76, ao contrário do anterior, apresenta uma situação internacional desfavorável com a profunda crise que atinge as economias capitalistas avançadas e com o choque provocado pela alta dos preços do petróleo, que se multiplicaram por 4 em fins de 1974. O governo dizia, porém, que a crise era momentânea e passageira e que a economia brasileira poderia seguir, tranquilamente, seu caminho de desenvolvimento. O descaso frente à crise internacional foi tão grande que, por essa época, o governo Geisel lançou o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), apoiado num discurso triunfalista que falava do "Brasil-potência".

Acontece que a implantação dos projetos do II PND consumia uma grande quantidade de bens importados justo num momento em que o preço desses bens crescia vertiginosamente. Ao mesmo tempo, a crise

internacional dificultava as nossas exportações. Isto explica o saldo negativo de 10,5 bilhões de dólares na balança comercial. O déficit na balança de serviços produtivos (tecnologia, transportes e seguros) contribuiu para elevar esse total a 11,8 bilhões!

Por outra parte, as dificuldades externas se aprofundaram ainda mais, por causa dos juros a serem pagos aos banqueiros, que atingiram 4 bilhões de dólares, o que significa um acréscimo superior a 300% em relação à média do período 1969/1973. Agora não só teriam que ser pagos os juros de uma dívida da cada vez maior como, também, as taxas de juros e as comissões tinham aumentado expressivamente.

Temos, então, dois fatores responsáveis pelo novo aumento da dívida brasileira: 1.º) a fantasia do "Brasil-potência", de que a economia brasileira constituía uma "ilha de tranqüilidade", era tal que praticamente nenhuma medida foi tomada pelo governo brasileiro com o objetivo de reduzir os desequilíbrios da balança comercial; 2.º) o custo da dívida brasileira tornava-se cada vez mais alto devido ao aumento dos juros e das comissões cobrados pelos banqueiros internacionais.

### *Crescem os juros, cresce a dívida*

Em 1977/78, a dívida cresce a uma taxa média de 30% ao ano, uma das mais elevadas de todo o período em discussão. E isso ocorre em uma época de relativa regularização das relações comerciais brasi-

leiras com o resto do mundo!

As economias capitalistas avançadas se recuperam a partir de 1976, o que permitiu um aumento nas nossas exportações. E a redução da taxa de crescimento do produto interno brasileiro possibilitou a redução das importações. Assim, descontada a contribuição líquida da conta de capital de risco (investimento das empresas estrangeiras menos a remessa de lucros para as matrizes), resta um saldo negativo no balanço de mercadorias e serviços de apenas 2,7 bilhões de dólares a ser financiado por novos empréstimos.

Contudo, a dívida cresceu 13,5 bilhões de dólares! Isso significa que os empréstimos no período foram usados principalmente para pagar juros e para acumular mais reservas internacionais (dólares que ficam momentaneamente sem uso nas mãos do governo). Somente os juros atingiram a cifra de 4,8 bilhões de dólares nesses dois anos, o que representa cerca de 36% do acréscimo da dívida. Além disso, nossas reservas internacionais cresceram 5,3 bilhões de dólares, respondendo, portanto, por outros 40% dos novos empréstimos contratados no período.

Em 1977/78, a política do governo brasileiro estimulou as empresas públicas e privadas a contrair muitos empréstimos no exterior. As empresas estatais executoras dos principais projetos do II PND evidenciaram-se pesadamente, principalmente as dos setores de energia (Itaipu, Programa Nuclear etc.), siderurgia (Tubarão, Açominas etc.) e transportes (Ferrovia do Aço

etc.). E isso foi possível graças a um novo período de extraordinária expansão das operações bancárias internacionais, que conduziu a um aumento generalizado da dívida externa dos "países em desenvolvimento".

### **A escalada da taxa de juros no mercado internacional**

O período 1979/80 é marcado por importantes acontecimentos a nível internacional. Pesaram bastante o segundo choque do petróleo (mais uma brutal elevação dos preços), que causou forte aumento em nossos gastos com importação, e retorno à recessão nas economias capitalistas avançadas, o que diminuiu nossas possibilidades de exportações.

Como consequência, o valor de nossas importações aumentou mais do que o valor de nossas exportações, e descontados os dólares que entraram por conta de investimentos de empresas estrangeiras, menos os lucros remetidos para as matrizes, restou um saldo negativo de 7,2 bilhões de dólares nos dois anos.

Mas, o mais importante é que há uma disparada da taxa de juros no mercado financeiro internacional, com um impacto explosivo sobre nossa dívida externa. Os juros, que já vinham exigindo o aumento da dívida para seu pagamento, atingem valores assombrosos em 1979/80.

Pela primeira vez na história recente da dívida externa, o *acréscimo da dívida é insuficiente para pagar os juros da própria dívida vendidos no período*. De fato, os em-

## **OS BENEFICIÁRIOS DA DÍVIDA**

A busca de empréstimos externos por uma empresa pode ser feita de duas formas. Na primeira, a empresa procura diretamente um banco internacional (em Nova Iorque, Londres, etc.) e solicita o empréstimo. Na segunda, um banco que opera no Brasil (Bradesco, Itaú, Citibank, Banco do Brasil, etc.) solicita o empréstimo a um banco internacional e reempréstima os recursos a um cliente no Brasil.

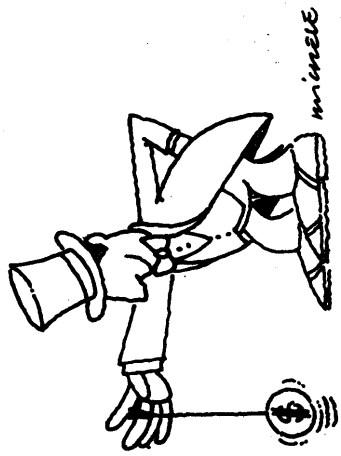
A primeira modalidade — a mais importante ao longo do período — é usada quase que exclusivamente por grandes empresas, pois só elas podem oferecer as garantias exigidas pelos banqueiros internacionais. As pequenas e médias empresas brasileiras só têm acesso ao crédito externo através da segunda modalidade, ou seja, recorrendo a um banco no Brasil que contrata o empréstimo junto aos bancos internacionais. Evidentemente, nesse segundo caso o empréstimo fica mais caro, pois, além de pagar os juros e as comissões cobradas pelo banco internacional, a empresa também tem que pagar as taxas cobradas pelo banco brasileiro.

Para as grandes empresas, especialmente para as multinacionais, foi um ótimo negócio tomar empréstimos externos. Isso por que o governo brasileiro, através de várias medidas de política econômica, garantiu durante todos esses anos que os juros dos empréstimos externos fossem mais baixos do que os dos empréstimos internos. Mais ainda, as filiais das empresas multinacionais utilizaram as facilidades oferecidas pelo governo, quanto aos empréstimos externos, para burlar a lei da remessa de lucros. Muitos dos investimentos estrangeiros realizados no país pelas multinacionais foram registrados no Banco Central do Brasil (que é quem controla as entradas e saídas de dólares) como empréstimos, já que, com isso, era possível mandar maior quantidade de dólares de volta para a matriz (sob a forma de amortizações e de juros) fugindo das restrições impostas pela lei da remessa de lucros.

Nos anos em que a economia brasileira apresentou elevadas taxas de crescimento, as filiais de empresas multinacionais recorrem maciçamente aos empréstimos externos para ampliar seus negócios no país. Participaram desse processo as multinacionais de praticamente todos os setores de atividade, como, por exemplo, os da indústria automobilística — Ford, General Motors, Fiat, etc. —, da indústria química e farmacêutica — Dow Química, Bayer, Hoechst, etc. — da indústria de material elétrico — Siemens, Ericsson, Telefunken, etc. — e de vários outros setores.

No fim do período, em função da política adotada pelo governo, foi a vez de as grandes empresas estatais intensificarem a contratação de empréstimos externos. Por essa época, quase todas as estatais se endividaram pesadamente, no exterior, principalmente as das áreas de energia, siderurgia e transportes.

As empresas privadas de capital nacional, embora em menor proporção do que as multinacionais e as estatais, também se endividaram com recursos externos, principalmente, como já foi dito, através de empréstimos obtidos junto a bancos que operam no país e que controlam empréstimos junto aos bancos internacionais. Nesse caso, os grandes beneficiários foram os bancos estrangeiros que têm filiais no Brasil — Citibank, Lar Brasileiro, London, Francês e Brasileiro, etc. — pois, favorecidos pelas relações matriz-filial, apanharam muitos dólares no exterior para reempréstá-los às empresas nacionais ampliando extraordinariamente, com isso, seus negócios no Brasil. ★



préstimos líquidos totalizaram 9,2 bilhões de dólares, enquanto os juros alcançaram o montante de 10,5 bilhões de dólares! Isto abriu ao uso de uma parte das reservas internacionais (5,0 bilhões de dólares) e a contratação de empréstimos de emergência em péssimas condições quanto a prazos e custos (2,8 bilhões de dólares de empréstimos de curto prazo).

O aumento da taxa de juros no mercado financeiro internacional começou quando o governo dos Estados Unidos, preocupado com a inflação em seu país, restringiu severamente o crédito. A elevação da taxa de juros norte-americana rapidamente se propagou para os demais centros financeiros internacionais.

Já que a maior parte dos contratos de empréstimos é firmada com cláusula de taxa de juros fluante (isto é, o contrato não determina uma taxa fixa de juros a ser cobrada durante todo o período do contrato, mas sim que os juros serão cobrados de acordo com a taxa vigente a cada momento no mercado financeiro internacional) é fácil perceber o choque causado por essas acentuadas variações sobre o montante de juros a ser pago em cada ano. Se, por exemplo, o país deve 50 milhões de dólares e se a taxa de juros é de 10% ao ano, então os juros anuais montam em 5 bilhões. Se a taxa de juros sobe para 15% ao ano, então os juros devidos aos banqueiros sobem automaticamente para 7,5 bilhões!

Na verdade, a importância assumida pelos juros nos desequilíbrios globais do setor externo revela uma das faces perversas do elevado endi-

vidamento externo. À medida que aprofundou sua dívida, a economia brasileira tornou-se duplamente mais exposta a períodos mundiais recessivos e inflacionários: a recessão dos países centrais causa uma redução das nossas exportações e ainda vem acompanhada de políticas que elevam as taxas de juros internacionais, fazendo com que estes pesem cada vez mais nas contas externas dos países endividados.

### A tutela do FMI

O período de 1981/83 tem como características principais o aumento ainda maior do peso dos juros nas contas externas brasileiras e a imposição por parte dos banqueiros internacionais da adoção de uma política fortemente recessiva com o objetivo de, ao diminuir a produção das empresas, provocar uma queda nas importações. Isso porque, ao importar menos do que exporta, o país geraria um saldo em dólares para ir saldando os compromissos com os banqueiros internacionais. Essa política, implantada já a partir de fins de 1980, permitiu, é verdade, que exportássemos 1,2 bilhão de dólares a mais que importamos em 1981.

Contudo, esse saldo foi insignificante frente ao assombroso volume de juros vencido no ano: 10,3 bilhões de dólares! Isto obrigou à continuação da tomada maciça de novos empréstimos. Apesar do "bom comportamento" do governo brasileiro quanto à política econômica, tais empréstimos foram contraídos em condições de prazos e custos crescentemente desfavorá-

veis. Por outra parte, essa política, de inexpressivos resultados quanto às contas externas, teve graves consequências para o país, gerando queda de produção e forte desemprego.

Esse quadro foi agravado no fim de 1982, quando o México e outros países mostraram-se incapazes de continuar saldando seus compromissos com os bancos internacionais. Os banqueiros, para garantir seus investimentos, impuseram condições mais drásticas aos devedores, exigindo, no caso brasileiro, que a política econômica fosse submetida à aprovação e fiscalização pelo Fundo Monetário Internacional — FMI.

Assim, o processo de endividamento externo, que desde a época do "milagre" vinha sendo justificado pelo governo como altamente desejável para o desenvolvimento do país, acabou atrelado a política econômica brasileira aos interesses dos banqueiros internacionais. Mais do que isso, a política que vem sendo imposta pelos banqueiros significa recessão econômica, ou seja, quebra de produção e desemprego em escalas crescentes em todas as regiões do país.

As "negociações" em curso com os banqueiros, tal como vêm sendo conduzidas pelo governo, não permitem perceber, por sua parte, qualquer desafogo quanto ao setor externo nos próximos anos. Permite, isso sim, prever a intensificação da política recessiva com novas quedas nos níveis de produção e de emprego e o conseqüente aprofundamento da crise econômica e social que assola o país. ★

# Mais respeito! A festa é do povo

Fernando Pamplona \*

**H**á, hoje, muita coisa interferindo na realidade do carnaval carioca. A gente sente as influências que estão agindo na transformação do carnaval. São influências que, às vezes, independem da própria realidade específica do carnaval, mas agem sobre toda a sociedade. Houve uma evolução enorme na naturalidade que eu conheci — mesmo como pessoa estranha ao ambiente — no carnaval carioca. Por essa evolução passaram, não apenas as escolas de samba, mas todas as formas de expressão do carnaval: ranchos, blocos, grandes sociedades, etc.

Tradicionalmente, o carnaval sempre foi um fenômeno comunitário. Organizado localmente em cada bairro do Rio, contava com a participação e o trabalho voluntário dos moradores. Nessa época, os bairros do Rio eram distantes uns dos outros, separados por muito mata, e funcionavam como comunidades autônomas.

Com o crescimento da cidade, com a incorporação dos subúrbios à metrópole e com o interesse que a burguesia e o próprio poder passaram a ter em uma criatividade pura

e sem padrinhos — a criatividade popular —, a história do carnaval entrou numa segunda fase que assistiu à integração entre duas culturas: a cultura popular e a cultura burguesa erudita ou semi-erudita.

Houve um apelo da cultura popular a alguns indivíduos enraizados nela mas que tinham acesso à cultura erudita; ou seja, ao rádio, à imprensa e à televisão. Paulo da Portela foi buscar em Heitor dos Prazeres, que já tinha a porta aberta, um elemento que pudesse difundir o nome da Portela, já em termos muito mais amplos de divulgação e comunicação. Esse cruzamento entre duas culturas fez com que estetas e artistas de uma maneira geral passassem a se interessar mais pelo complexo de criatividade popular.

Veio uma outra fase, na qual eu me insiro. Eu não queria mais fazer pintura nem escultura, mas criar junto com o povo; pelo menos, sentir o que ele sentia. O desfile das escolas começou a ser criado como uma produção artística de duas culturas. Houve um cruzamento, um choque entre uma escultura natural e uma escultura "educada". E esse casamento foi fruto de uma exposição maravilhosa, onde a alta burguesia passou a reconhecer aquilo que a polícia proibia, que o próprio Estado negara resguardar sua integridade...

\* Fernando Pamplona é artista plástico, professor e ex-carnavalesco do Salgueiro.



Aconteceu no carnaval carioca algo muito semelhante ao que aconteceu, anualmente, em Atenas, na Grécia Antiga, no dia da festa do deus Dionisos. Lá, o sacerdote de Dionisos entrava na cidade numa carroça e a mulher do Arconte-Rei subia na carroça e se casava ritualmente com o deus Dionisos. A partir daquele momento, Dionisos era aceito pela sociedade ateniense e, naquele dia, valia tudo. Era carnaval.

### *Os poderosos se submetem ao império de dionisos*

E nessa fase da história do carnaval brasileiro, a que eu estava me referindo, de repente, nossa sociedade aceitou Dionisos, que, entre outras coisas, era o deus do prazer, e ele imperou. Mais do que isso, a grande cultura social submeteu-se à cultura advinda. E a mulher do rei foi trepar com Dionisos: as mulheres dos poderosos passaram a querer desfilar nas escolas de samba. O complexo é de uma identidade excepcional na comunhão das duas idéias.

Em certo momento da história das escolas de samba aconteceu uma intervenção indevida na manifestação popular espontânea. Ou através do processo econômico, ou através do processo financeiro, a escola que rendia mais dinheiro passou a ganhar o carnaval. E, no fundo, o desejo de cada uma dessas sociedades, mesmo da mais pobre e última, é ter um dia a taça de primeiro lugar. É a emulação natural

entre indivíduos ou entre grupos. "Eu vou ao primeiro, nem que tenha que gastar o último tostão".

Então, inventou-se um muro nas escolas, inventou-se uma portaria, passaram a vender cerveja, passaram a alugar as mesas, passaram a cobrar entradas. E entramos no que nós chamamos fase da Escola de Samba S.A. (sociedade anônima). Passes são comprados, o profissionalismo entrou no processo, as grandes multinacionais entraram na vendagem e gravação do disco. Limitou-se a própria criatividade espontânea, marcou-se data para a produção do disco, marcou-se data para os eventos, data para as decisões.

Hoje, o ganhador de um sambarendê é um homem que tem dois ou três anos de sobrevivência garantidos ou, na pior das hipóteses, compra uma casa. Virou uma guerra interna. E a própria sobrevivência econômica desvirtuou a criatividade natural. Não é mais um processo de integração de duas culturas, mas a intervenção grotesca do poder. E quando eu falo poder, não é o poder oficial, o governo, mas o poder econômico, o poder social, o poder do prestígio.

Através das escolas, os bicheiros acharam que poderiam se ver livres, e ser aceitos no Jockey Clube, até para falar com o senhor prefeito. Um quarto poder entrou no processo. Os políticos viram que era um casal para a divulgação de seus ideais. Alguns partidos patrocinaram ostensivamente algumas escolas. Como a Beija-Flor, de Nilópolis, que hoje é patrocinada pelo governo federal porque a família

do presidente da escola, o senhor Abraão Davi, é ligada ao governo federal e ao Exército — que, apesar de não estar pretendendo ser governo, ainda o é. Para os enredos do carnaval, passaram a usar temas que divulgavam — como qualquer Departamento de Imprensa e Propaganda do tempo do Getúlio — as realizações do governo, como PIS, PASEP, Transamazônica etc. Trouxeram um grande carnavalesco, que é Joãozinho Trinta, para representar Nilópolis.

### *Um novo estilo de carnavalesco*

Como a lei diz que nós não podemos mais eleger o nosso prefeito, o preposto do governador, assim como o presidente da República, o prefeito recomendado não tem possibilidade de dizer ou definir nada, mesmo nas decisões que seriam absolutamente municipais. E isso faz com que, para surpresa nossa, um político, um engenheiro, um homem que ficou ausente da evolução da vida popular que aconteceu no Brasil nos últimos anos entre em cena travestido de carnavalesco. É o caso do senhor Brizola. Não é tão grave: um governador não tem obrigação de ter um conhecimento cultural eclético e pode ignorar problemas que não lhe são afetos, problemas de estética e de cultura popular. Grave mesmo é um antropólogo, defensor das minorias, no Brasil, que é o vice-governador Darcy Ribeiro, intervir de uma maneira tão imprópria na vida que seria peculiar ao município do Rio

de Janeiro.

Inventou de construir uma Passarela do Samba, de concreto, por onde as escolas desfilam. É uma apoteose arquitetônica. No final tem uma praça com um museu no meio, onde ele imagina — sem nunca ter feito um carnaval — que, depois de as escolas desfilarem, elas poderiam circular em torno do monumento, para gáudio das autoridades e dele mesmo, possivelmente. Vem então travestido de Luis XIV, querendo fazer um espetáculo só pra ele, ferindo o princípio fundamental do cortejo que representam as escolas de samba.

Essa intromissão do vice-governador com o apoio do governador numa coisa que não lhe compete — definindo de maneira tão arbitrária e ignorando as próprias raízes que ele sempre defendeu quando lutou contra o poder — entristece-nos porque ele esquece o compromisso fundamental e repete, em proporções carnavalescas, a crise que estamos vivendo em proporções nacionais. Isto é, a falta de consulta à origem, a falta de consulta à vivência, a falta de consulta ao povo ou através de pesquisa de opinião popular, ou através do voto.

E o menosprezo fundamental ao que a comunidade quer e a imposição de sua opinião como se ele fosse o ditador como os ditadores que ele combateu. De repente, o Darcy, que é um dos maiores expoentes de liberdade que nós, o povo, tivemos, ignora o regionalismo e o direito de cada comunidade decidir o que quer e como quer. E, mais do que isso, ignora um processo natural de criatividade popular. ★

# Sambódromo: um importante espaço de lazer popular

Edgar Graeff\*

**O**s primeiros no Brasil a falar, com fundamento, de um espaço especialmente projetado para o desfile anual de Escolas de Samba foram os arquitetos Alfredo Brito e Joca Serran. Estudaram o assunto com muita seriedade. Se não me engano, foram assessorados e animados por Sérgio Cabral, esse notável homem de pensamento que se fez político para melhor defender as manifestações culturais do povo carioca.

Mas acredito que o fato de a Passarela ter sido projetada e construída exatamente agora, em "ritmo de Brasília", deve-se à presença de Darcy Ribeiro no governo do Estado do Rio de Janeiro. Quem o conhece bem e reconhece seu profundo e ativo sentimento de povo e de cultura brasileira; quem sabe da sua aguda lucidez e sua coragem cívica — temperada, é bem verdade, por uma certa dose de autoritarismo — só podia esperar isso mesmo: que Darcy Ribeiro arrancasse a idéia do ar para realizá-la na prática, com aquela mesma garra que revelou na concepção e construção da Univer-

sidade de Brasília.

E quem conhece Leonel Brizola — mesmo discordando dos seus deslizes personalistas, como no caso das últimas eleições no Rio Grande do Sul, onde, por mera arrogância de cacique ferido, rompeu a unidade das oposições e entregou, de mão beijada, o poder ao PDS —, quem o conhece bem, repito, não pode deixar de admirar sua coragem e espírito democrático quando no poder, e sua extraordinária sintonia com o apelo das aspirações populares, fonte principal, de certo, do seu reconhecido "carisma". Brizola não falharia num momento desses.

A figura do autor do projeto da Passarela, Oscar Niemeyer, também se confunde com o espírito rei-nante nestes tempos de mudança. Talvez seja útil explicar — principalmente para os jovens que em 1964 estavam nascendo ou na infância — que a realização de Oscar Niemeyer, na sua obra esplêndida, não resultou de uma atitude acomodada, nem diante dos "papas" da arquitetura mundial nem diante dos "donos" do poder. Niemeyer jamais se comportou como "bom moço".

A rebeldia intelectual e artística do grande arquiteto não se manifes-

tou só na adesão ao movimento da arquitetura moderna no Brasil, quando isso ainda era uma temeridade. Sua personalidade vigorosa e independente se revelou já nos fins da década de 30, quando projetou, com Lúcio Costa, o Pavilhão do Brasil para a Feira Mundial de Nova Iorque. É a partir desse Pavilhão que as atenções dos especialistas do mundo inteiro se voltaram para o trabalho inovador dos arquitetos brasileiros.

Sobre a rebeldia política de Oscar Niemeyer não há o que se possa dizer que todos não conheçam. Sua posição é pública e notória: ele sempre se declarou, repetiu em todas as circunstâncias que é comunista. Ele toma, quase agressivamente, desde os idos de 1945, essa atitude de homem livre.

Que venham, portanto, as mais severas críticas a esta recente obra do Oscar — mas que ninguém lhe peça para se pautar pelos padrões dessas "escolas", "movimentos", maneirismos, modismos da arquitetura, inventados para distrair o tédio da burguesia que forjou esta sociedade de consumo dirigido que aí está (no Brasil e fora dele).

\* \* \*

O carnaval é, sem dúvida, a maior festa popular do Brasil e, quem sabe, do mundo. Nele, o "povo" joga o papel principal: faz a festa e se diverte diante de si mesmo, quer desfilando na Passarela ou na Avenida, quer assistindo ao seu próprio desfile das arquibancadas ou dos passeios.

O desfile das Escolas de Samba

dessa maravilhosa São Sebastião do Rio de Janeiro é considerado, muito justamente, o maior espetáculo da terra, a maior festa popular regularmente realizada no mundo. E, por aí, se tem a medida da importância do novo programa de necessidades que a sociedade brasileira formula para a arquitetura de hoje. Ele reflete aspirações e necessidades eminentemente populares. E, é curioso notar que muitas restrições têm sido feitas à Passarela em nome da economia: um absurdo gastar-se tanto dinheiro público na construção do "circuito", quando é tão grande a carência de "pão".

Ora, a crise da economia brasileira é antiga. Mas até hoje poucos ergueram suas vozes contra a construção de gigantescos pavilhões para exposições de produtos industriais; ou de tantos e tão refinados centros de convenções, ou desses vastos parques de exposições agropecuárias, montados em quase todas as cidades grandes e médias do país, para o solene desfile das lustrosas e faceiras vacas dos senhores fazendeiros. É que, nesses casos, as obras atendem a necessidades, aspirações e interesses das classes dominantes.

Na medida em que as classes trabalhadoras ganham peso no jogo das forças políticas do país, começa a modificar-se o conceito da arquitetura. E, como parte desse processo, hoje ganham importância e significado os espaços destinados aos lazeres das massas populares.

Há menos de um século, a jornada normal de trabalho de um assalariado era de cerca de 16 horas. A idéia de lazer, aplicada aos trabalhadores, confundia-se com a do

ócio, que transportava pesada carga de ingredientes pecaminosos... Que poderia fazer um trabalhador ocioso — perguntavam-se os patrões — senão ficar a pensar maus pensamentos?

A conquista da jornada de oito horas de trabalho é muito recente, em particular nos países subdesenvolvidos como o nosso. Mas, com base nessa conquista, se vêm multiplicando rapidamente as obras de arquitetura destinada a abrigar as atividades de lazer das grandes massas da população trabalhadora. E é dentro dessa perspectiva histórica que se deve procurar entender o real significado social, cultural e político da Passarela do Samba.

\* \* \*

A Praça da Apoteose constituiu um capítulo especial da Passarela. Essa invenção de Niemeyer, fazendo a avenida desembocar na praça, causou muita celeuma e debates entre sambistas e comentaristas especializados em Carnaval. Que a Praça feria a tradição dos desfiles, \*

sempre enquadrados na avenida; que os sambistas se atrapalhariam, ficando sem saber o que fazer no vasto espaço vazio. Na verdade, uma certa desconfiança sobre a competência criadora do “povão”. E o que se viu, foi um ensaio geral de apropriação do novo espaço pelas escolas, com alguns momentos de autêntica apoteose. Desse primeiro encontro, primeira amostra de reconhecimento, ficou a convicção de que no próximo ano o desfile das Escolas de Samba alcançará uma dimensão nova, com o pleno domínio da Praça.

\* \* \*

No plano político, já foi demonstrado que realmente não é lícito confundir a Passarela com o “circó”. As Escolas de Samba, quase todas, foram levar seu potencial de empolgação para animar a outra apoteose, aquela da Candelária, fazendo da colossal manifestação pelas diretas-já uma outra grande festa popular. ★

# Na arquitetura, a apoteose do popular

Telmo Pamplona\*

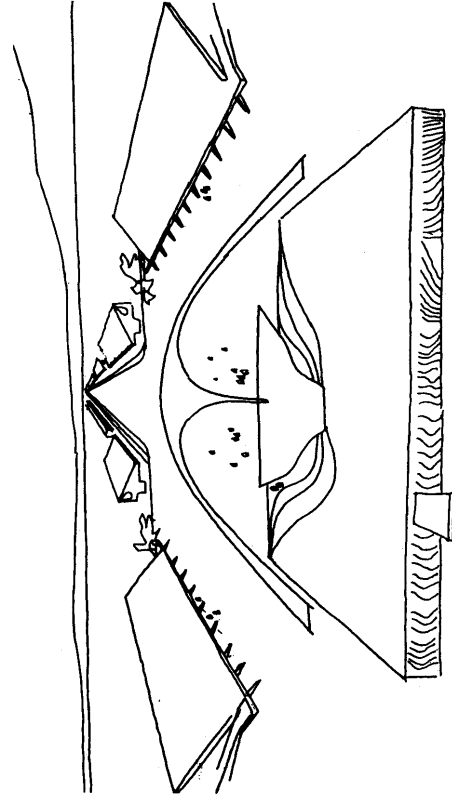
Para aquele motorista de táxi amarelo, ex-adepto da campanha brizolista, o dinheiro público aplicado no Sambódromo deveria ser gasto no aumento negado às “professorinhas”. No rádio de domingo, o locutor com a voz americanizada anuncia pela Transamérica FM a balada “Banana Republic”, dedicada a “todos os gringos que moram no Rio”. Você pega o metrô em Botafogo, vai direto pro Estácio, e chega ao Sambódromo, ou Passarela do Samba, ou Avenida dos Desfiles e o encontra fechado, vazio, guardado pela PM.

Impossível não mergulhar neste mar de impressões contraditórias, neste fluxo de fatos e idéias que se movem em sentido contrário, para “cair na real” do Rio-Brasil. Triste realidade: os salários são os mínimos. A habitação é precária, sem espaço nem equipamento urbano. O transporte corre a hora livre. O lazer é futebol, é Sílvio Santos. Depois, os filhos. Fila de INAMPS. E a morte. Os bairros proletários se transformaram num imenso depósito urbano de mão-de-obra barata.

Diante desse quadro, não é de admirar que o carnaval, grande mobilizador das massas cariocas, assumia a força que tem. Segundo seus realizadores, o sambódromo responde às expectativas dessa gente sofrida. Será verdade?

Inserido na antiga “zona do mangue” carioca, rodeado pelas favélas, existiria uma arquitetura adequada para o Sambódromo? O projeto é simples e eficaz: foi estruturado sob a forma de “módulos” de arquibancadas (como nos estádios de futebol), extensos planos inclinados que no seu interior guardam as salas de aulas. Em frente às arquibancadas, num bloco único e compacto, quase encostado na fábrica Bhama, foram dispostos os três níveis de camarotes, que acabam também dando uma referência teatral ao espaço projetado.

Este conjunto de arquibancadas e camarotes abriga, perfeitamente, o desenvolvimento do desfile tradicional das escolas de samba, antes realizado na via pública. Ao complementar o projeto, entretanto, com a abertura de uma grande “praça” da apoteose, simplesmente o projeto reabre a discussão da estrutura do desfile tradicional, que antes se desenvolvia apenas linearmente na avenida. Entra-se no espaço da



Arquiteto Oscar Niemeyer

dança, indutor de uma nova "co-reografia" e, neste processo, se discute também cultura popular.

Os "módulos" de arquibancadas se assentam sobre uma estrutura de arcos de concreto, o que garante a continuidade do espaço ao nível da rua. Esta mistura de "rua de desfile", espaços cobertos contínuos sem vedação e o grande pátio descoberto (a praça da apoteose) sugerem a apropriação imediata da área por parte da população circunvizinha (atenção, assessores do governador Brizola: parem de "guardar" o Sambódromo para *shows* e o entreguem à sua própria sorte...), como espaço de lazer e mesmo de trabalho (uma vez devidamente equipados), à moda do que já hoje se faz nas quadras das escolas de samba, por vezes o único espaço comunitário de bairros suburbanos e favelas.

A genialidade do projeto consiste exatamente nesta proposta de "co-

lagem" urbanística apropriada, onde uma arquitetura de concreto aparente, com forma diferente do que existe ao seu redor, pode com ele se integrar, compatibilizando o uso para desfile de escola de samba com o uso para reuniões, espetáculos, atividades escolares, vida comunitária.

O sambódromo tem formas extremamente sóbrias. Pode-se até confundir a simplicidade adotada como uma "falta de inspiração" do arquiteto. Julgo, entretanto que, nesta obra, Niemeyer conseguiu o que durante toda sua carreira perseguir: realizar uma obra radicalmente popular.

No fundo da praça da apoteose fica o Museu do Samba, com sua "alegoria". O que significa? Para alguns, o M do MacDonal'd's. Para outros, uma bunda de mulata. Para mim lembra o olhar da incerteza que ainda paira sobre nós... ★

# Iniciação à loucura

Fauzi Arap \*

**F**auzi Arap é um homem de teatro. Começou a carreira como ator, nos idos de 1961, com o grupo que fundou o teatro Oficina, em São Paulo. Os mais velhos ainda se lembram de sua brilhante atuação em Os Pequenos Burgueses e Andorra. Mas a sua carreira de ator foi curta. Em 1967, passou a diretor. Foi responsável pelas montagens das peças de estiréia de Plínio Marcos (Dois Perdidos numa Noite Suja e Navalha na Carne) e José Vicente (O Assalto), além de ter dirigido os mais expressivos shows de Maria Bethânia.

Em 1975, estreou como autor, com Pano de Boca, e firmou sua atuação nessa área com Um Ponto de Luz, Mocinhos Bandidos e,

recentemente, Quase 84.

Para ele, a palavra dita as regras da realidade. A palavra dita as regras dos papéis que vivemos e da ficção. E, através da palavra, Fauzi Arap nos traz fragmentos de sua fantástica viagem pelo mundo da loucura.

Em 1971 e 1972, Fauzi trabalhou no Rio de Janeiro, com a psicanalista junguiana Nise da Silveira, dirigindo atividades de arteterapia para os internos do Centro Psiquiátrico Pedro II. Os textos que apresentamos aqui fazem parte de um amplo estudo, dedicado à Dra. Nise, que o autor amadureceu lenta e cuidadosamente durante mais de dez anos.

Vamos nos entregar à iniciação.

**A** vida pulsa: dia e noite, dentro e fora. Horror é precisar agir quando o ciclo pede um voltar-se pra dentro.

O louco: horror ao fora.

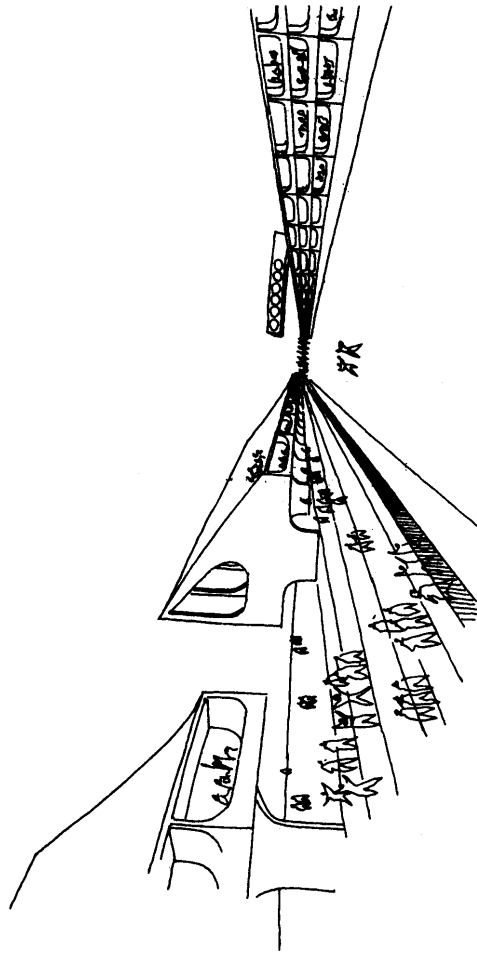
O são: horror ao dentro.

**NOSSO TEMPO É DESEQUILIBRADO PRA FORA.**

(momento histórico?)

Ação compulsiva de muitos, contrapontuada pela parada compulsiva de poucos.

O LOUCO É MINORIA.



Arquiteto Oscar Niemeyer

A loucura espelha objetivamente o desequilíbrio inerente à ordem total extrovertida: a introversão total. O materialismo não deixou espaço a religião, querendo abranger tudo com a ciência.

A desconsideração do mundo interno na cultura contemporânea é causa direta da loucura.

Não existe sistema político capaz de absorver o louco. Ele não escapa nem da direita nem da esquerda.

Os sistemas sociais primitivos, como no caso dos negros e dos índios, continham em si o dispositivo capaz de lidar com ele — a religião. O homem branco (ocidental?) perdeu-se de suas origens, e a linguagem objetiva, científica materializa uma esquizofrenia social, e para manter-se alheio ao problema, sacrifica indivíduos aos ídolos contemporâneos tais como a tecnocracia, a economia, a produtividade, as ideologias, etc., etc.

No Comunismo praticado em partes do mundo, a opinião (dissidente) individual é identificada com loucura.

No mundo capitalista, a desabilitação para a competitividade necessária também conduz ao hospício o sujeito desintegrado.

A cura individual é possível, mas só quando se reconhece a natureza coletiva (social) do problema.

A repressão é contra todos.  
E a divisão é de cada um.

A tentativa de exterminar fora de nós aquilo que na verdade se oculta dentro conduz ao fascismo, a nível político, ou ao fanatismo, a nível religioso.

A ciência exerce uma espécie de fascismo do mundo objetivo contra o subjetivo.

A repressão é luta para manter as aparências.

**A DOENÇA MENTAL É UMA DENÚNCIA.**

**A LOUCURA DESMASCARA A VIOLÊNCIA QUE A SOCIEDADE EXTROVERTIDA PRÁTICA CONTRA SI, SOMENTE VALIDANDO COMO REALIDADE O QUE É MATERIAL, O QUE É FACTUAL, O QUE É CONCRETO.**

**ANTI-SUBVERSÃO**

O silêncio não é uma greve  
a ausência não é deserção  
nem ameaça nem violência.  
O exílio não é geográfico  
nem a subversão voluntária.

Toda transformação implica um salto qualitativo, onde se atravessa o nada, o vazio.

Não há como transformar-se, sem morrer para o que se era antes.

**A MORTE INICIA.**

Morrer significa não planejar e significa des-cobrir.  
Morrer significa não ter mais futuro, e por isso, reconhecer o eterno presente oculto atrás da face do agora.  
Morrer é ver através.

A morte é um desligar-se do tempo, da linearidade da duração.

**A MORTE TORNA O ABSOLUTO PRESENTE.**

A loucura parece com a morte.

**MORTE NÃO É AUSÊNCIA.  
MORTE EM VIDA SIGNIFICA  
DESIDENTIFICAR-SE.**

O indivíduo que "morre" para a personalidade descobre-se vida no espaço —

um ESPAÇO MÃE, análogo ao útero materno, mas de natureza cósmica.

O "espaço" interior é a-temporal (*science fiction*) viagem no tempo e o encontro do tesouro, a história real. ("A verdadeira história da humanidade está presente nas células anímicas de cada um" — JUNG)

Quem é capaz de morrer para a personalidade vivencia em si o além: as leis cósmicas ocultas que regem a vida da superfície. Há uma espécie de revelação. Incomunicável. Impossível a representação segundo critérios da superfície. Os mistérios falam uma linguagem poética, e somente por analogia, pode-se construir um mapa.

INICIAÇÃO é arqueologia.

Nos desvãos do subsolo, descobrimos que todas as palavras designam coisas ou estados ou entes reais. TUDO existe. Fantasmas, duendes, fadas, Deuses, anjos, passado e futuro.

A hipótese antipsiquiátrica, que vislumbra na coragem de aceitar a espontânea viagem, o caminho de cura, somente revela meia verdade.

Muitas são as cidades, muitos são os países, muitas as estradas e os descaminhos do mundo interior. Não basta aceitar perder-se para chegar, ou para se ter a certeza de que se chegará algum dia.

O número de possibilidades, de "lugares", de estados de consciência possíveis é refletido no plano externo pelo enorme número de associações que pretendem dominar ou controlar tais acessos.

As seitas, as escolas esotéricas, a psicanálise, as muitas religiões, todas elas apontam vagamente na mesma direção, apesar de

adotarem sistemas diferentes de disciplina e de ensino.

O fascínio e o terror que provocam a loucura se prendem ao próprio fato dela tangenciar a vocação mais profunda do ser humano: sua vocação religiosa. (RE-LIGARE, a busca de seu centro imortal, seu *selbst*, seu si mesmo.)

Os indivíduos que se comprometem conscientemente com a aventura interior sabem que devem conservar na aproximação do "desconhecido" um porto seguro, um referencial, sua identidade humana. E que não devem abdicar de sua responsabilidade social, mas ao contrário, chegam a perceber que, de alguma forma, o novo conhecimento individualizado a que tiveram acesso os compromete mais ainda com o outro e com o grupo humano ao qual pertencem. Chamados de "místicos", eles sabem que devem sujeitar-se a uma direção e disciplina no que tange à vida pessoal, para alcançar seu objetivo de comunhão com o absoluto e conservá-lo.

O homem pessoal, protegido por sua própria ignorância, contenta-se com sua vida comum, e não pretende ir além disso.

O louco, numa espécie de "suicídio psicológico", tem acesso involuntário a esse tipo de saber, mas perde-se do CHÃO sobre o qual seria possível caminhar. Ele tenta chegar, sem ir. Desiste do corpo e da responsabilidade que ele implica e se DES-PERSONALIZA.

A CURA IMPOSSÍVEL:

A última prisão dupla que vitima o esquizofrênico é a tentativa de cura — quando tenta a confirmação de sanidade justamente com quem o "exilou": a maioria.

Desencontro — ele é convidado a compactuar com a OPINIÃO GERAL de que seu INTERIOR não existe: as vozes, as

alucinações e todo o resto devem ser esquecidos, chamados "a doença". Mas nada é explicado. O mais forte dá as cartas. Marcadas. As regras do jogo são **TEATRO**. E a ele cabe o personagem absurdo: o louco. Para não ser o louco, resta o silêncio, o não personagem. Querem dele o drama psicológico, a normalidade cotidiana, a volta ao passado. Não pode. Está perdido dentro. Ninguém pode desistir de si, de sua vocação. O curador é hábil. Ele também não sabe. Mas, sabe, sim, permanecer em silêncio. Como se soubesse. O silêncio de um é doença, e o do outro não o é. Ele percebe o desencontro total, mas não tem palavras para desmascarar o terrível jogo demoníaco no qual se envolveu. Cada vez mais encurralado tenta não estar, tenta não ser, tenta escapar. O silêncio aparente se enche de vozes que ele inconscientemente anima em sua autocensura — seus fantasmas mais terríveis. Como não acreditar que está "louco"?

A arte abre uma porta no que tange a resolver as duplas prisões originais, que paralisaram o sujeito, no que tange a **COMUNICAR-SE**.

Todas as artes, do desenho ao psicodrama, e mesmo a literatura, se prestam excelentemente como veículos de **EXTROVERSÃO ARTIFICIAL**. Na arte, expressar-se não significa um compromisso imediato com a realidade concreta, e mesmo sentimentos violentos em vários níveis podem ter lugar, resolvendo-se sem ameaçar o indivíduo com sua natureza anti-social. É preciso que o indivíduo compreenda que a nível de arte vale tudo. Que ele não se mantenha timidamente desenhando apenas o conveniente, mas justamente ouse expressar mesmo o proibido a nível do socialmente aceitável. E que possa experimentar o alívio dessa extroversão.

**A ARTE É O TRUQUE DO INTROVERTIDO PARA CABER NUM MUNDO DE EXTROVERTIDOS.** ★

# Ser cidadão

Dalmo de Abreu Dallari\*

**1** O conceito de cidadão é mal definido, ambíguo e é utilizado com diferentes sentidos. Alguns o utilizam com a intenção de eliminar diferenças entre os seres humanos, ou seja, como expressão de igualdade. Todos são cidadãos, portanto, todos são iguais.

Outros, porém, lhe dão significação mais restrita. Consideram cidadãos aqueles que têm responsabilidades públicas, inclusive o direito de participar das decisões políticas.

Essa ambigüidade vem de longe, tendo sido já assinalada pelo filósofo francês Jean Jacques Rousseau, no seu *Contrato Social*, no século XVIII. Rousseau dizia que a designação de *cidadão* só deve ser dada às pessoas que participam da autoridade soberana e que, desse modo, dão seu consentimento às leis. É ainda Rousseau quem observa que os franceses usavam mal o termo, esclarecendo também que muitos usavam a palavra *cidadão* como sinônimo de *burguês*.

Durante a Revolução Francesa passou-se a usar a palavra cidadão como demonstração da igualdade de todos: não havia mais nobres e plebeus, livres e escravos; havia apenas cidadãos. Mas a cidadania implicava a vinculação jurídica com um Estado determinado e, assim,

os cidadãos eram franceses, ou ingleses, ou suíços, etc.

Aos poucos foi sendo estabelecida uma distinção, que até certo ponto reproduzia uma classificação do Direito Romano. Os cidadãos que tivessem o uso dos direitos políticos (correspondendo, portanto, ao conceito de cidadão da teoria de Rousseau), foram classificados como "cidadãos ativos". Os demais ficaram na classe de cidadãos, pura e simplesmente. Essa diferenciação foi desenvolvida com mais precisão por teóricos alemães do século dezanove, sobretudo por Georg Jellinek.

**2.** No direito brasileiro existe muita imprecisão no uso da palavra *cidadão*, notando-se essa imprecisão nos textos legais, como também nas obras dos juristas, entre os quais há opiniões divergentes quanto ao assunto.

A Constituição brasileira estabelece, no artigo 8, que compete à União legislar sobre nacionalidade e cidadania. E o artigo 52 proíbe a delegação da competência do Congresso Nacional para legislar sobre a nacionalidade, a cidadania, os direitos políticos e o direito eleitoral. Na parte relativa à declaração de direitos, a Constituição trata da nacionalidade, fazendo distinção entre brasileiros natos e naturalizados, não havendo qualquer referência a cidadão e cidadania. Essas palavras também não aparecem na parte relativa aos direitos políticos

\* Dalmo de Abreu Dallari é jurista e ex-presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo.

nem na referente aos direitos e garantias individuais.

Na legislação que se refere aos direitos da pessoa à nacionalidade e aos direitos políticos não aparecem também as palavras cidadão e cidadania. Assim, portanto, embora a Constituição atribua competência à União para legislar sobre cidadania, não existe qualquer lei que se refira ao assunto.

Entre os teóricos do direito e comentaristas da legislação, as opiniões se dividem, havendo duas posições fundamentais. Uns consideram que quando a Constituição usa a expressão "são brasileiros" está implícito que se refere aos que "são cidadãos brasileiros". Outros, porém, entendem que a omissão da palavra *cidadão* demonstra apenas que para ser brasileiro não é preciso ter capacidade eleitoral. E sustentam que a cidadania está ligada ao uso dos direitos políticos.

De acordo com essas posições, para os primeiros são cidadãos brasileiros todos aqueles que a Constituição considera brasileiros, natos ou naturalizados. Para o segundo grupo só devem ser considerados cidadãos brasileiros os que gozam de direitos políticos no Brasil, ficando excluídos, portanto, os que não são eleitores ou que têm os seus direitos políticos suspensos.

3. Por tudo o que foi dito, vê-se que o conceito de cidadania é sempre limitado, podendo haver restrições maiores ou menores.

Com efeito, o conceito de cidadão está sempre associado a uma vinculação jurídica, à ligação da pessoa com algum Estado. Na con-

cepção mais ampla, basta que a pessoa tenha ligação jurídica com qualquer Estado, não havendo cidadão que não seja *cidadão de um Estado*. Na concepção mais limitada é necessário que, além do vínculo jurídico, a pessoa tenha também o gozo de direitos políticos.

É justamente por isso que os mais prestigiosos autores de obras sobre liberdades públicas afirmam que os direitos da pessoa são anteriores à sociedade, ao passo que os direitos do cidadão só nascem com a cidade e não podem ser concebidos sem ela. E quando se referem à cidade esses autores estão, na realidade, fazendo referência ao Estado, que é quem faz as leis sobre o assunto no mundo de hoje.

Ora, se a condição de cidadão depende da legislação de um Estado, este tem a possibilidade de fixar condições mais rigorosas ou mais suaves para que uma pessoa se torne seu cidadão. E num Estado com um governo não democrático, os direitos da cidadania ficam sob rigoroso controle, sendo comum, nesses casos, que o governo possa facilmente restringir, suspender ou mesmo retirar definitivamente os direitos dos cidadãos.

Como se vê, em qualquer hipótese o cidadão é dependente do Estado, que estabelece as regras para aquisição da cidadania, diz quais são os direitos do cidadão e as condições para gozá-los, fixando também as hipóteses de perda da cidadania. Desse modo, através do conceito de cidadania os direitos da pessoa podem ser gravemente restringidos, pois sendo uma criação do Estado, o cidadão pode ser mol-

gado e controlado por ele. Isso tem acontecido na prática, não sendo raro que direitos fundamentais da pessoa sejam negados ou restringidos por leis que tratam dos direitos da cidadania.

4. A pessoa humana, mesmo que não esteja vinculada ao sistema jurídico de qualquer Estado, existe como pessoa e tem características e necessidades próprias de sua natureza. Essas características e necessidades não dependem da vontade do Estado nem podem ser eliminadas por ele. O Estado só tem a possibilidade de assegurar ou não os meios para que elas sejam respeitadas e atendidas, mas quando não os assegura fica em conflito com as exigências da pessoa humana.

Uma boa demonstração de que os direitos da pessoa são considerados acima do Estado e antes dele é a existência das Declarações de Direitos da Pessoa Humana. A mais importante delas é, sem dúvida alguma, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Organização das Nações Unidas em 1948.

Os direitos afirmados nessa Declaração se referem a qualquer pessoa humana, independentemente de sua situação política dentro de um Estado, como ocorre com os chamados "apátridas". Nenhum Estado concede direitos de cidadania a um apátrida, mas todos são praticamente forçados a conceder-lhe e assegurar-lhe direitos como pessoa.

Esses direitos fundamentais da pessoa são inúmeros, sendo muito difícil fazer uma indicação precisa. A própria Declaração Universal

procurou, em trinta artigos, abranger o máximo de direitos básicos da pessoa humana, mas reconhece a impossibilidade de abranger a totalidade deles. Por esse motivo contém enunciados genéricos e depois faz uma enumeração de situações particulares.

A Declaração proclama que "todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos", dizendo mais adiante que "todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal". E para assegurar a extensão dos direitos a todos os seres humanos estabelece que "todo homem tem direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei". Note-se que não se exige que a todos seja concedida a cidadania, ficando esse aspecto por conta de cada Estado, mas se considera indispensável que todos sejam tratados como pessoas.

A par dessas disposições de caráter mais geral, há indicações precisas de necessidades cujo atendimento deve ser considerado um direito fundamental das pessoas. Exemplo bem significativo dessa pormenorização é o artigo 25, onde se diz que "todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e à sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e o direito à previdência em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle".

Até o início deste século, ainda se



falava quase que exclusivamente em direitos individuais, direitos civis ou liberdades civis. Nos últimos anos, passou-se a dar ênfase, também, aos chamados direitos econômicos e sociais, reconhecidos como indispensáveis para que o ser humano possa viver com dignidade. Desse modo se procura estender a proteção a todas as pessoas humanas, independentemente da condição jurídica, política e social, reduzindo quanto possível o risco de marginalizações determinadas pela conveniência dos governos ou de grupos dominantes num meio social.

5. Por tudo isso, é preferível falar-se na pessoa humana, mais do que no cidadão. Este é criação da vontade do Estado e pode ser facilmente reduzido em sua medida e

sua importância. Isso é ainda mais verdadeiro quando se considera que para muitos teóricos, legisladores e políticos a cidadania está ligada à comprovação da vinculação jurídica a um Estado ou à capacidade para exercer direitos políticos.

Para se ter uma idéia dos efeitos dessa concepção restritiva basta lembrar que, no Brasil, existem milhões de pessoas que nem sequer têm registro de nascimento, não existindo para a lei, a par de milhões de analfabetos, excluídos do corpo eleitoral. Essas pessoas estão excluídas na concepção elitista de cidadania, mas são pessoas humanas, dotadas de inteligência e de vontade, além de trabalharem em benefício de toda a sociedade, devendo-lhes ser garantido o direito de serem reconhecidas e tratadas como pessoas. ★

# Os camponeses e a democracia

Ivo Poletto \*

**P**or que cresce a violência no campo, num período em que se podem organizar mobilizações pró-diretas e se tem outras liberdades? Mais ainda: por que se reprime tanto a renovação e a atuação de sindicatos *combativos* em tempos em que se permite organizar partidos e se pode até encaminhar a legalização de partidos comunistas?

Creio que a verdadeira resposta a esta pergunta, se baseada na análise do movimento real da sociedade brasileira, mostra que as lutas camponesas — como as lutas operárias e as das periferias urbanas — ameaçam as classes dominantes, o seu Estado e o seu projeto político.

Se for essa a razão histórica, do aumento da violência contra as iniciativas populares e as suas lideranças, não é inútil questionarmos-nos a respeito dos objetivos históricos e conjunturais do projeto de "abertura política" e dos "espaços" concedidos. Não resta dúvida de que são concessões conquistadas, mas é preciso garantir a continuidade da conquista popular. Sem fugir aos inevitáveis riscos e contradições das necessárias iniciativas pluriclassistas, é preciso precaver-se em rela-

ção aos resultados práticos de sua implementação. É importante que se evite, nesse parto doloroso, gerar um monstro: um estado burguês com cara popular!

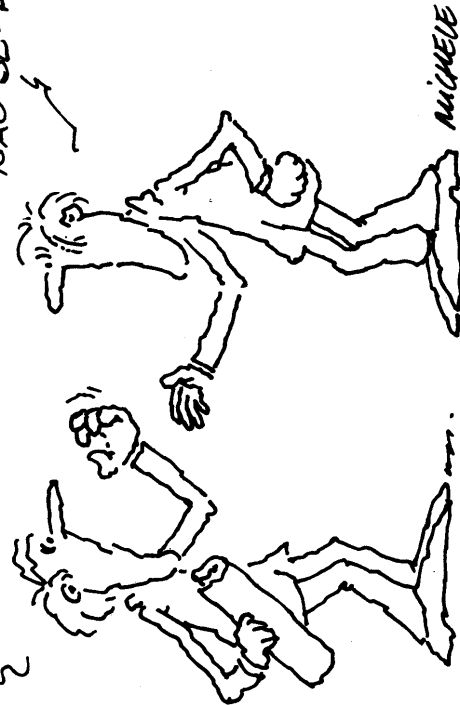
Há os que insistem em dizer que os camponeses são uma classe politicamente atrasada. Por exemplo, diante do avanço das mobilizações de massa em favor das eleições diretas, não são poucos os que acham que se deveria deixar de lado essa "estória de reforma agrária", sugerindo que o pessoal do campo deve engajar-se nas "diretas"... O resto — e nesse resto se põe a luta pela terra, a luta por um novo sindicalismo, a conquista de preços justos para os produtos dos pequenos lavradores — viria depois de alcançada a "democracia plena", com o restabelecimento da eleição direta para presidente e para os demais níveis.

Mas, cabe perguntar, só haveria uma maneira de lutar pela democracia e pela eleição direta, indo à rua, às praças e às concentrações pró-diretas? Que tipo de democracia se alcançará se não forem alterados os mecanismos reais de decisão, não tendo os trabalhadores instrumentos reais para fazer valer os seus projetos econômicos e políticos? Os trabalhadores voltarão a ser massa de manobra a serviço dos interesses de parcela da burguesia menos privilegiada na atual política econômica?

Sem negar a importância da cam-

NÃO SEI...  
MAS EU SEMPRE FUI  
CHAMADO DE CIDADÃO  
NA HORA EM QUE  
GOSTARIA DE  
NÃO SÉ-LO.

O QUE QUER  
DIZER SER  
CIDADÃO?



MICHELE

\* Ivo Poletto é pós-graduando de Sociologia na USP e assessor especial do Secretariado Nacional da Comissão Pastoral da Terra.

panha "pró-diretas já", deixando de lado as reivindicações específicas, não se estaria correndo o risco de fazer uma "aliança que favorece o inimigo"? Creio que a *luta popular pela construção de sua própria democracia* — uma organização política dirigida pelas próprias classes oprimidas, que corresponda às suas aspirações e se assente em sua cultura — está acontecendo nos movimentos camponeses, operários e demais movimentos populares, e na teimosa busca de dar uma feição original e eficaz às suas organizações. Na cidade, no campo, na fábrika, no bairro, na roça coletiva de posseiros e índios, no movimento dos *Sem Terra*, nos sindicatos e nos partidos em que realmente podem participar e decidir.

Limitar a luta pela democracia às concentrações pró-diretas é proposta política tão estreita como a imposição da greve como única forma de os oprimidos contestarem os donos e empregados. E os desempregados, os que trabalham por conta própria, os camponeses, como é que esses podem "cruzar os braços e parar as máquinas"?

É preciso que as propostas políticas de luta popular deixem de partir apenas das cidades. Mais ainda, é necessário contar com a criatividade de diferentes classes oprimidas, respeitando também as disparidades regionais dentro de cada classe, para encontrar os caminhos de alianças reais e as formas eficazes, diferentes, mas combinadas de luta popular.

As lutas camponesas, combinadas com as lutas dos operários, dos desempregados e subempregados,

bem como as lutas dos funcionários, servidores públicos e profissionais liberais, desestabilizaram o projeto político das classes dominantes, em 1983, bem mais que as mobilizações pró-diretas. Sem essas lutas, nem seriam possíveis aquelas mobilizações. Além disso, só a história dirá se essas mobilizações servem ao crescimento do poder popular, único instrumento da construção da democracia que interessa às classes oprimidas.

### *O espaço dos camponeses na política nacional*

É preciso pensar melhor a participação popular e, em particular, a participação camponesa na política nacional. Em primeiro lugar, é preciso lembrar que a maior parte das interpretações sobre essa participação é feita por pessoas que vivem nas cidades, e mais, que a maioria das lutas é encaminhada por pessoas de classe média. Mesmo as análises feitas por especialistas, como os sociólogos, confundem a discussão.

Não basta admirar-se, de repente, diante das lutas travadas no campo. Não é suficiente alegrar-se com os avanços da organização camponesa, quando esta se parece com os avanços operários. É preciso ir mais adiante. As formas de luta e de organização dos camponeses são, necessariamente, diferentes das formas operárias. Os objetivos imediatos também são diferentes. É necessário, porém, encontrar nessas diferenças o que une essas clas-

ses, os interesses comuns, as bases de alianças reais. Fugir das diferenças achando que todos os "setores sociais" estão empenhados num mesmo tipo de luta, é irrealismo político e fonte do enfraquecimento das lutas pela falta de bases reais para alianças eficazes.

Afinal, o que é que os camponeses pensam da "democracia"? Para encontrar a resposta, só mesmo perguntando a eles. É possível, entretanto, examinar as ações e as lutas camponesas, buscando nelas pistas dessa resposta ou, ao menos, pistas das formas concretas da contribuição camponesa para a construção de uma sociedade democrática.

Segundo o relatório sobre os conflitos ocorridos no campo em 1983, recentemente publicado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), ocorreram 315 conflitos, envolvendo 217 171 pessoas e uma área de terra de 4 553 273 ha. Estão incluídos alguns conflitos trabalhistas, aqueles que resultaram em violências físicas ou mortes. Os demais, como as lutas e greves em vista de melhores salários — que só no Nordeste mobilizaram mais de 200 mil assalariados — não estão computados nesse relatório.

O mesmo relatório — que, com absoluta certeza, não pode registrar todas as ocorrências do período — nos revela que, em 1983, mais de 200 mil trabalhadores rurais estiveram envolvidos em lutas e conflitos violentos. Muito mais de 500 mil participaram de mobilizações objetivando a conquista ou a defesa de seus direitos e interesses.

A qualidade das ações desenvol-

vidas não é igual. Ela varia conforme a situação concreta de cada região e depende do maior ou menor poder popular. A organização dos trabalhadores também não é uniforme. Os posseiros, em regiões em que a propriedade da terra é mais indefinida, organizam-se de um modo original, diferente dos "colônios" ou dos "candidatos a parceleiro" nas áreas de colonização oficial, por exemplo.

Os pequenos proprietários do Sul organizam-se de maneira diferente, para enfrentar o apetite devorador das agroindústrias (empresas que tudo fazem para controlar a produção, a industrialização e a comercialização dos produtos agrícolas) e para sobreviver sob a anti-popular política agrícola oficial. Diferentes ainda, e na mesma região, são as lutas e organizações dos *Sem Terra*, que têm de lutar contra a expansão das grandes propriedades capitalistas para não serem expulsos para outras regiões.

### *Cada um com a sua forma de luta*

Os nordestinos têm formas próprias de luta, seja pela tradicional organização política dos "coronéis de terras", seja pela incidência peribóica de estiagens, seja ainda pelo desenvolvimento da "indústria" e do "grande projeto seca" — que amplia o monopólio capitalista de terra, da água, concentrando poder e renda. Os povos indígenas, além de enfrentarem grandes grupos econômicos e a FUNAI, têm, contra si e suas terras pequenos lavradores e

são impedidos de trabalhar e produzir em terras brasileiras.

Onde há possibilidade, a ocupação direta da terra é o caminho assumido pelos *Sem Terra*. São os que lutam pela terra, são os que necessitam de reforma agrária. Suas ações e suas palavras, escritas ou não, revelam a decisão de fazer a reforma agrária que o povo do campo precisa. Não se trata de conseguir um novo "projeto" de um Congresso e de um governo dominados pela burguesia. É o projeto popular de conquista da terra, envolvendo a transformação da estrutura agrária existente.

Os *Sem Terra* são muitos. Basta ver o aumento do número de posseiros, reconhecido até pelos censos oficiais. Devem ser mais de 1 milhão. Só numa área grilada, no Sul da Bahia, entraram mais de 700 famílias em 1982/83. No Paraná, mais de 400 famílias entraram numa "fazenda", nela estão produzindo e sustentam a decisão de não sair, nem mesmo se o judiciário os condenar. Nesse caso, brigarão pela desapropriação.

Sua organização cresce de forma diversificada, em processo de arti-

culação nacional. No Paraná, por exemplo, são milhares os inscritos no movimento dos *Sem Terra*. Apóiam os que lutam por terra. Apresentam projetos, alternativas, áreas disponíveis. Ameaçam. Planejam ocupações. Mobilizam outras classes, especialmente os que já são pequenos proprietários, mas também os assalariados da cidade e do campo, para que apoiem as suas lutas.

Há um elo comum entre todas essas formas de luta. Os *Sem Terra*, os pequenos proprietários, os assalariados, os colonos, os parceleiros, os posseiros, os posseiros — todos eles, de modos diferentes e com objetivos imediatos originais, buscam a renovação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Isto significa, na prática, desatrelá-los do sindicalismo corporativo do Estado e libertá-los do uso e abuso dos *peleiros* tradicionais. É um novo sindicalismo que nasce, dirigido coletivamente e voltado para as lutas das classes que o integram. Aos poucos, sem fugir das contradições, cons-trói-se, dentro do mesmo organismo de classe, a aliança das classes oprimidas do campo. ★



## QUEM SÃO OS CAMPONESES

### José dos Reis Santos Filho \*

Existem vários tipos de trabalhadores rurais no interior do país, com características que variam de região para região. Apesar dessa diversidade, pode-se reuni-las em dois grandes grupos: os assalariados e os pequenos produtores.

Aqui, o significado das palavras menos conhecidas:

**SEM TERRA:** a designação já fala muita coisa. Pode levar a enganos, infelizmente! Se bem é certo que nos movimentos existentes a grande maioria de trabalhadores não possui chão seu para plantar, é verdade, ainda, que, apesar de minoritários, encontramos ali, também, pequenos proprietários cuja situação é de insegurança (terra de baixa produtividade, ou hipotecada, ou ameaçada pela especulação imobiliária, etc.). Por outro lado, estão igualmente mobilizados, em torno da terra, trabalhadores urbanos de baixa renda (domésticas, motoristas, funcionários, etc.)

**POSSEIROS:** No direito brasileiro, a posse está situada entre o nada e a propriedade.

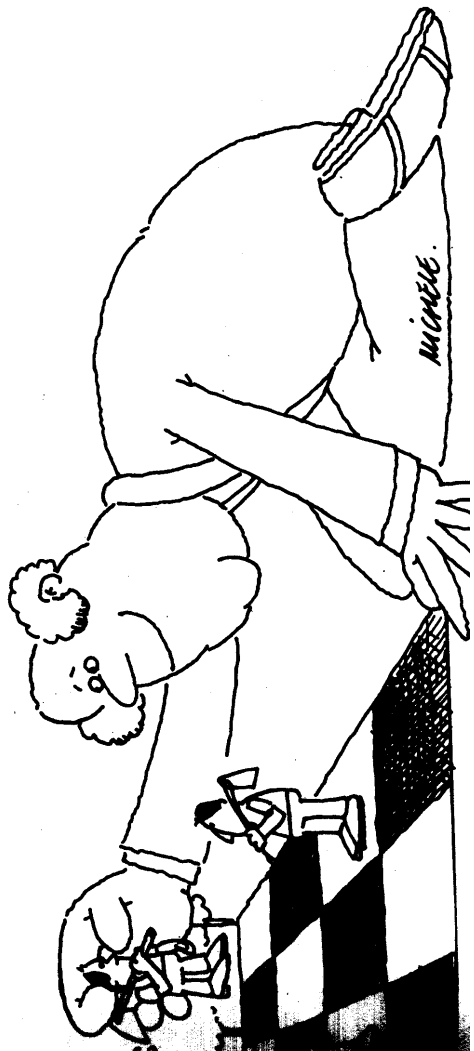
\* José dos Reis Santos Filho é pesquisador do CEDEC.

dade. Daí que o que há de mais marcante no posseiro é ter chegado à terra através de uma ocupação. O que implica dizer que não a adquiriu através da compra do domínio. Não tem, portanto, o título de propriedade.

**COLONO:** sustentadas por dispositivos legais, existem atividades cujo sentido original seria o acesso à propriedade da terra e seu aproveitamento agrícola. Essas iniciativas, caracterizadas como processos de colonização, implicariam a divisão, em lotes ou parcelas, de áreas incorporadas ou em vias de incorporação ao patrimônio público ou particular. Parceleiros ou colonos, seriam os trabalhadores que, através da compra, se tornassem possuidores de áreas pertencentes a projetos de colonização, privados ou oficiais.

**PARCEIRO:** a denominação indicaria que o trabalhador rural parceiro cultiva em terra cedida por proprietário e com ele divide a produção na proporção estipulada de comum acordo e através de contrato.

**GRILEIRO:** aparece como figura antagônica aos pequenos produtores, posseiros ou proprietários. Atua no sentido de conquistar a terra através de meios fraudulentos, violentos ou não. ★



# Cabra marcado pra morrer

Trechos escolhidos do roteiro de Eduardo Coutinho\*

Não foi a primeira vez que aconteceu. Mas é, no mínimo, muito especial quando a própria realização de um filme acaba se transformando em novo roteiro, diferente do que estava programado e, de repente, diretor, atores, técnicos e fotógrafos passam a ser os personagens centrais de uma história tão dramática e humana quanto a dos personagens originais.

Em fevereiro de 1964, uma equipe de cinema do Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes, o famoso CPC da UNE, instalou-se no engenho de Galiléia, em Pernambuco, para iniciar as filmagens de *Cabra Marcado Pra Morrer*, uma epopéia sobre a luta dos camponeses do Brasil pré-64.

O diretor do filme era Eduardo Coutinho que, na época, tinha 30 anos. O projeto era contar a vida de João Pedro Teixeira, importante líder das Ligas Camponesas da Paraíba, que lutava pela reforma agrária e por melhores condições de vida para os trabalhadores do campo e que fora assassinado numa emboscada, dois anos antes.

Elizabeth Teixeira, a viúva de

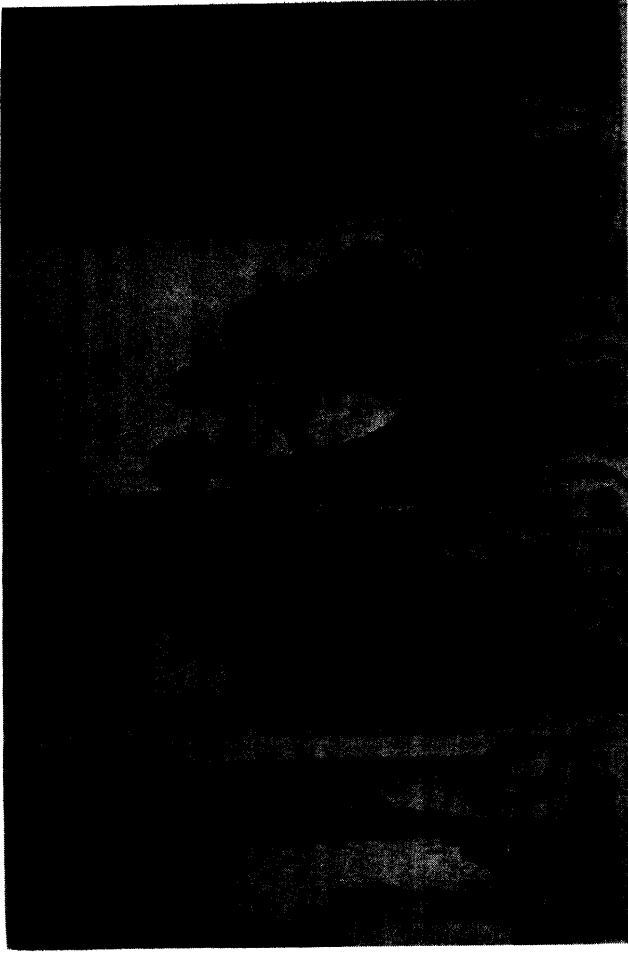
João Pedro, faria o seu próprio papel. Os outros atores seriam escolhidos entre os moradores do engenho. Mas, no dia 1.º de abril de 1964, o trabalho foi interrompido pelo golpe militar.

O exército invadiu Galiléia, ameaçou a população, prendeu os líderes camponeses e os membros da equipe da filmagem que não tinham conseguido fugir e apreendeu todo o equipamento. Mas, a maior parte do negativo filmado foi salva. Sobraram também oito fotografias de cena.

Dezesseite anos depois, aos 47 anos de idade, Eduardo Coutinho voltou a Galiléia para completar o filme. Iniciou, então, uma longa peregrinação destinada a fazê-lo reencontrar todos os camponeses que tinham trabalhado em *Cabra Marcado Pra Morrer* e traçar a sua trajetória daquela época até hoje. Completava-se a aventura.

O personagem mais forte que Coutinho conseguiu reconstituir é, sem dúvida, Elizabeth Teixeira. Obrigada a fugir, abandonar filhos e a esconder-se na cidadezinha de São Rafael (RN), ela viveu quase vinte anos na clandestinidade, sob o nome de Marta Maria da Costa. O reencontro de Coutinho com Elizabeth foi tenso, marcado pela presença do filho, Abraão, que interferiu muito no depoimento. Ela pareceu amedrontada.

\* Eduardo Coutinho é cineasta.



Uma cena do filme de Eduardo Coutinho, rodada em 1963: pouco depois do assassinato de João Pedro Teixeira: a viúva e os filhos.



Banco de Dados Folha

Dezesseite anos depois, Coutinho foi descobrir Elizabeth Teixeira, ainda escondida, numa cidadezinha do Rio Grande do Norte.

**ELIZABETH** — Como conseguiu isso?

**COUTINHO** — Foi o que sobrou, que salvou. O fotógrafo tinha guardado umas fotografias escondidas e salvou.

**ELIZABETH** — Eu admiro...

**COUTINHO** — Pegaram o original, mas a cópia não pegaram.

**ABRAÃO** — Mãe, reconheça a abertura política do presidente Figueiredo.

**ELIZABETH** — É, o presidente Figueiredo...

**ABRAÃO** — Graças a ele nós estamos aqui.

**ELIZABETH** — É, graças a ele eu estou aqui hoje. Porque foi o único governo... ele merece toda a dignidade nossa, de ter dado este amplo direito, de todos os presos políticos que se encontravam fora do Brasil voltar a encontrar com seus familiares. E a quem nós vamos agradecer, né? As minhas esperanças é só... Eu não tinha mais esperança de encontrar sequer com meus filhos. Porque eu tinha medo, eu sofri muito. A perseguição era grande, os caras tiveram muita vontade de... me exterminar.

**COUTINHO** — A senhora está aqui há muito tempo?

**ELIZABETH** — Há dezesseis anos. Depois daquele movimento eu tive que fugir pra aqui, não sabe? A coisa ficou um pouco puxada mesmo, era perseguição por todos... não podia conseguir ficar ali no Recife. Quando cheguei aqui a coisa melhorou mais. Eu escondida, ninguém sabia quem eu era. Eu cheguei aqui, eu dizia... eu não ia dizer que tinha filhos. Depois que eu tomei intimidade com algumas

pessoas foi que eu disse assim: eu tenho filhos, eu sou viúva, meu marido foi assassinado, Mas antes eu era caladinha, não dizia nada, calada, assombrada. Mas graças a Deus eu estou hoje aqui contando a história. E outros... esses...

No dia seguinte, longe da presença inibidora de Abraão, Elizabeth e Coutinho se reencontraram. Ela se soltou, pôde retomar sua história e a filmagem continuou. Contou como conheceu João Pedro, como viu nascerem as ligas camponesas de Sapé (PB) e Galiléia (PE) e como seu marido encarava a luta dos camponeses.

**ELIZABETH** — Por várias vezes ele foi preso por muitos policiais. E ele facilitou um pouco. Eu ensinando os meninos, os meninos assim na mesa, ele sentado na calçada, nu da cintura pra cima, quando chegou vários policiais. Aí, não deu tempo de nada, nada, nada. Eles pegaram ele e levaram preso, nu da cintura pra cima. Ele acreditava na luta. O latifúndio unido, ofereceram dinheiro a ele para que ele deixasse a luta. Eles davam outro, qualquer meio de vida pra ele sobreviver. Eu recorrendo disso todos os dias e todas as noites. A dureza que ele enfrentou e nunca esmoreceu. Ele nunca chegou em casa pra dizer: "Elizabeth, eu estou arrependido". Isso nunca. Era firme. Aí disse: "You preparar uma concentração para o sábado". Eu disse: "Não é possível preparar a concentração". Ele disse: "Prepara a concentração". Eu disse: "Conte comigo".

"Pegou o jipe, saiu pelos sítios e

Pedro, principalmente para a manutenção de meus filhos e pra que a liga engrandecesse com a minha presença — eu era a viúva do líder. E eu aí continuei.

Disse que substituiu o lugar dele com a perda da minha vida. E substituiu; e trabalhava autêntica. E, na minha luta, protestei contra o assassinato de João Pedro; e não só de João Pedro como de todos os companheiros que tombaram. Eu também cheguei a ponto de ir presa. E não foi com um polícia, nem dois, nem três não. E chegam e mais atiraram em meus pés. Atiraram, nem parei a marcha em que ia. Entrei dentro do carro e fui com eles.

Depois do segundo encontro com Coutinho, Elizabeth Teixeira pôde reassumir a sua identidade verdadeira. Entrou em contato com os outros filhos, que nunca mais tinha visto, e passou a reconstruir a sua vida.

Em sua despedida da equipe de filmagem, podemos ver, intacta e vigorosa, a sua força original para encarar os fatos e enfrentar a vida.

**COUTINHO** — Até logo, dona Elizabeth.

**ELIZABETH** — Até. Vocês já vão partir mesmo?

**COUTINHO** — Vamos partir.

**ELIZABETH** — Você desculpe alguma coisa.

**COUTINHO** — Foi tudo maravilhoso.

**ELIZABETH** — A luta é que não pára. A mesma necessidade de 64 está plantada, ela não fugiu um

nesse dia nós fizemos a maior concentração em protesto. Ele tinha certo como o latifúndio ia tirar-lhe a vida. Um dia eu chamei ele: "João Pedro, vamos sair deste estado, não tá dando mais pra nós, a situação tá difícil. Chega um e outro aqui, diz que o latifúndio fala só em tirar a sua vida, fala até que no dia que você for assassinado eles têm que tirar a orelha pra beber com cana sua orelha. Não é possível uma coisa desta. Vamos se retirar daqui, vamos ver se nós vamos para o Sul".

Ele olhou pra mim e disse: "É, você e meus filhos está aí. Tirei o retrato, fica como lembrança. Mas que eu não me acovardo. Sei que a minha vida eles vão tirar, tenho certeza. Eu vejo o ódio na cara do latifúndio. Pra onde eu passo eu ouço resmungar e vejo a ira tirana que eles estão de mim. Eu sei que vou tombar, eles vão me tirar a vida. Agora, tem uma coisa que eu digo a você: tiram a minha vida covardemente".

Depois da emboscada que vitimou João Pedro, Elizabeth começou a participar mais diretamente da atividade política.

**COUTINHO** — Vinte dias depois do assassinato de João Pedro, Elizabeth Teixeira viajou para o Sul do país.

**ELIZABETH** — Eu tive que ir ao Rio de Janeiro participar da Comissão Parlamentar de Inquérito. Chegando ao Rio, fui a Brasília. Em Brasília, os deputados, junto com o Presidente, achavam que eu devia substituir o lugar de João

*sofrendo, eu tenho que lutar e tenho peito de dizer: é preciso mudar o regime, é preciso que o povo lute. Enquanto tiver esse regimezinho, essa democraciazinha aí... democracia sem liberdade, democracia com salário de miséria, de fome, democracia sem o filho do operário e do camponês ter direito de estudar, ah... não pode, ninguém pode.*

*A mesma necessidade está na fisionomia do operário, do homem do campo e do estudante. A luta que não pode parar. Enquanto se diz que tem fome e salário de miséria, o povo tem que lutar. Quem é que não luta por melhores dias de vida? Tem que lutar. Quem tem condições, quem tem sua boa vida que fique aí. Eu, como venho*

## SOBRE A REALIZAÇÃO DO FILME

*Cabra Marcado Pra Morrer* é mais um filme que vem se reunir ao ciclo de cinema memorialista iniciado há alguns anos — em que se inclui *Jango*, de Silvio Tendler — e que recupera a história brasileira dos últimos 20 anos.

Iniciado em 1964, com o apoio do CPC da UNE, e interrompido no mesmo ano (com o "apoio" do golpe militar...), *Cabra Marcado Pra Morrer* é um documentário interessantíssimo sobre a trajetória dos militantes das Ligas Camponesas do Nordeste brasileiro.

O Centro Popular de Cultura (CPC) era uma instituição dirigida pela União Nacional dos Estudantes (UNE) mas que, além dos estudantes, reunia artistas profissio-

nais. Esse era o caso do diretor do filme, Eduardo Coutinho, que chegara dois anos antes da França, onde tinha feito um curso de cinema.

Quando retomou as filmagens, em 1981, Coutinho contou apenas com recursos próprios. O filme foi feito em 16 milímetros e tem 1 hora e 58 minutos de duração. E, exatamente por ter sido feito em bitola de 16 milímetros é que ainda não pode entrar no circuito comercial (a bitola dos filmes comerciais é de 35 mm) e tem sido exibido em sessões especiais, em São Paulo e Rio.

A luta de Coutinho continua. Agora para levantar recursos para poder copiar o filme para exibição comercial.

★

# Videoprogresso

Gabriel Priolli\*

Está mudando a televisão do Brasil? O que significa a "nova TV" ou a "TV alternativa", como contraponto ao sistema estabelecido, hoje composto de quatro redes nacionais (Globo, SBT, Manchete e Bandeirantes), algumas redes regionais e diversas emissoras isoladas? Em especial, o que ela significa enquanto mudança de conteúdo e forma dos programas? Existe uma ou várias "TVs alternativas"? A "TV alternativa" é a TV do futuro? São dúvidas que assaltam não apenas os telespectadores, mas também — e principalmente — aos próprios empresários e trabalhadores do setor de televisão. Elas refletem um momento de crise, um momento de passagem a um estágio que ninguém sabe ao certo qual é ou qual será. Vivemos, na verdade, a grande transição da Era da TV — concentradora, monopolística, impositiva, autoritária — para a Era do Vídeo, da explosão da TV em mil TVs, do acesso do consumidor à produção.

O vídeo está na moda. A classe média sonha em comprar o seu videocassete e mostrar à vizinhança que, no meio do naufrágio geral, até que não está tão mal assim. A rapaziada já não sonha mais em fazer conjuntinhos de rock, mas em formar núcleos de vídeo: há uma microprodutora em cada esquina ou em cada coração. Há bares com vídeo, festas, aulas, o diabo. Os filmes Super-8 viram peça de museu diante do equipamento de vídeo. Florescem os videoclubes e aumenta nos telespectadores o desejo de mais canais de TV, seja pelo sistema a cabo (como o telefone), seja em UHF, seja a TV por assinatura (com aparelhos especiais, alugados). Enfim, é a febre do vídeo, ardendo nos brasileiros.

Gozado é pensar que dez anos atrás, nem isso, a coisa era exatamente inversa. Pegava muito mal o sujeito confessar que trabalhava em televisão. Diziam que era um alienado, a serviço da manipulação ideológica da ditadura ou, no mínimo, que era um diluidor cultural, um oportunista devotado a banalizar, tornar "consumível" a cultura, mascatear com o conhecimento.

Em 1977 — tão perto! — estudantes em passeata no Viaduto do Chá cobriam o rosto para não sair nos teipes e gritavam para nós, da TV: "Dedos-Duros! Policiais!" — enquanto a tropa de choque nos baixava igualmente o cacete, demonstrando seu enorme carinho por jornalistas. Hoje, num grande

mais acessível ao cidadão comum, ao consumidor da sociedade de massas. Mas a indústria eletrônica já se encarregou de oferecer videocassetes, videodiscos, câmaras cada vez mais leves e menores, TVs tamanho de bolso (*Watchmen*), telões, antenas domésticas para rastrear satélites de comunicações, uma parafernália de sofisticados objetos de consumo, que materializam essa tendência no sentido da imagem. Os equipamentos de vídeo e derivados são hoje, no mundo todo, a vanguarda do consumo, aquilo que dá mais *status* a quem os possui. Aqui entra o Brasil: evidentemente, não iríamos ficar fora da moda.

### **Caminhamos para uma civilização da imagem**

Essa mudança da água ao vinho decorre de um conjunto complexo de fatores. Para começar, há um processo universal de crescimento da comunicação visual, em detrimento da comunicação verbal. Diz-se que estamos avançando cada vez mais no rumo de uma civilização da imagem, da apreensão do mundo na descontinuidade, nos fragmentos dos milhares de informações de que ele é composto. É o tempo da instantaneidade, de uma consciência cósmica mais ampla: eu estou aqui, na minha máquina de escrever, mas posso ver na TV os tailandeses lutando pela democracia ou o Líbano sucumbindo sob bombas de procedência variada. Meu mundo é o mundo todo. Meu horizonte é a pátria de Bagdá. É um mundo que a palavra já não abrange, que precisa da imagem para existir.

O sistema internacional de comunicações, controlado pelos países desenvolvidos — dos quais dependemos econômica, política e culturalmente — bombardeia-nos através de filmes, revistas, discos e da própria TV com a noção de que o homem moderno hoje olha para o vídeo como para um espelho.

Claro que, para isso existir, é preciso que o vídeo seja cada vez

res: quem tem um videocassete não quer ver nele coisas iguais às que a TV já mostra. Exige novidades e, com isso, pressiona a produção.

O efeito geral da introdução do vídeo no Brasil foi o de dinamizar o setor de televisão, apesar da crise econômica. Mesmo contra as estimativas de baixo lucro, em razão do "congestionamento" da área por um número elevado de redes e emissoras, num mercado publicitário em retração, a iniciativa privada entusiasmou-se com a comunicação televisiva. Empresas editoriais como a Abril e a Gazeta Mercantil abriram seus núcleos de vídeo. Mas o dado mais significativo é que houve um verdadeiro *boom* paralelo da pequena produção, microprodução, melhor dizendo, que proliferou em centenas de grupos, às vezes nem organizados como empresas, mas todos com o mesmo desejo: instituir uma nova linguagem e conquistar os canais de TV para a sua difusão. Para mim, é esta — e apenas esta — a produção que se pode qualificar de "TV alternativa".

Vamos colocar os pingos direitinho nos "i". Existem empresas que produzem programas de TV e detêm os canais de transmissão, concedidos pelo governo: Globo, SBT, Manchete, Bandeirantes, o "sistema dominante" da televisão. Existem empresas, do mesmo porte ou pouco menores, que produzem programas, mas *não detêm* os canais: Abril Vídeo, Gazeta Mercantil, Lemos Brito, Multimeios, Clack são as "produtoras independentes", que na verdade têm independência apenas quanto à produção, mas não quanto à exibição do que

fazem. Além do que, não diferem esteticamente daquilo que "o sistema dominante" faz. E existem, finalmente, grupos de produtores de vídeo, organizados como microempresas ou como equipes comunitárias, sem capital, máquinas ou divisão do trabalho. São estes — Olhar Eletrônico, Usyna, TVDO, Videoverso, TeleCine Marum, Canal Independente, Fast Vídeo, Via Vídeo, VTV, dezenas e dezenas — que contestam mais radicalmente o que é feito e o modo de fazer do sistema dominante da TV. Algumas já encontraram espaço nos poucos canais disponíveis. Outras estão nos circuitos específicos de vídeo e lutam para "chegar ao ar". Esta é, enfim, a produção realmente *alternativa* ao padrão dominante.

### **Sob pressão o sistema muda**

A grande produção "independente" pressiona o sistema dominante apenas num sentido: o de maior espaço para a difusão de seus programas, o que implica duas frentes de luta. Por um lado, as redes e emissoras de TV estão sendo pressionadas a deixar gradualmente a produção, transformando-se mais em "distribuidoras" e montando suas programações com base em programas comprados de terceiros. É o que fazem hoje a TV Gazeta de São Paulo e, em menor escala, a Rede Manchete.

Por outro lado, o governo está sendo pressionado para modificar o sistema de concessões de canais de rádio e TV, muito restritivo. As

grandes produtoras querem seus próprios canais, venham eles da forma técnica que vierem: cabo, UHF, etc. Quanto à pequena produção "alternativa", além de lutar nessas duas frentes — mais na base da vontade do que do poder de pressão, que não tem nenhum — ainda ataca em outros dois pontos: na organização da produção e na linguagem dos programas.

A TV Alternativa é essencialmente comunitária, artesanal. Não há funções rigidamente definidas: todos fazem um pouco de tudo. Quem cuida das finanças também opera a câmara, quem administra também mexe na edição. A hierarquia é frágil, o magro dinheiro resultante do trabalho é dividido igualmente, na maior parte dos casos.

Da mesma forma, a TV alternativa não engole as práticas consagradas de linguagem televisiva, aquela TV "Papai-Mamãe" da Globo e das outras. Faz imagens tortas ou de ponta-cabeça. Não oculta os cortes na montagem/edição, revelando ao telespectador a manipulação que opera nos teipes gravados. Não se preocupa com a linearidade ou a objetividade da narrativa visual. Troca as longas cenas por fragmentos de imagem, montados em ritmo vertiginoso: é a "estética do estilhaço". Enfim, transgride onde pode transgredir, satiriza a linguagem convencional, faz muita paródia e é permanentemente sarcástica com as "estrelas" do sistema dominante. É contra-informação, numa palavra.

A relação entre o sistema dominante e a TV alternativa é, portanto, contraditória, dialética: uma é a

antítese da outra. Uma luta para dominar a outra. Quem vai ganhar? As armas estão do lado do sistema e é ele que tende a transformar-se, cooptando os "alternativos". Quer dizer: é muito pouco provável que haja uma ruptura no esquema da TV dominante, causado pela força da TV alternativa. Se houver, virá de mudanças políticas e sociais mais amplas no país.

### *Encontrar um mercado próprio*

A tendência é a Grande-TV incorporar a linguagem da Micro-TV, gradualmente, sem mudar, entretanto, o caráter industrial de sua produção, com a divisão técnica e social do trabalho, a alienação do produtor, etc. A Micro-TV só crescerá e encontrará seu espaço na medida em que resistir ao canto de sereia da Grande-TV e buscar os telespectadores para uma relação direta, fazendo e exibindo imediatamente seus programas, discutindo com o público ali no calor da hora, atuando diretamente no movimento social, o que a TV jamais poderá fazer. É preciso explorar as possibilidades do mercado do vídeo, além de conflitar com o mercado estabelecido da TV.

Senão, vejamos. A TV alternativa não ameaça o poderio econômico da TV dominante. Ela dirige-se, fundamentalmente, a públicos informados, com um repertório visual sofisticado, capazes de compreender e assimilar a modernidade de suas inovações estéticas. São, é claro, públicos pequenos. Portan-

to, nada significa, em termos econômicos, o 1% de audiência da Olhar Eletrônico na TV Gazeta, contra os 60% da novela das oito da Globo, em todo o Brasil. Um rende tostões, o outro, bilhões. É a contradição entre uma televisão de massas e uma televisão para públicos dirigidos. Enquanto não houver mais canais, ganha a primeira. Mesmo quando houver, o poderio das redes nacionais será incontestável.

Em contrapartida, a TV dominante já começa a invadir aquele território que seria, em princípio, da TV alternativa: o mercado do vídeo doméstico. A Globo já criou uma Globovídeo, há uma Manchete-Vídeo, há uma Videoban (da Bandeirantes) e por aí iremos. Agora mesmo, essas grandes empresas estão discutindo com as distribuidoras de filmes estrangeiros (Warner, Network), e com as redes nacionais de videoclubes e locadoras, a organização e legalização do mercado do vídeo doméstico.

Todos estão garantindo a sua fatia, menos... os pequenos produtores, os "alternativos". Ou seja: enquanto lutam para chegar às residências via TV, deixam de chegar via videocassete. Por quê? O setor ainda não tem uma consciência política, uma consciência de classe. Não tem uma entidade representativa e ainda prevalece o individualismo sobre a solidariedade. ★

Portanto, o único contraponto que a TV alternativa faz hoje ao sistema dominante é a nível da linguagem — o que é pouco. Nada impede que as inovações de linguagem sejam logo absorvidas e, de qualquer forma, as pequenas produtoras não pretendem viver como pilotos de prova daquilo que as redes vão depois copiar e faturar em cima. Assim, há várias coisas por fazer. Os pequenos produtores devem organizar-se e encontrar formas de cooperação e solidariedade, que lhes dêem força e unidade na ação.

Só assim vão poder enfrentar a luta para receber o seu quinhão dos futuros novos canais de TV e do mercado de vídeo doméstico regulamentado. Os pequenos produtores precisam também desenvolver um trabalho de conscientização dos telespectadores, aproveitando o prestígio que têm na imprensa, para uma luta mais ampla e mais profunda: a do controle democrático das telecomunicações do país. Quem está pelo novo e por mudanças radicais nas estruturas da sociedade brasileira está também por um novo vídeo — livre, criativo, sintonizado com o nosso tempo. O que falta é uma consciência mais ampla e abrangente do que está acontecendo por trás das coloridas imagens do tubo eletrônico. É uma consciência do que é preciso fazer para mudar. ★



# Quem luta pela vida?

Carlos Alberto Emediato\*

**A** crise que vivemos não resulta das limitações ou defeitos da natureza ou dos homens; ela decorre da inadequação da "ordem" política e econômica atual, para a satisfação das necessidades humanas. Dessa "ordem" nascem soluções que contrariam e agridem o desejo de vida da grande maioria da população do planeta. No centro da crise está a marginalidade econômica e política da maioria das populações, originada da ordem social existente em cada país e das relações entre as nações.

As decisões de interesse global das populações do mundo são tomadas por pequenos grupos, tanto nos governos e empresas das grandes potências, como nas instituições internacionais controladas por essas mesmas potências: Pacto de Varsóvia, Organização do Tratado do Atlântico Norte — OTAN, Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas — ONU, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional — FMI, etc.

As ameaças à vida se apresentam todos os dias, sob as formas mais variadas: através de processos econômicos, como o desemprego, a fome, a espoliação financeira; através das formas de destruição pelas

guerras, pela repressão policial ou pelo enfraquecimento das pessoas e da sociedade civil diante da opressão dos sistemas autoritários. E estas decisões só vigoram porque delas não participa a maioria dos interessados.

As idéias e valores que sustentam a ordem econômica e política do mundo de hoje impedem que os problemas globais sejam tratados com prioridade. A preocupação com a identidade nacional, religiosa ou racial, por exemplo, esbarram em uma visão de poder identificada apenas com as instituições vigentes.

A luta ecológica vem cada vez mais se caracterizando pelo enfrentamento das diversas ameaças à vida em todas as regiões do mundo. Ainda mais, ela coloca questões e propostas que não se limitam a problemas particulares de indivíduos e países. Juntamente com a luta ecológica encontram-se as lutas dos chamados "novos movimentos sociais": o pacifismo, o feminismo, a defesa dos direitos humanos, etc. Seu ponto comum é a *resistência à destruição da vida*.

## Os movimentos ecológicos

Estamos acostumados a ver o movimento ecológico através de manifestações ligadas à denúncia de problemas locais e particulares de degradações de qualidade de vida. Qual então é o relacionamento des-

se movimento com o quadro complexo e mundial da crise?

A contaminação dos alimentos está ligada à ação de poderosas empresas multinacionais que produzem pesticidas. Da mesma forma, a venda indiscriminada de remédios se liga a interesses de poderosos grupos farmacêuticos. A grande contaminação da água e do ar é produzida pelas indústrias metalúrgicas e químicas, afetando a saúde dos trabalhadores e da população em geral sem indenização pelas doenças e riscos. *A destruição das condições de vida são saques brutais e diários feitos à coletividade não só contra os recursos do presente como do futuro.*

Na verdade, o movimento ecológico extrai sua força da relação direta e pessoal com os problemas. As denúncias e protestos são formas de as pessoas se defenderem diante da destruição de seu corpo e de seu ambiente imediato. A relação das questões diárias concretas com as questões mundiais é um elemento central da prática educativa dos movimentos ecológicos, e é isso que define o caráter político de suas lutas.

Essa atuação política vem se valendo de vários tipos de manifestações — convencionais ou não — e com a participação de muitas correntes diferentes: grupos religiosos, estudantes, profissionais, feministas etc. A variedade de grupos é articulada a partir das lutas, sem vinculação organizacional permanente. A centralização é evitada pela manutenção da autonomia das entidades e grupos de base. Canais de comunicação e redes de contatos vêm

sendo criados para facilitar a articulação. Os movimentos de massa são estimulados e assistidos por coalizões.

Mesmo em países como a Alemanha, Itália e França, onde partidos ecológicos estão funcionando, a autonomia é buscada na não subordinação das entidades locais aos partidos. O que há é uma entidade de interesses e uma complementaridade de instrumentos, onde o partido funciona ao nível das instituições parlamentares, desafiando o Estado por dentro.

No Brasil é crescente o número de entidades ecológicas em ação. Em São Paulo, uma relação parcial mostra a existência de 167 entidades que tentam fazer uma articulação não-centralizadora, através da Assembleia Permanente das Entidades de Defesa do Meio Ambiente (APEDEMA). Estão sendo organizadas redes nacionais e internacionais voltadas a campanhas mundiais específicas, como a "Rede de Ação Contra os Pesticidas", e redes de ação ecológica, como os "Amigos da Terra", ambas representadas pela Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG). Há também redes de ação educativa e política global, envolvendo pacifismo, ecologia e direitos humanos, como a "Iniciativa Planetária para o Mundo que Escolhemos". São redes mundiais e estão voltadas para o desenvolvimento de uma nova visão de um novo ordenamento social que altere as bases onde se assentam as relações de poder, de produção e de convivência.

O movimento ecológico é, antes de tudo, a expressão da consciência

\* Carlos Alberto Emediato é sociólogo, membro da Iniciativa Planetária Para o Mundo em que Vivemos e professor de Universidade Federal de Minas Gerais.

ecológica que se manifesta na ação de diversos grupos científicos, populares, artísticos etc. Ele constitui-se, amplamente, como a expressão de uma *consciência universalizadora de proteção à vida e de criação de novas formas de organização social e produtiva.*

### Obstáculos

Mas, o movimento ecológico vem sendo ameaçado também por alguns obstáculos que, na medida do possível, começam já a ser superados: o particularismo, a privatização e a falta de ousadia.

O *particularismo* é mais presente na corrente chamada "conservacionista" e leva, por exemplo, a não se relacionar o corte indiscriminado de árvores à depredação econômica generalizada; ou a poluição do rio com a industrialização selvagem que nos foi imposta. Perde-se, assim, o entendimento da cadeia geradora de destruição e, também, da luta pela vida e pela justiça, idéias essenciais ao pensamento e à prática ecológicas.

A *privatização* está associada com os objetivos do lucro imobiliário ou industrial. São, por exemplo, os fabricantes de filtros, a quem interessa apenas combater os efeitos da poluição e não as causas. A quebra da privatização se dá quando o movimento ecológico se torna um movimento popular.

A falta de ousadia está relacionada a uma prática mais ligada à denúncia do que à elaboração de uma concepção nova e vigorosa de como organizar as relações de produção e

sociais a partir de outros pontos de referência.

### Transição

A força transformadora do movimento ecológico está na sua possibilidade de gerar uma nova proposta para as relações produtivas, culturais e de vida pessoal. A industrialização, a centralização do poder e a burocracia tais como as conhecemos são processos que se desenvolvem na civilização moderna tanto sob o capitalismo quanto sob as formas conhecidas de socialismo. Uma nova perspectiva tem que ser *nova* mesmo.

Hoje, espera-se dos governos eleitos pelo povo que desenvolvam uma outra postura governamental, onde se possam criar mecanismos para produzir as condições adequadas ao surgimento de projetos cooperativos de trabalhadores. Sabemos que recursos como a terra, financiamentos através de bancos públicos, assistência médica, sistema de apoio à comercialização existem e são possíveis de serem utilizados para financiar novos experimentos. O desemprego, em si, já constitui uma disponibilidade de mão-de-obra.

Mas, *uma proposta ecológica para valer* iria além da constituição de unidades econômicas cooperativas. Ela implica a gerência comunitária de seus recursos e a dinâmica participativa entre seus membros. Uma proposta ecológica implica, necessariamente, a mudança de valores básicos e das formas de relacionamento produtivo e de convi-

vência. A comunidade é uma unidade de criação cultural que mantendo sua dinâmica interna desempenha uma função educativa e transformadora. Um experimento pode se tornar semente. Espalhadas muitas sementes poder-se-á começar a criar núcleos, redes de relações e a configurar-se as mudanças do sistema econômico, político e cultural.

No quadro atual da crise, é ingenuidade pensar que as soluções vão ser encontradas dentro dos parâmetros convencionais. É ingenuidade pensar que os problemas econômicos brasileiros vão ser resolvidos com a recuperação das economias centrais (Estados Unidos, Europa). Da mesma maneira, é impossível que a violência, a concentração de terras, a destruição, a alienação dos trabalhadores do poder sejam significativamente alteradas pela simples criação de mais empregos. É necessário superar as formas de dominação.

### O futuro

O papel dos movimentos ecológicos, num momento de crise como o que estamos vivendo, é exercer a sua capacidade de criar uma *nova visão*, que oriente a construção de uma nova proposta de relações entre os homens e destes com a natureza. Algumas características da crise global podem nos ajudar a entender a direção política que vêm tomando os movimentos ecológicos hoje, como ajudar a entender a *possibilidade* de uma sociedade orientada para o respeito à vida:

1) Em primeiro lugar, no sistema econômico mundial existe, cada vez mais, uma situação de mútua dependência entre coisas aparentemente separadas: importação-exportação, dívida externa, mecanismos financeiros internacionais que atingem tanto o sistema capitalista como o comunista. Essa dependência mútua aparece também na corrida armamentista e na cadeia de reações gerada pelos conflitos armados. A crise ambiental é interdependente porque a vida na terra é uma unidade e está totalmente contaminada pela radiação atômica, pela poluição química, pela erosão e por traumatismos gerados por interferências humanas violentas (como Itaipu, por exemplo).

2) A crise é uma crise de *escassez, embora haja abundância de riquezas*. Esta característica refere-se especialmente à questão alimentar. A grande fome que atinge, hoje, 800 milhões de pessoas em todo o mundo contrapõe-se ao desperdício de alimentos, à destruição de safras para controle de preços, ao uso estratégico da produção agrícola na disputa do poder mundial.

Pesquisadores norte-americanos denunciaram que *globalmente o mundo produz por dia 900 gramas de grãos por habitante da terra*. Essa proporção corresponde a mais de 3000 calorias diárias, com alto teor de proteína, o que é a média de consumo diário de um americano. Nesse cálculo não estão incluídas as produções de vegetais, carnes, raízes e frutas.

Enquanto isso, o governo Reagan vem pagando a produtores da

Califórnia e de outros estados para não plantarem e, em alguns casos, para destruírem a produção a fim de garantir preços internos e externos dos produtos. No Japão, a mesma política já foi adotada oficialmente. Nossa televisão mostrou, no ano passado, a queima de pintos no Estado do Pará, sob alegação de falta de compradores.

Além disso, o desperdício de alimentos em áreas mais desenvolvidas é uma constante. Na Universidade de Stanford, nos Estados Unidos, onde estudam 12 mil pessoas, uma tonelada de alimentos vai para o lixo diariamente. Geraldo Muller, pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento — CEBRAP, que se tem preocupado com a produção e comercialização de alimentos, revela que no CEASA, em São Paulo, perdem-se aproximadamente 40 toneladas de alimentos por dia.

A escassez de alimentos torna-se ainda mais absurda se considerarmos que mais de 40% das terras cultiváveis do planeta não são utili-

zados e que, na África e na América do Sul, menos de 20% das terras cultiváveis vêm sendo usados.

3) A civilização atual já desenvolveu suas forças produtivas de tal forma que a solução dos problemas básicos da humanidade, como a fome e a miséria, *está nas mãos dos homens*. A utopia não é mais necessária, apenas enquanto projeto futuro. No que diz respeito às necessidades básicas dos homens ela é imediatamente realizável. Cientistas de diferentes países vêm enfatizando a terceira característica da crise global: a contraposição entre o sofrimento de milhões de pessoas e a capacidade material e intelectual dos homens em resolver os problemas da fome, miséria, doenças endêmicas, analfabetismo.

Na verdade, qualquer transição implica criar mecanismos de convivência (e sobrevivência) no presente. Mas para que haja transição é necessário que novas propostas comecem a ser construídas no presente. *O futuro começa hoje.* ★

# A justiça anda devagar

Hélio Bicudo \*

A questão carcerária não pode ser vista de maneira autônoma, desvinculada, de um lado, da questão político-social propriamente dita e, de outro, do funcionamento do aparelhamento policial e judiciário. A crise das prisões reflete a crise institucional em que se debate a sociedade brasileira, não bastando, para equacioná-la, reformas que tocam apenas na superfície, deixando de tocar o fundo do problema. A construção de presídios chamados modelos, regionalizando o sistema de cumprimento da pena — como se anunciava — é a proposta do atual governo paulista. Mas, na verdade, não passa de mais um paliativo, associado à mania de nossos homens públicos em “marcarem” a sua passagem pela administração com inaugurações suntuosas.

E, antes disso, a imposição de leis penais mais efetivas, com a abertura de uma polícia de qualificações repressivas e de uma justiça mais “dinâmica”, completa o quadro tradicional, de uma organização da sociedade que objetiva a preservação dos privilégios das minorias dominantes.

Essa situação vai ficando mais clara quando começamos a perceber que ela é, na verdade, imposta pelos “órgãos de informação” com o apoio do “sistema”. As intenções aparecem, de forma direta, nos discursos dos líderes da “comunidade de informação” e, de forma indireta, através da divulgação pela imprensa e pela TV de uma violência que é apresentada como uma explosão em cadeia. Essas atitudes tendem provocar uma reação capaz de justificar a expansão e a manutenção de um esquema repressivo que desaba, ainda uma vez, sobre as sempre desprotegidas camadas populares. E nisso não vai qualquer qualificativo de originalidade.

Efetivamente, essa reação — caracterizada por uma explosão das ocorrências violentas — não poderia deixar de acontecer num país como o nosso, onde o aborto é praticado abertamente, embora seja considerado crime pelo Código Penal, impedindo o nascimento anual de, pelo menos, três milhões de crianças; onde existem mais de trinta milhões de menores carentes, abandonados ou infratores; onde o número de desempregados, numa população ativa de quarenta milhões de pessoas, atinge a cifra impressionante de sete milhões; onde a capacidade de geração de empregos diminui a cada ano, como uma das conseqüências da política de

\* Hélio Bicudo é jurista, ex-procurador da Justiça do Estado de São Paulo e membro da Executiva Nacional do PT.

recessão em que as autoridades federais mergulham a economia nacional.

Dentro desse quadro, a questão da violência passou, ultimamente, a ser tratada de maneira predominantemente emocional, requerendo, os mais variados setores da comunidade, uma intervenção mais efetiva da polícia e, por que não dizer, mais violenta, afastando, inclusive, pela morte, os delinquentes ou marginais mais incômodos ao convívio das classes média e alta.

Não é a primeira vez que isso acontece e as decisões tomadas no calor dos fatos não são as mais coerentes com os princípios maiores de preservação da vida e dignidade humanas, que cumpre, em qualquer circunstância, defender.

Não fôsemos subscritores da Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde se lê, na sua introdução, "que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo" e tudo, nesse plano, seria justificável.

A criminalidade como que avança em ondas, a acompanhar o descompasso entre as necessidades básicas do ser humano e a impossibilidade de alcançá-las dentro de uma sociedade egoísta e injusta, que tudo nega às populações mais empobrecidas, desconhecendo o atendimento de suas carências, desde a educação, a saúde, a alimentação, até o trabalho como meio de desenvolvimento das potencialidades de cada um.

Há cerca de quinze anos, em

meio a um surto de criminalidade — e nunca se sabe se o aumento é real ou não, porque os números comparativos não são, sequer, divulgados — a solução encontrada foi um estímulo à violência policial, que se exibiu nas atividades dos "esquadrões da morte". A liquidação de marginais e delinquentes, aprovada pelos altos escalões da Administração paulista, era motivada com ênfase publicitária, para uma esperada intimidação geral.

### ***Nascem os centros de defesa dos direitos***

Esse estímulo à violência chegou a tal ponto, que começaram a surgir vozes autorizadas — recordem-se as contundentes manifestações do jurista-filósofo Miguel Reale e do Jornalista-teatrólogo Nelson Rodrigues — a combater semelhante atuação da polícia, desaguando-se, afinal, na atitude do próprio Tribunal de Justiça de São Paulo, a pôr, com o amparo do Ministério Público, um basta a essa exibição do poder policial.

Passaram-se os anos, mas a violência não deixou de prosperar, subindo a níveis considerados insustentáveis para uma sociedade medianamente civilizada. Só em São Paulo, mataram-se, no ano passado, mais de quatrocentas pessoas, muitas delas, sequer, sem antecedentes criminais.

Diante desse quadro, deu-se o surgimento, aqui e ali, dos chamados "centros de defesa dos direitos humanos", buscando afastar os policiais violentos e submetê-los a

devido processo legal por abuso de poder. O sucesso nessa atuação que objetiva o bem comum, com uma polícia consciente de seus deveres, levou a reações por parte de grande número de policiais, os quais, ao invés de procurarem corrigir as distorções ocorrentes e poder oferecer real segurança à população, simplesmente, retiraram-se das ruas e proclamaram que iriam agir legalmente, como se agir legalmente quisesse dizer não agir. É óbvio que no quadro social existente, se a polícia se autoconfina, cresce a criminalidade e a violência de um modo geral. As pessoas se armam e passam a viver a lei do jângal.

A violência policial, com o recrudescimento das atividades repressivas, em detrimento das preventivas, não vai solucionar o problema do aumento da criminalidade. Ainda que se não tome, como se acentuou, em consideração a questão econômica e social, com o abandono de nossas populações mais pobres, erigida no verdadeiro inimigo dessa sociedade de consumo, para que se fizesse, dentro desse panorama, o mínimo imprescindível ao restabelecimento da paz mundial, seria preciso que na questão fossem chamados a atuar o Judiciário e o Ministério Público, sem esquecer que tudo vai desembocar no sistema carcerário.

Ora, se a polícia não está capacitada ao cumprimento de suas atribuições por motivos estruturais, a organização da Justiça, como existe hoje, também, não corresponde àquilo a que a sociedade aspira. Nesse sentido, é preciso que haja um real entrosamento entre polícia, Jus-

tiça e sistema penitenciário, para que algo possa ser feito no combate à criminalidade, quando, aliás, pouco ou nada há a fazer nesse campo, porque se trata na visão oficial, não de prevenir, mas, de reprimir.

### ***Juntando as peças da justiça***

A Justiça precisa ser rápida. Mas isto não basta, porque ela precisa, sobretudo ser eficiente, julgando segundo a verdade. Distanciada da sociedade, indiferente às atividades policiais, com um Ministério Público apenas formal, os resultados alcançados consagram tão-somente a repressão. É preciso, nesse caso, juntar as peças e fazê-las funcionar.

São Paulo tem uma população de dez milhões de pessoas. A sua Justiça não sabe o que faz a polícia e julga sem conhecimento de causa. Não é dinâmica. Está burocratizada.

Por que não descentralizá-la, não apenas para os pequenos delitos, mas com ampla competência, passando a funcionar fisicamente, em todo o território da cidade, distribuindo-se por quantos distritos necessários — trezentos ou quatrocentos — com a sede do juízo, o gabinete do promotor, a delegacia de polícia e locais adequados para trinta ou quarenta réus, onde o cumprimento da pena seria diretamente fiscalizado e a prisão provisória imposta com critério e dentro das atuais permissões legais?

Os procedimentos em juízo, na área criminal, não buscam a restauração da ordem social comprometida

da pelo delito, mas uma justiça formal que justifique a existência do sistema vigente, nos desfrutes de uma carreira que satisfaz as formalidades sociais e apenas isso. A estrutura biopsíquica daquele que infringe as regras formuladas pela minoria, no seu proveito, não interessa às medidas que, no final, se tomam para afastá-lo, mas apenas o fato delituoso, cuja gravidade depende, para sua qualificação, do maior ou menor alarma determinado em um dado local e em um dado momento.

Semelhante situação decorre, de um lado, de uma legislação que busca a sedimentação dos privilégios das classes mais altas e da sujeição das camadas populares. Os códigos penal, civil, comercial e tributário evidenciam esse estado de coisas. Mas, de outro lado, os defeitos de estrutura concorrem, por igual, para o agravamento da questão que, em última análise, deságua na falta de Justiça.

Os juizes de direito e os promotores públicos são recrutados mediante concursos de títulos e provas e são enviados para comarcas com as quais não têm qualquer vínculo. Acresce que não chegam a radicarse a elas, passando das de menor significação para as mais importantes, no afã, tão-somente, de subirem, o mais rapidamente possível, aos postos mais altos na Procuradoria da Justiça e nos Tribunais de Alçada ou de Justiça.

Ora, a distribuição da Justiça não pode ser considerada uma atividade desligada da vida, resumindo-se na formalidade dos julgamentos em que, no Juízo Penal, o réu é o grande desconhecido, limitando-se

os magistrados a confirmar em sentença o que a policia, no seu preparo e corrupção, concluiu a respeito do fato delituoso e de seu agente.

Desgarrada da realidade, desco-nhecendo a pessoa do réu na imposição da pena, a Justiça concorre, sem dúvida, e de maneira bastante eficaz, para o descalabro que é o

### *Descentralizar a organização judiciária*

nosso regime carcerário. Este não tem, na verdade, outro compromisso que não seja o de confinar os julgados indesejáveis, sem propostas válidas de recuperação, transformados os presídios em meros depósitos de pessoas, onde a tônica é a violência e a corrupção. Como se vê, o quadro existente não pode ser mantido numa sociedade que pretende transformar-se e encontrar seus próprios caminhos.

Os juizes de direito e promotores públicos não podem desconhecer as peculiaridades dos locais onde exercem suas atividades. Se não é possível regionalizar os concursos, o que é discutível, é imprescindível que se ponha termo ao sistema vigente de promoções de comarca a comarca e de instância a instância, mantendo-se os administradores da Justiça nas suas comarcas e na mesma região, organizando-se as carreiras, segundo critérios de aperfeiçoamento que aproveitem o servidor sem deslocamentos físicos, como agora acontece.

Na verdade, a organização judiciária para ser mais estável precisa,

además, ser descentralizada nos grandes centros. Fala-se, a propósito, em juízos rápidos para os pequenos delitos e causas de pequeno valor. Mas essa é uma maneira desajeitada de se enfrentar o problema. A distinção entre pequenas e grandes causas, em qualquer campo que se considere, é meramente arbitrária e tem em vista, tão-somente, os valores de uma sociedade que se pretende elitista.

A descentralização da Justiça deve abranger todas as causas, distribuindo-se por todo o território dos grandes centros, em quantos distritos necessários, que reuniram, num mesmo edifício, como se salientou, a sede do juízo, o gabinete do promotor, a delegacia de policia e locais adequados para a detenção e o cumprimento da pena até certo limite de tempo.

Dessa maneira, estabelecer-se-ia um eficiente sistema de fiscalização das atividades policiais e o cumprimento da pena passaria a ter o acompanhamento daquele que a impõe, buscando compromissar a comunidade na ressocialização do delinqüente.

Com isso, esvaziar-se-iam as grandes prisões, e o tratamento penal, com a assistência próxima da família e da comunidade, não seria

apenas um ideal nunca alcançado, mas algo de concreto, tornando possível uma política mais adequada na imposição da chamada pena sem prisão.

Em remate, não é com medidas como aquelas que se anunciam e que têm na instituição da "prisão cautelara" uma de suas expressões práticas de maior alcance, que iremos vencer a guerra do crime dos pequenos e da corrupção — que não se chama crime — dos grandes.

O que é preciso é conscientizar o povo, para que ele se organize e passe a fazer parte da sociedade brasileira, impondo uma nova dimensão à luta contra a violência, para a construção de uma nação onde a paz seja o fruto de uma justiça que se alicerce nesse mesmo povo, a quem ela deve servir.

Se tivermos um policiamento ostensivo e permanente, organizado racionalmente; se tivermos uma policia hábil nas atividades de investigação; se tivermos um Ministério Público presente e um Poder Judiciário atuante, durante o processo é depois na execução penal, não tenhamos dúvida, não iremos apelar para a violência e teremos assegurado aquilo que o povo quer, antes de segurança, o seu direito à vida, que quer dizer vida digna. ★

# Conselhos populares e participação

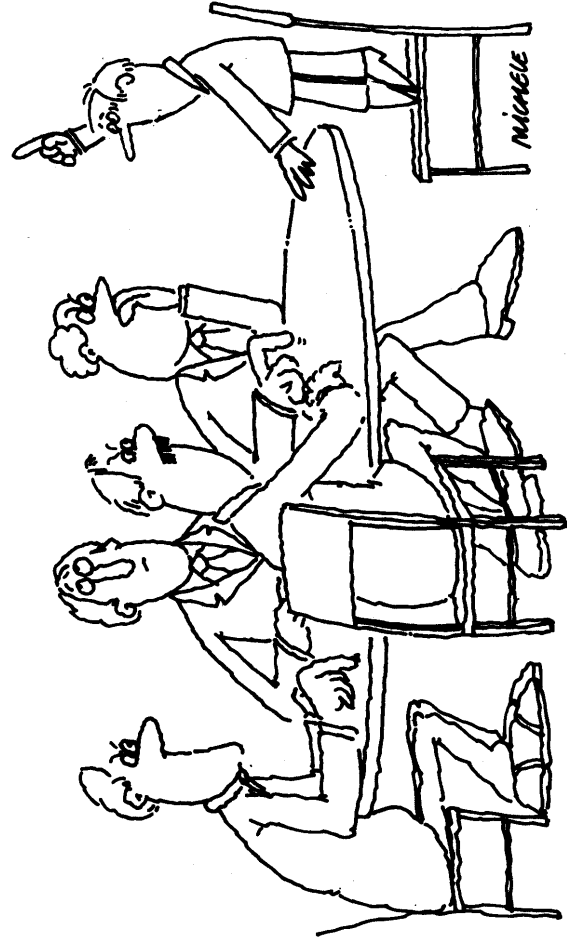
**D**esde o início da abertura, todas as vezes que se fala em "construir a democracia", a palavra *participação* entra no discurso como uma chave mágica, solução para todos os males.

Ficam no ar várias perguntas: participação de quem? Participação onde? E, principalmente, participação como?

Alguns setores da sociedade tentaram responder, na prática, a essas questões.

E, na maior parte das vezes, o caminho para a participação da população junto à máquina dos governos foi empreendido sob a forma de conselhos.

A descrição de algumas dessas experiências, e sua crítica, vêm esboçadas a seguir.



# Participação nas Empresas do Estado

Carlos Estevam Martins\*

**O** atual governo democrático de São Paulo deu um passo importante para a construção da *democracia participativa*. Foi além das exigências da lei que obriga a inclusão de pelo menos um representante dos empregados na direção das empresas estatais. Criou um sistema que institucionaliza a participação orgânica, permanente e abrangente de *todos os empregados* das empresas nas quais o Estado é acionista majoritário.

Os estatutos das empresas estatais foram modificados, obrigando a criação de um *Conselho de Representantes (CRE)* eleito pelos empregados com a função de indicar um representante junto à direção da empresa. Com isso, a possibilidade de participação foi estendida a todos os demais órgãos intermediários e de base que completam o sistema de participação, cujo vértice é ocupado pelo CRE.

Que significa realmente este sistema de participação? Temos que começar por admitir que houve uma inovação. O sistema recém-criado é uma nova instituição justamente porque faculta aos empregados a oportunidade de participar do processo de direção das empresas

em que trabalham. A lei tinha em vista instituir uma forma de *democracia representativa* por meio de um representante que atuaria junto à direção das empresas em nome dos empregados. Isso foi feito. Mas, além disso, criou-se uma forma particular de *democracia intraparticipativa*. O principal objetivo alcançado consiste na modificação das relações entre o trabalhador e as suas condições de trabalho. É claro que não houve uma revolução, mas se trata de um avanço do ponto de vista da desalienação do trabalhador assalariado.

Tal sistema de participação permite que os empregados passem a se ocupar daquilo que até então lhes era proibido por ser privilégio exclusivo dos dirigentes. Eles agora podem intervir nas principais etapas e nos níveis superiores do processo decisório que define as atividades e os rumos da organização. Sem dúvida, isso não elimina a linha divisória que separa dirigentes e dirigidos. As relações hierárquicas, de comando e obediência, continuam a existir enquanto forma basilar de organização do trabalho. O conteúdo dessas relações, no entanto, modifica-se de modo substancial na medida em que as ordens emitidas pela cúpula perdem o caráter de produtos de um processo opaco, inacessível e incompreensível. A empresa continua a ser dirigida e

\* Carlos Estevam Martins é professor de Ciência Política da USP.

administrada por seus órgãos competentes. Todavia o processo fundamental da deliberação não transcorrerá mais entre quatro paredes, sob o controle exclusivo de uma potência estranha que se impõe *unilateralmente*, à parte e acima daqueles que são encarregados de cumprir as ordens recebidas.

### **Conquistando o direito de influir**

A novidade está no fato de que, daqui por diante, os subordinados não se limitam a ser, o tempo todo e em todas as circunstâncias, apenas subordinados. Em vez de estar confinado a um único papel, o empregado desempenha agora dois papéis: o antigo, que o define como membro subalterno de uma estrutura hierárquica; e o novo, que desempenha enquanto membro igualitário de um sistema de participação aberto a todos. Sua existência dentro da organização passa a ter dois planos e se enriquece graças à aquisição de uma nova dimensão.

Há quem pense que a participação se torna ilusória quando os empregados não têm o poder de nomear um ou mais diretores da empresa em que trabalham. Esta tese confunde *participação* com *co-gestão* e, até mesmo, com *autogestão*. Nesses dois casos existe transferência real de poder de uma esfera para outra, de tal modo que os empregados, além de obedecer, passam também a mandar nas empresas: parcial e ocasionalmente, no caso da *co-gestão*; integral e permanentemente, no caso da *autogestão*. A

participação, ao contrário, não requer que o poder se desloque. Nada impede que ela exista e produza os efeitos que lhe são pertinentes, permanecendo o poder sediado nos órgãos superiores de direção, vale dizer, a assembléia de acionistas, o conselho de administração e a diretoria executiva, no caso das sociedades anônimas. A participação garante ao empregado o *direito de influir*, de modo formado, sobre o conteúdo e os resultados de processos ao longo dos quais se produzem deliberações fundamentais, referentes à vida e ao destino da organização.

Por que razão, caberia perguntar, não se instituiu a *co-gestão*? A resposta é simples. Não estamos lidando com empresas privadas e, sim, com empresas nas quais o Estado é o acionista majoritário. Não se trata, portanto, de modificar as relações entre o capital e o trabalho, por meio de redistribuição *co-gestionária* do poder. No caso das entidades públicas, sejam elas empresas, autarquias, fundações ou órgãos de administração direta, a questão do poder se coloca e se resolve no âmbito da sociedade global, por meio da constituição e do funcionamento adequado do regime democrático, e não no âmbito de cada entidade, como se fosse uma questão de interesse exclusivamente *intra-organizacional*. Só para um tipo muito especial de pensamento antidemocrático tem cabimento admitir que a vontade dos funcionários e empregados públicos seja superior à dos representantes eleitos do povo.

O processo de participação se

realiza e a partir de três conjuntos de condições: 1) será preciso estabelecer os órgãos, os procedimentos e os meios materiais que constituem o sistema de participação e permitem o seu funcionamento regular; 2) são necessárias certas garantias básicas entre as quais se destacam, de um lado, a proteção contra as reações arbitrárias, motivadas pela intenção de impedir ou restringir a atividade participacionista e, de outro lado, o direito de livre acesso às informações referentes à vida da empresa, de modo que seja aberta a caixa preta em que o sigilo burocrático guarda os dados indispensáveis à participação de todos no processo decisório; 3) é necessário que os empregados reformulem suas atitudes e comportamentos e se disponham a levar a cabo o processo de descoberta e aprendizagem sem o qual não atualizarão as potencialidades inerentes ao sistema de participação.

Esse último ponto tem a ver com as diferenças que distinguem o sistema de participação de duas instituições congêneres: o sindicato e a associação de empregados. Ambas dizem respeito à vida dos emprega-

dos e não à da empresa e, portanto, nada podem fazer para suprimir o radical defeito do trabalho alienado. Justamente porque se volta para o debate dos objetivos e das políticas empresariais, o sistema de participação não se confunde com os sindicatos e as associações, não lhe cabendo substituir ou duplicar suas funções. A finalidade, exclusiva e insubstituível, do sistema de participação é garantir aos empregados o direito de tomar parte no processo de direção das empresas.

É de se esperar que a alteração introduzida nas relações de poder dentro das empresas estatais repercuta, de alguma forma, como exemplo ou por efeito de contágio, na empresa privada. Essa possibilidade será dada não só pelo número, o tamanho e a importância estratégica das empresas estatais, como também pelos resultados positivos que venham a ser alcançados graças à implantação do novo sistema. A intervenção do governo no setor público ensejará, eventualmente, consequências relevantes no plano das relações entre capital e trabalho no setor privado. ★

# Conselhos Populares na cidade de São Paulo

Levi B. Ferrari\*

**A**ntes de mais nada, é preciso considerar algumas posições equivocadas sobre a participação popular e suas relações com o Estado. Alguns setores do PMDB e do governo democrático estão afoitos para promover a "participação". Coerentes com esta meta, que foi um dos pilares da campanha eleitoral, correm o risco, porém, de atrelá-la ao Estado. Assim, poderemos estar repetindo, ainda que com novas roupagens, o que o Estado Novo fez com o movimento sindical, tornando-o passível dos mais diversos tipos de controle e manipulação.

Partimos do princípio de que as organizações populares devem preservar a sua autonomia a todo custo, mesmo quando visam primordialmente atuar sobre organismos estatais, ou até participar da gestão destes. Por outro lado, as "novas formas de participação", que estão sendo estudadas e propostas, não devem substituir, escamotear, inibir, sobrepor-se ou subordinar-se às formas consagradas de participação

e representação, como os partidos, os sindicatos e o parlamento.

Este ponto merece alguma reflexão. Podemos distinguir, pelo menos, três diferentes tipos de necessidade ou interesses que levam pessoas ou grupos sociais a participar: a) os ligados à melhoria das condições de trabalho e à distribuição de seus resultados; b) os que se dirigem à manutenção ou alteração de normas amplas de convivência social, objetos de legislação; e c) os ligados a questões mais imediatas de sobrevivência ou busca de melhores condições de vida.

O primeiro tipo de interesse é exclusivo das classes sociais, que se organizam em sindicatos e associações profissionais para defendê-los. O segundo interessa a setores mais amplos e é canalizado através de partidos com projetos específicos de **reorganização social**. O terceiro, finalmente, mesmo quando compartilhado pela maioria da população, como é o nosso caso, tem sido mais articulado ao nível de comunidades menores (Sociedades de Amigos de Bairro, Comunidades Eclesiais de Base, clubes de serviço, movimentos locais, etc.) e dirigem suas demandas principalmente à administração pública em busca de seus serviços.

A relação entre esses diferentes tipos de necessidade é óbvia: quanto mais desigual a distribuição dos resultados do trabalho, maiores as carências relativas à sobrevivência, resultando daí, ao mesmo tempo, o aumento da demanda por serviços públicos e a necessidade de alteração da ordem jurídica e da política econômica global. Porém, esta relação não deve levar à confusão. Entre as instituições que aglutinam estes interesses, o que temos é a ênfase que se está dando à participação popular na gestão de unidades prestadoras de serviços públicos em detrimento da participação sindical e partidária. Ainda, é preciso assegurar que esses novos mecanismos não venham a ser objeto de manipulação partidária e eleitoral ou mesmo de manipulação interna por esse ou aquele grupo, mesmo quando majoritário.

A seguir, propomos a criação de Conselhos que podem viabilizar a participação junto às Administrações Regionais em São Paulo.

## O Conselho Popular

O Conselho Popular seria eleito por uma assembleia composta por todas as organizações e movimentos sociais existentes na região e que queiram dela participar: Sociedades Amigos de Bairro, Comunidades de Base, clubes de serviço, associações profissionais, religiosas, desportivas, culturais, assistenciais e recreativas.

Até que cada conselho elabore as suas próprias regras de funcionamento, sugerimos, para a primeira

assembleia, que as entidades com direito a voto tenham no mínimo um ano de existência e que se exija credenciamento dos representantes. Isto é para evitar o surgimento de entidades e/ou representantes "fantasmas". Outra sugestão é a de credenciar-se qualquer cidadão que possua procuração de mais de 100 pessoas. Desta forma, as oposições a entidades que não exercem uma democracia interna real poderiam ter sua oportunidade de participar, bem como as minorias a que nos referimos.

A partir daí o próprio Conselho estabeleceria as suas pautas, rotinas e prioridades junto aos órgãos públicos e discutiria, a seu critério, outros problemas de ordem política local e nacional.

## O Conselho Político

Os parlamentares com domicílio eleitoral na região e os membros ou representantes dos diretórios distritais formariam o *Conselho Político*, decidindo, da mesma forma, sobre seu funcionamento e relacionamento com os demais conselhos.

## O Conselho Técnico

As maiores autoridades dos ~~setores~~ **setores** autorizados da administração municipal, estadual e federal atuantes numa região administrativa formariam o *Conselho Técnico* com a função de coordenar regionalmente a ação municipal e estadual, estabelecendo vínculos mais sólidos de cooperação entre si

\* Levi Ferrari é sociólogo e administrador regional de Santana, na Prefeitura do Município de São Paulo.



e operacionalizando, de forma mais dinâmica, as demandas providas do Conselho Popular, dentro dos limites de sua competência hierárquica e funcional.

### Os Conselhos e a Administração Regional

Na cidade de São Paulo, a Administração Regional pode ser o ponto de encontro da maioria das demandas providas dos Conselhos Popular, Político e Técnico e o local de ajuste entre eles. Tais Conselhos, juntos ou isoladamente, teriam todo o acesso às informações relativas à Regional, estabeleceriam suas prioridades e participariam do processo de planejamento. Da mesma forma, a AR contaria com o apoio de cada um para atender as demandas, principalmente as emanadas do Conselho Popular.

Desta forma, teríamos condições de passar de uma política clientelista e desarticulada para um estágio de planejamento participativo, sem que os movimentos sociais tivessem sua autonomia comprometida. Ao contrário, tal proposta pode levar ao fortalecimento de tais

entidades na sua atuação conjunta e no debate constante e através de uma forma superior de relacionamento com a administração pública, até o momento, restrita a pedidos e reivindicações.

Além disso, é imprescindível que se estude um aumento da autonomia das Administrações Regionais. Primeiramente porque, diante de poucos recursos e competências, a participação popular perde sentido: há muito pouco para decidir. Em segundo lugar, parece-nos que a Administração Pública Municipal, desde a época da criação das ARs, tem hesitado entre uma política de descentralização (mais competências às ARs) e de setorialização (mais competências às Secretarias e Departamentos). A setorialização, além de falsear a descentralização, torna mais difícil o atendimento a demandas que se apresentam quase sempre globalizadas. Ela ainda provoca uma tendência à macrocefalia na administração municipal através do surgimento de órgãos intermédios (departamentos, etc.) que, sem uma ligação direta com o comando político ou com a população, têm sido, em geral, os principais responsáveis pela burocratização do poder municipal. ★

# Os Conselhos e a participação dos trabalhadores

Silvio Caccia-Bava \*

**P**assado um ano de governo do PMDB, em São Paulo, o que se pode dizer do projeto de democracia participativa e da defesa dos interesses dos trabalhadores, ambas pregadas na campanha eleitoral? Segundo os professores secundários em greve, que tomaram as ruas de São Paulo em enormes passeatas, "o povo elegeu, mas já se arrependeu"!

De fato, são inúmeros os exemplos de como o PMDB se mostrou incapaz de honrar os seus compromissos assumidos em praça pública. O prefeito de São Paulo foi nomeado por Montoro, os administradores regionais nomeados pelo prefeito, os Conselhos Populares propostos para atuarem junto às administrações regionais não existem, o funcionalismo vive o maior arrocho salarial de sua história, os movimentos sociais não encontram eco para as suas reivindicações junto à administração pública, o orçamento proposto pelo PMDB para a ca-

pitam mantêm os mesmos critérios de distribuição de verbas para atender às necessidades da população que aquele outrora elaborado pelo PDS, na administração anterior.

Tudo isso tem levado a um crescente descrédito da população, não só com a administração do PMDB, mas também com as instituições. A população passa a assumir, cada vez mais, com as suas próprias mãos, a luta por seus direitos e pela sua sobrevivência. Os saques de abril e setembro, as greves, as depredações de trens e ônibus, as ocupações de terras, a pressão dos movimentos populares são expressão da revolta que o povo manifesta quanto à incapacidade do governo em resolver seus problemas.

No centro desta crise está a resistência deste governo em se abrir à participação política dos trabalhadores. Há dias, nos jornais, surgiu a menção de que, comandando a ação política no interior do PMDB, haveria um "partido clandestino da burguesia", o extinto PP, que estaria muito mais interessado em estabelecer fórmulas de conciliação com o governo federal que em se colocar ao lado dos interesses dos

\* Silvio Caccia-Bava é sociólogo e pesquisador da URPLAN.

trabalhadores. Frente a esta realidade política, quais as alternativas que se colocam para os trabalhadores, suas entidades e seus movimentos?

### *Um caminho de fortalecimento das lutas*

A meu ver, a única saída é tentar negociar seus interesses a partir de uma posição de força, como fizeram os metalúrgicos do ABC, os professores e a população desabrigoada, que ocupou o terreno da Santa Casa na Zona Norte de São Paulo. Só nestes casos temos visto o governo preocupado em encontrar soluções para os problemas da população. E é bom que fique claro que a radicalização de posições não vem do movimento social, que tem tentado todas as vias de negociação para resolver os seus problemas, mas da intransigência e da insensibilidade das autoridades para com as questões que afligem a população.

Esta conclusão nos leva a discutir as possibilidades de unificação e politização das lutas que se multiplicam pelos bairros da periferia de São Paulo e de outras cidades de nosso estado. Por isso, é preciso aprofundar a compreensão de algumas importantes experiências que vêm ocorrendo nos últimos anos, no Brasil, e que apontam para a proposta de formação de Conselhos Populares como um caminho de fortalecimento das lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida dos bairros e, também, como um instrumento de acúmulo de forças que prepare o terreno para lutas maiores dos trabalhadores.

Já existem experiências, no Estado de São Paulo, da união de lutas que aumentaram em muito o poder dos trabalhadores de exigirem os seus direitos frente ao Estado. É o caso dos Conselhos Populares de Saúde, que atuam sobre os postos de saúde e a Secretaria de Saúde. Na Zona Leste, no município de São Paulo, existem 18 conselhos que, obedecendo à política definida pelo movimento de saúde, e eleitos por voto direto de 95 mil moradores da região, exercem o controle sobre o poder público e interferem na política de saúde do município, defendendo os interesses da população. São conselhos que atuam dentro de uma instituição.

Já o Conselho Popular das Comunidades de Osasco, que reúne 46 entidades populares e tem sindicatos participando, tem objetivos bem mais amplos: luta pela solução dos problemas gerais dos trabalhadores de Osasco e discute até o orçamento do município, a distribuição das verbas da prefeitura. Outro exemplo é a Assembléia do Povo, de Campinas, uma entidade que reúne 21 associações e potencializa a luta dos favelados: trata da questão da posse da terra e das benfeitorias necessárias às favelas.

Essas experiências surgem das lutas e não de uma fórmula que possa ser aplicada em qualquer caso. A unificação das lutas populares se dá onde já existem movimentos organizados e tomam a forma que os movimentos decidem. Elas, portanto, apontam para o fortalecimento do poder popular, para a politização dos movimentos, para a construção de formas de controle e

intervenção dos trabalhadores na definição das políticas públicas. Num regime autoritário, como o que vivemos, essas práticas colocam o poder popular embrionário em contraposição ao poder do Estado. Têm um significado importante para os trabalhadores porque lhes dão maior força na luta e lhes permitem pensar como querem modificar a sociedade para atender às suas necessidades e interesses.

Os Conselhos Populares, tal como foram construídos nos casos de Osasco, Campinas e da Zona Leste de São Paulo, são organismos autônomos, independentes do Estado e dos partidos políticos, que impulsionam a formação de um poder popular cuja força está na sua sustentação por amplas mobilizações de massa. Seu objetivo é pressionar o governo para atender às reivindicações populares e reconhecer o peso político que têm os trabalhadores organizados. São conselhos que visam impulsionar a capacidade de luta dos movimentos e entidades populares que, sozinhos, não têm o necessário poder de pres-

são para ver as suas reivindicações atendidas pelo Estado.

Há, entretanto, um grande desconhecimento destas experiências no conjunto do movimento popular. Se estas práticas não forem discutidas amplamente, muitas entidades e movimentos continuarão enfrentando, sem sucesso, as dificuldades que têm os trabalhadores em se manter continuamente mobilizados em torno das suas reivindicações.

A participação política dos trabalhadores implica a construção de formas de organização e de luta que venham a romper com as formas tradicionais de representação impostas pelo regime autoritário em que vivemos. É só a partir de uma posição de força, garantida pela capacidade de amplas mobilizações de massa, que os trabalhadores terão condições de intervir no plano institucional da política, nos parlamentos, nas definições das políticas públicas e no controle das ações do executivo, de maneira a garantir que os seus interesses sejam considerados. ★

LUA NOVA é uma revista trimestral do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea.

EDITOR: José Alvaro Moisés — SECRETARIA: Marília Fontana Garcia. REDAÇÃO: Edison Nunes, Hamilton Cardoso e Mirafra Fontana Garcia. ARTE: José Ramos Neto (diagramação) e Ritorre Bettini (capa). SERVIÇOS DE SECRETARIA: Sônia Santos Braga.

COMISSÃO EDITORIAL: Caio Graco Prado, Edson Eugênia, Elizabeth de Fiori di Cropani, Fernando Gabreira, Chico Whiteaker, Hansfil, Ismail Xavier, Jocemir Betting, Lúcio Kowarick, Marco Aurélio Nogueira, Maria Victória de Mesquita Benevides, Marilena Casati, Paulo Davidoff Cruz, Paulo J. Krischke, Pedro Roberto Jacobi, Wolf Steinbaum.

COLABORADORES: Amary de Souza, D. Angélico S. Bernardino, Mirra Freitag, Bolívar Lamounier, Boris Fausto, Carlos A. Hasebata, Carlos Alberto Elmeciano, Carlos Brandão, Carlos Eusebio Martins, Carolina Sylvia Junqueira de Barros Lima, Ceão Ming, Charles Passanha, Dámaso de Abreu Dallari, Edgar Orloff, Edgar da Matta Machado, Eduardo Cavallho, Elza Berquó, Fábio Mendes, Faust Amp, Fernando Gasparian, Fernando Pasquon, Francisco de Oliveira, Francisco Weffort, Gabriel Prioli Netto, Hélio Bezado, Hélio Jaguaribe, Hélio Ferraz, Herbert José de Souza, Isidoro de Loyola Brandão, Isidoro de Carvalho, Irigoy Sarri, Ismail Xavier, Ivo Poletto, Jean Claude Bernardet, José Honório Rodrigues, José de Sousa Martins, Juarez Brandão Lopes, Leis Abramo, Lélia Maria Leis Hernandez, Levi Penna, Luiz Antônio Gama de Andrade, Luiz Edson de Vasconcelos, Luiz Jorge Werneck Vianna, Manuel Castella, Marcelo Paiva, Marcelo de Souza, Maria Amélia do Nascimento Almeida, Maria Tereza Spach, Maria Teresa Sales de Melo Suarez, Marlyne Meyer, Mário Brockmann Nóbrega, Maurício Bégall, Maurício Truttmann, Moyses Garcia, Olavo Brasil de Lima Jr., Paulo Davidoff Cruz, Paulo Singer, Perceus Abramo, Rubens Farias, Rui Nogueira de Sá, Sérgio de Castro Andrade, Zuy Frazetta Lopes, Sérgio de Sousa Lima, Simão Schwartzman, Silvio Cecchi-Bava, Sylvia Cláudia Neves, Tâmar Passos, Victor Kisti, Waldemar Caldas, Walter de Góes, Wanderley Guilherme dos Santos, Wolfgang Leo Maar.

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, embora LUA NOVA se reserve o direito de solicitar alterações a partir de pontos estabelecidos pela redação.

Esta obra foi impressa na  
LIS - GRAFICA E EDITORA LTDA.



editora brasiliense s.a.  
01223 - r. general jardim, 160  
são paulo - brasil